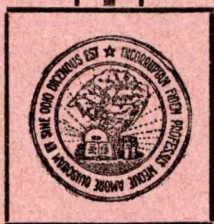


REVISTA



DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE
RIO GR. DO SUL

III Trimestre
de 1946

ÍNDICE

NOVAS PESQUIZAS SOBRE A FAUNA FÓSSIL DO BRASIL, por Peter Wilhelm Lund (introdução, tradução e notas de Carlos de Paula Couto)	251
RELATÓRIO DA VII SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE GEOGRAFIA, por Jorge Godofredo Felizardo	265
PANTEÃO RIO-GRANDENSE, oração pronunciada pelo sr. Edgar Luiz Schneider	279
GENERAL SOUZA DOCCA, oração fúnebre pelo Cmte. Luiz de Oliveira Bello	283
O RIO GRANDE DO SUL NA CARTOGRAFIA ANTIGA (excerpto)	293
GOMES FREIRE DE ANDRADE (carta panegírica de André Ribeiro Coutinho)	299
A COLONIA CAZEROS, por Manoel Duarte	305
CRÔNICA DAS CAVALHADAS, por F. Contreiras Rodrigues	307
SUGESTÕES E PARECERES DO INST. HIST. E GEOGR. DO R. G. S.	321

REVISTA
do
Instituto Histórico e Geográfico do R. G. do Sul

ANO XXVI — III TRIMESTRE DE 1946 — N.º 103

NOVAS PESQUIZAS SOBRE A FAUNA
FÓSSIL DO BRASIL

PETER WILHELM LUND

Introdução e tradução de Carlos de Paula Couto

INTRODUÇÃO

Em o n.º 96 desta Revista, relativo ao IV trimestre de 1944, publicamos uma tradução de dois artigos de Lund sobre as espécies extintas de mamíferos do Brasil, aparecidos originalmente em "Annales des Sciences Naturelles", 2.ª série, tomos 11 e 12, Zoologia, Paris, 1839.

Continuando a consultar a coleção dos "Annales" supra-citados, descobrimos na 2.ª série, tomo XIII, Zoologia, páginas 310-319, mais um extrato duma carta enviada por Lund aos redatores de zoologia dos mesmos "Annales", Srs. Audouin e Milne Edwards, e datada de Lagôa Santa, 1.º de Abril de 1840, sob o título **NOUVELLES RECHERCHES sur la Faune fossile du Brésil**, que nos apressamos a transmitir aos interessados nesta classe de estudos, no Brasil, em tradução fiel.

Os números entre parêntesis, que aparecem no texto, referem-se às notas que damos no fim desta tradução.

Antes de entrarmos, porém, no assunto principal dêste trabalho, faremos uma errata para o artigo publicado em o n.º 96 desta Revista.

Dissemos, em nossa introdução àquele artigo, que a tradução para o vernáculo de algumas das memórias de Lund fôra feita em 1900, pelo Dr. Leônidas Damásio, e publicada na "Revista do Arquivo Público Mineiro".

Tendo consultado, posteriormente, os "Annaes da Escola de Minas de Ouro Preto", verificamos, porém, que aquela tradução data, pelo menos, de 1884, ano em que as ditas memórias começaram a aparecer, naqueles anais. A tradução da 2.ª memória apareceu em 1885, no volume 4 dos mesmos anais, mas as das outras quatro memórias restantes apareceram na "Revista do Archivo Publico Mineiro", nos anos de 1900 a 1903 (Vide a bibliografia de Lund que damos no fim dêste artigo).

As outras corrigendas principais a ser feitas são as seguintes:

Na pág. 214, 11.ª linha a contar de baixo, corrija-se Euphroctos para **Euphractus**.

Na pág. 224, 4.ª, 6.ª e 12.ª linhas, a contar de baixo, corrija-se "maxilares" para "molares".

Na pág. 225, 10.^a linha, a contar de cima, corrija-se “maxilares” para “molares”.
 Na pág. 231, 1.^a linha, corrija-se **Hplophorus** para **Hoplophorus**.
 Na pág. 235, 6.^a linha, a contar de cima, corrija-se “resulta” para “resultado”.
 Na pág. 235, 7.^a linha, a contar de cima, corrija-se “ache-se” para “acha-se”.

Rio de Janeiro, 7 de Novembro de 1946.

Carlos de Paula Couto
 Museu Nacional

NOVAS PESQUIZAS SÓBRE A FAUNA FÓSSIL DO BRASIL

Embora não tenha ainda a certeza de que tenhais recebido as duas cartas que tive a honra de vos escrever, em data de 5 de Novembro de 1838 e de 20 de Abril de 1839, contendo os principais resultados de minhas pesquisas sôbre as ossadas fósseis dêste país,* ousou, não obstante, esperar que isso tenha acontecido; e como fiz, posteriormente, aquisições assáz importantes, apresso-me em vô-las comunicar. Afim de retringir tanto quanto possível a exposição, começo por dar uma nova lista das espécies, com tôdas as adições e correções que o tempo me permitiu de fazer às listas anteriores.

EDENTATA

Espécies vivas (a)

- | | | |
|----------------------------------|-----|---|
| 1. <i>Myrmecophaga jubata</i> L. | (1) | 1 |
| " <i>tetradactyla</i> | (2) | 2 |

Espécies fósseis (f)

EFFODIENTIA

- | | | | | | |
|--|----------|---|--|-----------|----|
| 2. <i>Dasytus octocinctus</i> L. | (3) .. | 3 | 1. <i>Dasytus</i> aff. <i>octocincto</i> | | 1 |
| " <i>mirim</i> M. | (4) | 4 | " <i>punctatus</i> | | 2 |
| 3. <i>Xenurus nudicaudus</i> M. | (5) | 5 | 2. <i>Xenurus</i> aff. <i>nudicaudi</i> | | 3 |
| 4. <i>Priodon giganteus</i> C. | (6) ... | 6 | | | |
| 5. <i>Euphractus gilvipes</i> III ^o | | 7 | | | |
| | | | 3. <i>Euryodon</i> | (7) | 4 |
| | | | 4. <i>Heterodon</i> | (8) | 5 |
| | | | 5. <i>Chlamytherium Humboldtii</i> | (9) | 6 |
| | | | <i>Chlamytherium gigas</i> | (10) | 7 |
| | | | 6. <i>Hoplophorus euphractus</i> | (11) | 8 |
| | | | " <i>Selloi</i> | (12) ... | 9 |
| | | | " <i>minor</i> | (13) ... | 10 |
| | | | 7. <i>Pachytherium magnum</i> | (14). | 11 |

* Essas duas comunicações foram inseridas nos "Annales", 2.^a série, tomo XI, página 214, e tomo XII, pág. 205.

BRADYPODA

8.	Megatherium (g)	12
9.	Platyonyx Cuvieri (h) (15)...	13
	" Oweni	14
	" Brongniartii	15
	" Bucklandii	16
	" Blainvillii	17
	" minutus	18
10.	Megalonyx maquinensis (i)	
	(16)	19
	Megalonyx Kaupii (16 a)....	20
11.	Sphenodon sp. (17)	21

PACHYDERMATA

6.	Tapirus americanus L. (18)...	8	12.	Mastodon sp. (19)	22
			13.	Tapyrus aff. americano	23
7.	Dicotyles labiatus C. (20) ...	9		" suinus (22)	24
	" torquatus C. (21)...	10	14.	Dicotyles sp.	25
				" sp.	26
				" sp.	27
				" sp.	28
				" sp.	29
			15.	Equus neogoeus (k) (23)	30

RUMINANTIA

8.	Cervus paludosus Desm. (24)	11	16.	Cervus sp.	31
	" rufus III. (25)	12		" sp.	32
	" campestris F. C. (26)	13			
	" simplicicornis III. (27)	14	17.	Auchenia sp.	33
	" nanus M. (28)	15		" sp.	34
			18.	Antilope maquinensis (29) ..	35
			19.	Leptotherium majus (30)...	36
				" minus	37

FERAE

9.	Felis onça L. (31)	16	20.	Felis protopanther (32)	38
	" concolor L. (33)	17		" aff. oncae (31)	39
	" pardalis L.	18		" aff. concolori (33)	40
	" macroura Pr. Max. (34)	19		" aff. macroura	41
	" mitis F. C. (35)	20		" exilis (36)	42
	" Jaguaroundi Desm. (36)	21			

10. <i>Mephitis</i> sp. (b) (39)	22	21. <i>Cynailurus</i> minutus (37) ...	43
11. <i>Galictis</i> barbara L. (40)	23	22. <i>Hyaena</i> neogoea (38)	44
" <i>vittata</i> (41)	24	23. <i>Mephitis</i> sp. (39)	45
12. <i>Lutra</i> brasiliensis L. (42) ...	25	24. <i>Galictis</i> sp.	46
13. <i>Canis</i> jubatus C. (43)	26	25. <i>Canis</i> troglodytes (44)	47
" <i>Azarae</i> Pr. Max. (45)..	27	" <i>pretolopex</i> (46)	48
" <i>vetulus</i> M. (c) (47) ...	28	26. <i>Speothos</i> pacivorus	49
14. <i>Nasua</i> solitaria Pr. Max. (48)	29	27. <i>Nasua</i> sp.	50
" <i>socialis</i> Pr. Max. (49)	30		

MARSUPIALIA

15. <i>Didelphis</i> aurita Pr. Max. ..	31	28. <i>Didelphis</i> aff. auritae	51
" <i>albiventris</i> M. (50)	32	" <i>aff. albiventri</i>	52
" <i>incana</i> M. (51) ..	33	" <i>aff. incanae</i>	53
" <i>elegans</i> M. (d) (52)	34	" <i>aff. eleganti</i>	54
" <i>pusilla</i> Desm. (53)	35	" <i>aff. pusillae</i>	55
" <i>brachyura</i> Pall. (54)	36	" <i>aff. myosuare</i>	56
" <i>trilineata</i> Mus.		" <i>sp.</i>	57
Berl. (55)	37		

GLIRES

16. <i>Mus</i> principalis M. (56)	38	29. <i>Mus</i> aff. principali	58
" <i>aquaticus</i> M. (57)	39	" <i>aff. aquatico</i>	59
" <i>mastacalis</i> M. (58)	40	" <i>aff. mastacali</i>	60
" <i>laticeps</i> M. (59)	41	" <i>aff. laticipiti</i>	61
" <i>vulpinus</i> M. (60)	42	" <i>aff. vulpino</i>	62
" <i>fossorius</i> M. (61)	43	" <i>aff. fossorio</i>	63
" <i>lasiurus</i> M. (62)	44	" <i>aff. lasiurio</i>	64
" <i>expulsus</i> M. (63)	45	" <i>aff. expulso</i>	65
" <i>longicaudus</i> M. (64)	46	" <i>robustus</i> (65)	66
" <i>lasiotis</i> M. (66)	47	" <i>debilis</i> (67)	67
		" <i>orycter</i> (68)	68
		" <i>talpinus</i> (69)	69
17. <i>Nelomys</i> antricola M. (70)..	48	30. <i>Nelomys</i> aff. antricolae	70
18. <i>Aulacodus</i> Temminckii M. (e)		31. <i>Aulacodus</i> aff. Teminckii ...	71
(71)	49	32. <i>Loncheres</i> aff. eleganti	72
19. <i>Loncheres</i> elegans M. (72) ...	50	33. <i>Lonchophorus</i> fossilis (74) ..	73
" <i>laticeps</i> M. (73)..	51	34. <i>Phyllomys</i> aff. brasiliensi ...	74
20. <i>Phyllomys</i> brasiliensis M. ...	52		

21. <i>Synoetheres prehensilis</i> L. (75)	53	35. <i>Synoetheres magna</i> (76)	75
" <i>insidiosa</i> Lich- teinst. (77)	54	" <i>dubia</i> (78)	76
22. <i>Sciurus aestuans</i> L.	55		
23. <i>Lepus brasiliensis</i> L. (79) ...	56	36. <i>Lepus</i> aff. <i>brasiliensi</i>	77
24. <i>Cavia aperea</i> L. (81)	57	37. <i>Lagostomus brasiliensis</i> (80) ..	78
" <i>rufescens</i> M. (83)	58	38. <i>Cavia robusta</i> (82)	79
25. <i>Cerodon saxatilis</i> M. (85) ...	59	" <i>gracilis</i> (84)	80
26. <i>Hydrochoerus capibara</i> L. (87)	60	39. <i>Cerodon</i> aff. <i>saxatili</i>	81
27. <i>Dasyprocta caudata</i> M. (89) ..	61	" <i>bilobidens</i> (86)	82
28. <i>Coelogenys Paca</i> L. (91)	62	40. <i>Hydrochoerus</i> aff. <i>capibarae</i> ..	83
		" <i>sulcidens</i> (88) ..	84
		41. <i>Dasyprocta</i> aff. <i>caudatae</i>	85
		" <i>capreolus</i> (90) ...	86
		42. <i>Coelogenys laticeps</i> (91)	87
		" <i>major</i> (92)	88
		43. <i>Myopotamus antiquus</i> (93) ..	89

CHIROPTERA

29. <i>Phyllostoma spectrum</i> L. (94) ..	63	44. <i>Phyllostoma</i> aff. <i>spectro</i>	90
" <i>hastatum</i> L. (95) ..	64	" <i>sp.</i>	91
" <i>brevicaudum</i> Pr. Max. (96)	65	" <i>sp.</i>	92
" <i>plecotus</i> M. (97) ..	66	" <i>sp.</i>	93
" <i>humerales</i> M. (98) ..	67	" <i>sp.</i>	94
" <i>lilium</i> Géof. (99) ..	68		
" <i>lineatum</i> Géof. (100)	69		
" <i>dorsale</i> M. (101) ..	70		
" <i>superciliatum</i> Pr. Max. (102)	71		
" <i>leucostigma</i> M. (103)	72		
30. <i>Glossophaga ecaudata</i> Géof. (104)	73		
" <i>brevicaudata</i> M. (105)	74		
" <i>amplexicaudata</i> Pr. Max. (106) ..	75		
31. <i>Dysopes Temminckii</i> M. (107)	76	45. <i>Dysopes</i> sp.	95
32. <i>Vespertilio velatus</i> Is. G. S. Hil. (108)	77	46. <i>Vespertilio</i> sp.	96
" <i>leucogaster</i> Pr. Max. (109)	78		
" <i>caninus</i> Pr. Max.			

	(110)	79
"	bursa M. (111) ..	80 /
"	nigricans Pr. Max.	
	(112)	81
33.	Noctilio leporinus L. (113) ..	82
34.	Nycticeius sericeus M. (114)	83
35.	Desmodus fuscus M. (115) ...	84

SIMIAE

36.	<i>Jacchus penicillatus</i> Géof.		47.	<i>Jacchus</i> aff. <i>penicillatus</i>	97
	(116)	85		<i>Jacchus grandis</i> (118)	98
37.	<i>Cebus cirrhifer</i> Géof. (117) ..	86	48.	<i>Cebus macrognathus</i> (120) ..	99
38.	<i>Callithrix chloroenemis</i> M.		49.	<i>Callithrix primaevus</i> (122) ..	100
	(119)	87	50.	<i>Protopithecus brasiliensis</i> (123)	101
39.	<i>Mycetes ursinus</i> Humb. (121)	88			

a) **Espécies vivas.** A lista precedente continha 36 gêneros com 85 espécies vivas; esta apresenta 39 gêneros e 88 espécies. As espécies acrescentadas agora são 1.^a uma nova espécie do gênero **Canis**, 2.^a uma espécie do gênero **Felis** (*F. mitis* F. C.), 3.^a, enfim, uma espécie de **Mofêta** (124); esta última aumenta de um o número de gêneros; os dois outros gêneros que esta lista apresenta a mais que a precedente foram formados com espécies já mencionadas na última, isto é, o gênero **Aulacodus Temminck**, para as espécies do gênero **Nelomys** de incisivos superiores sulcados, e o gênero **Kerodon** F. C., que não posso mais adotar, desde que admito como grupos genéricos os da família dos **Echymidos**.

b) **Mephitis.**— Os brasileiros designam pelo nome de **Javatatacca** um pequeno animal negro, com duas faixas brancas ao longo do dorso, que, uma vez irritado, lança um líquido extremamente fedorento. Embora não tenha podido, até hoje, obter um desses animais, em virtude de que ninguém ousa aproximar-se deles, não quero, porém, silenciar sobre ele, pois habita a parte do país que constitui o objeto de minhas pesquisas e, além disto, não resta a menor dúvida de que seja uma espécie de **Mofêta** (124).

c) **Canis vetulus.** — Além do lobo vermelho (**Canis jubatus**) (43), existem aqui duas espécies menores deste gênero de cão, mais ou menos visinhas da raposa. Uma delas, a maior, recebeu dos brasileiros o nome de **Raposa do Mato**, isto é, grande raposa dos bosques, pois vive no interior dos bosques, dali não saindo, senão para ir de um bosque a outro; às vezes, é vista a caçar ao longo das orlas dos bosques, mas nunca se afasta muito deles nem passa muito tempo fora deles. E' com dúvida que relaciono esta espécie ao **Canis Azarae** (45) dos autores, visto que difere em muitos pontos da descrição muito detalhada que Azara e Rengger fizeram da Raposa do Paraguai. A outra espécie é menor e é batizada pelos habitantes com o nome de **Rapôza** ou **Rapozinha do campo**, isto é, pequena rapôza dos campos. Esta não entra nos bosques, mas habita exclusivamente nos campos abertos, onde descansa nas tocas abertas pelos Tatús. Caça de dia e de noite, ao luar; não tem, outrossim, a pupila contratil em forma de linha, como as outras rapôzas, mas redonda, mesmo quando o animal olha o sol. Seu comprimento é de 32 polegadas, tendo o corpo 20 pole-

gadas. E' de coloração cinza muito pálida no dorso, esbranquiçada em baixo, sendo as extremidades dum amarelo ocre muito pálido e a extremidade da cauda e uma mancha sôbre sua metade, negras; uma mancha que existe sob o olho e também a mandíbula são de coloração escura, sendo a extremidade do lábio branca. Os indivíduos jovens são ainda mais pálidos que os adultos, enquanto que na espécie precedente os jovens são escuros. Esta espécie parece formar com o *Corsac* e o *Canis velox* de Harlan um pequeno grupo particular, visinho das Rapôzas.

d) *Didelphis elegans*. — Depois de meu último resumo, recebi a monografia de Temminck sôbre o gênero *Didelphis*, e vejo, com grande surpresa, que nenhuma das sete espécies dêste gênero, que aqui vivem, é ali descrita. A espécie que eu relacionara com *D. murina* teve o seu nome mudado para *D. elegans*, visto ser distinta; a que eu relacionara com *D. tricolor* Géof. dela se distingue muito, aproximando-se mais de *D. brachyura* Pall., de que parece, também, distinguir-se especificamente.

e) *Aulacodus Temminckii*. — E' o animal que figura em meus primeiros resumos sob o nome de *Nelomys sulcidens*. Como difere muito da outra espécie, *Nelomys antricola*, na conformação dos dentes, já me achava inclinado a separá-las, para formar com elas dois sub-gêneros; entretanto, como vejo que Temminck estabeleceu para uma espécie muito visinha de meu *N. sulcidens* o gênero *Aulacodus*, adoto êste gênero que compreenderá então duas espécies, o *A. swinderianus*, descrito por Temminck, e a espécie que se acha comumente aqui e que difere daquela, tanto por caracteres externos, quanto por caracteres de seu esqueleto; proponho para esta última o nome de *Aulacodus Temminckii*.

f) *Espécies fósseis*. — O resumo precedente continha 44 gêneros e 91 espécies fósseis; neste, o número de gêneros é elevado para 50 e o de espécies, para 101. Os gêneros, com os quais é aumentada a presente lista, são: *Megatherium*, *Equus*, *Mephitis*, *Dysopes*, *Vespertilio* e *Cebus*. Dois gêneros, estabelecidos por outros, foram adotados, o de *Cerodon* e o de *Aulacodus*; por outro lado, dois foram suprimidos, o de *Myrmecophaga* e o de *Thylacotherium*. Em relação àquele, estou certo de que as ossadas que eu atribuíra a uma espécie gigantesca de tamanduá, procedem duma espécie do gênero *Platyonix*, gênero que, em diversas partes de sua osteologia, mostra afinidades notáveis com os tamanduás (15); quanto ao último, vendo que já se propuzera o nome de *Thylacotherium* para um gênero fóssil de marsupiais da Nova-Holanda (125), retiro êste nome genérico e não o substituo, no momento, por nenhum outro, até que outras partes do esqueleto venham confirmar as conclusões que eu tirara até agora sómente do exame dum dente molar. O nome das espécies novas que vêm se juntar às já mencionadas em meus resumos anteriores, sobe a 12, a saber, além das seis espécies de que se compõem os seis gêneros novos, uma espécie do gênero *Platyonix*, uma do gênero *Megalonyx*, uma espécie de *Pecari*, cujas proporções ultrapassam muito a da maior espécie que eu possuía até agora, uma espécie de Gato do tamanho do jaguar, uma espécie do gênero *Phyllostoma* e, enfim, um *Ouistiti*, semelhante, pelo tamanho, ao *Jacchus penicillatus* (116).

g) *Megatherium*. — Possuo apenas um dente molar dêste animal,* que corres-

* Devo a aquisição dêste dente, assim como a de alguns outros fragmentos interessantes, à complacência do Sr. Claussen, que acaba de fazer excavações em algumas cavernas, tendo me cedido todo o produto de seu trabalho, o que me permitiu achar, entre os restos de numerosos animais que me eram já conhecidos, fragmentos de quatro espécies que eram novas para mim, a saber: o *Megatherium*, o *Mephitis*, o *Cebus macrognaeus* e a pequena espécie de *Jacchus*.

ponde, por seu tamanho e por sua forma geral, ao do *Megatherium Cuvieri* (126), descrito, muito detalhadamente, por Buckland, em seus *Bridgewater-Treatises*. Este engenhoso observador expoz muito bem o admirável mecanismo pelo qual as duas cristas transversais da superfície triturante se conservam sempre salientes e cortantes; entretanto, o dente que possuo não deixa de oferecer algumas diferenças, comparado aos descritos por Buckland; assim, a massa do dente não é composta senão duma só substância, a dentina, e não vejo diferença entre a parte desta massa que se acha do lado interno da placa de esmalte e a que está situada do lado externo da mesma; por outro lado, esta placa não faz toda a volta do dente, como indica Buckland, mas é interrompida na frente e atrás, de modo que existem duas placas separadas, verticais e paralelas, que terminam no cume das duas colinas da face triturante (127). Parece, pois, provável que a espécie desta parte do Brasil é diferente da que se acha nas partes extra-tropicais da América (128).

h) *Platyonyx*. — Como o número dos dentes dos verdadeiros *Megalonyx* não era conhecido até agora, eu tinha classificado neste gênero, a despeito da diferença na forma das garras, numerosas espécies que têm no maxilar superior cinco dentes molares e, no inferior, quatro; hoje, tendo sido constatado que a espécie tipo do gênero *Megalonyx*, o *M. Jeffersonii*, apresenta apenas quatro molares em cada maxilar, julgo dever separar deste gênero as espécies mencionadas, para formar com elas o gênero *Platyonyx* (15), assim chamado em virtude do caráter mais saliente, de ter as garras das mãos um pouco achatadas, enquanto que elas são, nos verdadeiros *Megalonyx*, muito comprimidas. Quasi todas as espécies do Brasil pertencem a este gênero; de modo que tudo o que eu disse em meus resumos anteriores do gênero *Megalonyx* deve ser referido ao novo gênero *Platyonyx*. A despeito da forma achatada das garras da mão, e mau grado seu número, que é de cinco, duas circunstâncias que parecem dever fazer delas instrumentos próprios para escavar, esta faculdade não pode ser atribuída a estes animais, senão em fraco grau. Com efeito, as facetas articulares entre os metacarpianos e as primeiras falanges digitais, sendo planas, em vez de arredondadas, não permitem quasi nenhum movimento no sentido vertical, enquanto que suas fortes arestas longitudinais excluem todo movimento lateral. Como nas Preguiças, apenas a falange ungueal pode mover-se sobre a que precede, e assim mesmo somente para flexionar-se, porque uma forte proeminência coracóide, que nasce na parte superior e posterior da falange ungueal e se dirige para trás, entra numa cavidade da falange precedente e impede a garra não somente de se levantar, mas até de se estender horizontalmente. Estes animais não podiam, pois, marchar com os dedos estendidos, como os Tatús, enquanto que a falta de curvatura das garras os impedia, igualmente, de marchar como os Tamanduás, apoiando-se sobre o dorso dos dedos, com as garras dobradas sob a mão, visto que, nêles, a ponta das garras, estando estas dobradas, ultrapassa muito o plano das mãos e embaraçaria, portanto, a marcha.

Acredito, pois, que estes animais não podiam marchar, mas se arrastavam por terra à maneira das Preguiças: assim, segundo o que já demonstrei para a conformação dos pés, é necessário admitir que eles possuíam a faculdade de trepar às árvores.

Contudo, exceção feita das diferenças que apresenta o sistema dentário, tanto pelo número como pela forma dos dentes, assim como as garras, o gênero *Platyonyx*

apresenta extrema afinidade com o gênero *Megalonyx*, de sorte que a maior parte do esqueleto não oferece nenhum caráter suficiente para distinguir êstes dois grupos. Assim, na espécie do gênero *Platonyx*, que denominei *P. Owenii*, os ossos do metacarpo correspondem de tal modo, tanto pela forma como pelo tamanho, aos do *Megalonyx Jeffersonii*, descritos e figurados por Cuvier, que fui, antes, levado a atribuí-los a êste animal, até que materiais mais completos me colocaram em condições de corrigir êste erro, que se acha consignado em meus resumos anteriores.

i) *Megalonyx maquinensis*. — Êste animal está citado nas listas precedentes sob o nome de *Toelodon maquinense* (129). Como verifico que o nome *Toelodonta* (130) acaba de ser proposto, para um gênero de Paquidermes, retiro o meu, para evitar erros, e deixo o animal em questão, provisoriamente, no gênero *Megalonyx*, com o qual corresponde, seja quanto à forma comprimida das garras, seja quanto ao número de dentes, os quais parecem diferir um pouco pela forma.

k) *Equus neogoeus*. — Eis aqui um fato certamente dos mais notáveis, a que me conduziram minhas pesquisas nêste país, o da existência do gênero Cavallo nas partes quentes do Novo Mundo, nesta época longínqua; e, felizmente, o precioso documento, sôbre o qual fundo êste fato, é de natureza a não deixar a menor dúvida sôbre sua realidade. E' um osso de metatarso, que apresenta todos os caracteres exteriores dos outros ossos desta época, tirado do meio duma brecha óssea de cimento muito duro, e envolvido por ossadas de *Canis troglodytes* (44), *Dasypus punctatus* e *Chlamytherium Humboldtii* (9). E' sensivelmente mais largo e mais chato que os de todos os Cavallos vivos com que pude compará-lo. Como se pretende ter achado nas partes temperadas da América (nos Estados Unidos e na República do Uruguai) ossadas de Cavallo no estado fóssil, a observação que acabo de fazer serve para confirmar essas indicações, revelando, ao mesmo tempo, o fato interessante da existência do Cavallo nesta época em tôda a extensão do Novo Mundo, donde tinha desaparecido completamente, para aqui reaparecer sómente sob a influência e os auspícios do homem.

Eis aqui, senhor, o que o tempo me permite, no momento, de vos comunicar, relativamente a minhas pesquisas sôbre os Mamíferos. Tendo a imensa quantidade dos restos desta classe, que conseguí desenterrar até hoje, me fatigado realmente, não pude examinar, ainda, os das outras classes; limito-me, pois, a vos informar aqui que possuo, além das ossadas dum assaz grande número de espécies de Aves, entre as quais distingo duas espécies de Avestruzes (*Rhea*), uma bem maior que a espécie atual, algumas *Serpentes*, numerosas espécies de *Sáurios*, entre êles *Monitores*, *Crocodilos*, uma infinidade de ossadas de *Anfíbios*, muitas *Conchas terrestres e fluviais* e, enfim, entre os animais articulados, os gêneros *Julus* e *Polymerus*.

NOTAS DO TRADUTOR

- 1) *Myrmecophaga jubata* L. — Hoje *M. tridactyla* Linnaeus. Tamanduá bandeira. Também fóssil nos depósitos pleistocênicos das cavernas, segundo Winge (I).
- 2) *Myrmecophaga tetradactyla* L. — Hoje *Tamanduá tetradactyla* (Linnaeus). Tamanduá colete. Também fóssil no depósito pleistocênico das cavernas, segundo Winge (I).

- 3) *Dasypus octocinctus* L. — Equivalente a *D. novemcinctus* Linnaeus, que tem prioridade sobre *octocinctus* e que, por isto, é o nome válido para esta espécie. Tatú de nove cintos. Mulita grande. Tatú etê. Tatú galinha.
- 4) *Dasypus mirim* Lund. — Sinônimo de *D. hybridus* Desmarest ou *D. septemcinctus*. Mulita, propriamente dita. Mulita dos pampas. Também fóssil, segundo Winge (I).
- 5) *Xenurus nudicaudus* Lund — Sinônimo de *Cabassous duodecimcinctus* (Linnaeus).
- 6) *Priodon giganteus* Cuvier — Sinônimo de *Priodontes giganteus* Cuvier. Tatú carreta. Tatú assú. Os restos atribuídos por Lund a esta espécie e gênero parecem pertencer a espécie e gênero diferentes, talvez a *Dasypus punctatus* Lund, segundo Winge (I).
- 7) *Euryodon* Lund — Gênero insubsistente, fundado sobre restos pertencentes a outros gêneros.
- 8) *Heterodon* Lund — Idem.
- 9) *Chlamydothierium Humboldtii* Lund — *Chlamytherium majus* Lund é o nome válido para este gênero e espécie, por razão de prioridade.
- 10) *Chlamydothierium gigas* Lund = *Chlamytherium majus* Lund, parte, e a *Glossotherium robustum* Owen, parte.
- 11) *Hoplophorus euphractus* Lund — O nome genérico *Hoplophorus* Lund, 1838 (nec *Hoplophora* Perty, 1830, nec *Oplophorus* Milne Edwards, 1837) tem prioridade sobre *Sclerocalyptus* Ameghino, 1891, e é perfeitamente válido, segundo Simpson (II), que coloca o último nome em sua sinônimia. Descoberta recente, efetuada numa caverna de Lagoa Santa, permite-nos afirmar, porém, que *Hoplophorus* Lund e *Sclerocalyptus* Ameghino são dois gêneros perfeitamente distintos e igualmente válidos, duma mesma família.
- 12) *Hoplophorus Selloi* Lund = ? *H. euphractus* Lund.
- 13) *Hoplophorus minor* Lund = ? *H. euphractus* Lund.
- 14) *Pachytherium magnum* Lund = *Glyptodon clavipes* Owen, segundo Winge (I).
- 15) *Platyonyx Cuvieri* Lund, *P. Oweni* Lund, *P. Brongniartii* Lund, *P. Bucklandii* Lund, *P. minutus* Lund = *Scelidotherium magnum* Bravard, segundo Winge (I). Mas Kraglievich (III) demonstrou que *S. magnum* Bravard não é, propriamente, um *Scelidotherium*, mas é sinônimo de *Scelidodon Capellinii* Ameghino, e que a espécie das cavernas do Brasil é diferente das outras espécies descritas, motivo por que a batizou com o nome de *Scelidodon wingei* Kraglievich, 1923, que é o nome válido para esta espécie. *P. Balinvillei* Lund é *nomen nudum*.
- 16) *Megalonyx maquinensis* (Lund) = *Nothrotherium maquinensis* (Lund).
- 16a) *Megalonyx Kaupii* Lund = ? *N. maquinensis* (Lund).
- 17) *Sphenodon* Lund. Lund reconheceu (1845) que seu gênero *Sphenodon* fora

(I) Winge, Herluf — *Jordfundne og Nulevende Gumlere (Edentata) fra Lagoa Santa, Minas Gerais, Brasilien. E Museo Lundii*, vol 3, parte 2. Copenhagen, 1915.
 (II) Simpson, George Gaylord — *The Principles of Classification and a Classification of Mammals. Bull. Amer. Mus. Nat. Hist.*, Vol. 85. 1945.
 (III) Kraglievich, Lucas — Descripción comparada de los cráneos de *Scelidodon Rothi* y *Scelidotherium Parodi*, n. sp., procedentes del horizonte chapadmalense. *Anales Mus. Hist. Nat. Buenos Aires*, vol XXXIII, págs. 57-103, com duas lâminas.

fundado sobre dentes juvenis de *Scelidotherium* Owen (? ou *Scelidodon* Ameghino), razão por que o abandonou. O nome *Sphenodon*, aliás, já fôra usado por Gray, para um réptil da Nova Zelandia (*Rhynchocephalia* — *Rhynchosauridae*).

- 18) *Tapirus americanus* Bris. = *Tapirus terrestris* Linnaeus. Tapir. Anta.
- 19) *Mastodon* sp.. Provavelmente um *Stegomastodon* Pohlig.
- 20) *Dicotyles labiatus* Cuvier = *Tayassu pecari* (Link). Queixada. Taiassú. Porco do mato grande. Fóssil.
- 21) *Dicotyles torquatus* Cuvier = *Tayassu tajacu* (Linnaeus). Caitetú. Catêto. Porco do mato pequeno. Fóssil.
- 22) *Tapyrus suinus* Lund. Esta espécie foi fundada sobre restos dum *Tayassu pecari* (Link), segundo Winge (IV).
- 23) *Equus neogaeus* Lund = *Hippidion neogaeum* (Lund).
- 24) *Cervus paludosus* Desm. = *Blastocerus dichotomus* (Illiger). Veado dos pântanos. Atual e fóssil em Lagoa Santa, segundo Winge (IV).
- 25) *Cervus rufus* Illiger = *Mazama rufa* (Illiger). Veado mateiro. Guataparâ. Idem.
- 26) *Cervus campestris* Cuvier = *Blastocerus bezoarticus* (Linnaeus). Veado campeiro. Veado branco. Idem.
- 27) *Cervus simplicicornis* Illiger = *Mazama simplicicornis* (Illiger). Veado virá. Catingueiro.
- 28) *Cervus nanus* Lund = *Mazama simplicicornis* (Illiger)?
- 29) *Antilope maquinensis* Lund. Fundado sobre restos de *Mazama simplicicornis* (Illiger), segundo Winge (IV).
- 30) *Leptotherium* Lund = *Macrauchenia* Owen, segundo Winge (IV). *L. majus* e *L. minus* Lund = *Macrauchenia patachonica* Owen.
- 31) *Felis onca* L. = *Panthera onca* (Linnaeus). Onça. Jaguar.
- 32) *Felis protopanther* Lund = *Panthera onca* (Linnaeus).
- 33) *Felis concolor* L. = *Felis* (*Puma concolor* Linnaeus, Puma. Sussuarana.
- 34) *Felis macroura* Wied = *Felis* (*Noctifelis*) *wiedii* *wiedii* Schinz.
- 35) *Felis mitis* Cuvier. Identificado sobre restos de *F. (Noctifelis) tigrina* Erxleben.
- 36) *Felis jaguarundi* Desmarest = *Felis* (*Herpailurus*) *yagouaroundi* E. Geoffroy. Jaguatirica. Fóssil e atual em Lagoa Santa, segundo Winge (V).
- 37) *Cynailurus minutus* Lund = *Speothos venaticus* Lund?
- 38) *Hyaena neogaea* Lund = *Smilodon neogaeus* (Lund). Tigre dentes de sabre americano.
- 39) *Mephitis* sp.. Ao gênero *Mephitis* Cuvier pertencem mustelídeos mefitíneos cuja distribuição geográfica abrange, praticamente, todos os Estados Unidos e o norte do Canadá, até à longitude de 50°, para leste, e de 60°, para oeste. Na América do Sul, é elle substituído pelo gênero *Conepatus*, característico de toda a região neotropical, a partir do sul do México até ao sul da Patagônia. A espécie atual e fóssil em Lagoa Santa é *C. suffocans* (Illiger), o vulgar Zorrilho. Vide nota 124.
- 40) *Galictis barbara* L. = *Galera barbara* (Linnaeus) ou *Eira barbara* (Linnaeus). Taira. Papa mel. Furão maior. Atual e fóssil em Lagoa Santa, segundo Winge.
- 41) *Galictis vittata* Schreber = *Grison vittatus brasiliensis* (Thunberg). Furão. Idem.
- 42) *Lutra brasiliensis* L. = *Pteronura brasiliensis* (Linnaeus). Lontra brasileira.
- 43) *Canis jubatus* Cuvier = *Chrysocyon brachyurus* H. Smith. Guará.
- 44) *Canis troglodytes* Lund = *Protocyon troglodytes* (Lund).
- 45) *Canis Azarae* Pr. Max. = *Dusicyon* (*Cerdocyon*) *gymnocercus gymnocercus* (Fischer). Guarachaim.
- 46) *Canis protalopex* Lund = *Dusicyon* (*Cerdocyon*) *gymnocercus gymnocercus* (Fischer).

(IV) Winge, Herluf — Jordfundne og nulevende Hovdyr (Ungulata) fra Lagõa Santa, Minas Geraes, Brasilien. E *Museo Lundii*, vol. 3, Copenhagen, 1906-1915.

(V) Winge, Herluf — Jordfundne og nulevende Rovdyr (Carnivora) fra Lagõa Santa, Minas Gerais, Brasilien. E. *Museo Lundii*, vol. II, 2.ª parte, págs. 1-130. Copenhagen, 1895-1896.

- 47) *Canis vetulus* Lund = *Dusicyon (Lycalopex) vetulus* (Lund). Jaguapitanga Cachorro do campo.
- 48) *Nasua solitaria* Pr. Max. = *Nasua solitaria* Wied. Coati comum.
- 49) *Nasua socialis* Pr. Max. = *Nasua nasua nasua* (Linnaeus). Coati vermelho.
- 50) *Didelphis albiventris* Lund = *D. marsupialis albiventris* Lund. Gambá. *D. aurita* Pr. Max. é, também, sub-espécie de *D. marsupialis*, mas não é citada por Winge (VI), nem como atual, nem como fóssil, em Lagoa Santa.
- 51) *Didelphis incana* Lund = *Marmosa grisea* (Desmarest).
- 52) *Didelphis elegans* Lund = *Marmosa pusilla* (Desmarest).
- 53) *Didelphis pusilla* Desm. = *Marmosa pusilla* (Desmarest).
- 54) *Didelphis brachyura* Pall. = *Monodelphis domestica* (Wagner).
- 55) *Didelphis trilineata* Mus. Berl. = *Monodelphis americana* (Miller).
- 56) *Mus principalis* Lund = *Scapteromys principalis* (Lund).
- 57) *Mus aquaticus* Lund = *Nectomys squamipes squamipes* Brants. Rato d'água.
- 58) *Mus mastacalis* Lund = *Rhipidomys mastacalis* (Lund).
- 59) *Mus laticeps* Lund = ? *Oryzomys laticeps* (Lund).
- 60) *Mus vulpinus* Lund = *Oryzomys (Oryzomys) laticeps laticeps* (Lund).
- 61) *Mus fossorius* Lund = *Nectomys squamipes squamipes* Brants?
- 62) *Mus lasiurus* Lund = *Zygodontomys lasiurus* (Lund).
- 63) *Mus expulsus* Lund = *Hesperomys expulsus* (Lund).
- 64) *Mus longicaudus* Lund = *Oryzomys (Oligoryzomys) longicaudatus* (Bennet).
- 65) *Mus robustus* Lund = *Nectomys squamipes squamipes* Brants?
- 66) *Mus lasiotis* Lund = *Hesperomys expulsus* (Lund)?
- 67) *Mus debilis* Lund = *Nectomys squamipes squamipes* Brants?
- 68) *Mus orycter* Lund = *Akodon (Abrothrix) orycter* (Lund).
- 69) *Mus talpinus* Lund = *Blarinomys talpinus* (Lund).
- 70) *Nelomys antricola* Lund = *Cercomys cunicularius cunicularius* Cuvier.
- 71) *Aulacodus Temminckii* Lund = *Carterodon sulcidens* (Lund).
- 72) *Loncheres elegans* Lund = *Proechimys cayennensis cayennensis* (Desm.).
- 73) *Loncheres laticeps* Lund = *Euryzygomatomys spinosus spinosus* (Desm.).
- 74) *Lonchophorus fossilis* Lund = *Echimys armatus* (Géoffroy).
- 75) *Synoetheres prehensilis* L. = *Coendou (Coendou) prehensilis prehensilis* (Linnaeus).
- 76) *Synoetheres magna* Lund = *Coendou (Sphiggurus) magnus* (Lund).
- 77) *Synoetheres insidiosa* Lichtenst. = *Coendou (Sphiggurus) insidiosus* (Licht.). Atual e fóssil em Lagoa Santa, segundo Winge (VII).
- 78) *Synoetheres dubia* Lund = *Coendou (Sphiggurus) insidiosus* (Licht.).
- 79) *Lepus brasiliensis* L. = *Sylvilagus (Tapeti brasiliensis* (Linnaeus). Tapiti. Candimba. "Coelho". "Lebre".
- 80) *Lagostomus brasiliensis* Lund = Não confirmada por Winge.
- 81) *Cavia aperea* Linnaeus = *Cavia porcellus* (Linnaeus). Preá.
- 82) *Cavia robusta* Lund = Idem.
- 83) *Cavia rufescens* Lund = Idem.
- 84) *Cavia gracilis* Lund = Idem.
- 85) *Cerodon saxatilis* Lund = *Galea boliviensis* (Waterhouse).
- 86) *Cerodon bilobidens* Lund = *Galea flavidens* (Brandt).
- 87) *Hydrochoerus capibara* L. = *Hydrochoerus hydrocaeris hydrocaeris* Linnaeus. Capivara.
- 88) *Hydrochoerus sulcidens* Lund = *Nechoerus giganteus* (Lund), Capivara gigante, extinta.
- 89) *Dasyprocta caudata* Lund = *Dasyprocta aguti* (Linnaeus). Cotia.
- 90) *Dasyprocta capreolus* Lund. Fundada sobre uma tíbia. Espécie duvidosa.

(VI) Winge, Herluf — Jordfundne og nulevende Pungdyr (Marsupialia) fra Lagoa Santa, Minas Gerais, Brasilien. E Museo Lundii, vol. II, 1.^a parte, págs. 1-149. Copenhagen, 1893.

(VII) Winge, Herluf — Jordfundne og nulevende Gnavere (Rodentia) fra Lagoa Santa, Minas Gerais (Brasilien). E Museo Lundii, vol. 1, 200 págs., 8 planchas. Copenhagen, 1888.

- 91) *Coelogenys paca* L. e *C. laticeps* Lund = *Cuniculus paca* (Linnaeus). Paca.
- 92) *Coelogenys major* Lund = *Cuniculus paca* (Linnaeus).
- 93) *Myopotamus antiquus* Lund = *Myocastor coypus bonariensis* (Géoffroy). Nutria. Ratão do banhado.
- 94) *Phyllostoma spectrum* L. = *Chrotopterus auritus* (Peters).
- 95) *Phyllostoma hastatum* L. = *Phyllostomus hastatus hastatus* (Pallas). Atual e fóssil em Lagoa Santa, segundo Winge (VIII).
- 96) *Phyllostoma brevicaudum* Pr. Max. = *Hemiderma perspicillatum* (Linnaeus). Idem.
- 97) *Phyllostoma precotus* Lund = *Micronycteris megalotis* (Gray). Idem.
- 98) *Phyllostoma humerale* Lund = ?
- 99) *Phyllostoma lilium* Géoffroy = *Sturnira lilium* Géoffroy. Atual e fóssil em Lagoa Santa, segundo Winge (VIII).
- 100) *Phyllostoma lineatum* Géof. = *Vampyrops lineatus* Géoffroy. Idem.
- 101) *Phyllostoma dorsale* Lund = *Chiroderma doriae* (Thomaz). Idem.
- 102) *Phyllostoma superciliatum* Pr. Max. = *Artobius perspicillatus* Linnaeus = ? *Artibeus jamaicensis lituratus* (Lichtenstein)? Idem.
- 103) *Phyllostoma leucostigma* Lund = *Pygoderma bilabiatum* Wagner. Aaual.
- 104) *Glossophaga ecaudata* Géof. = *Lonchoglossa caudifera* (Géoffroy). Atual e fóssil em Lagoa Santa, segundo Winge (VIII).
- 105) *Glossophaga brevicaudata* Lund = *Lonchoglossa caudifera* (Géoffroy). Idem.
- 106) *Glossophaga amplexicaudata* Pr. Max. = *Glossophaga soricina* (Pallas). Idem.
- 107) *Dysopes Temminckii* Lund = *Molossus hirtipes* Lund. Idem.
- 108) *Vespertilio velatus* Is. G. S. Hil. = *Histiotus velatus* (I. Géoffroy). Idem.
- 109) *Vespertilio leucogaster* Pr. Max. = *Eptesicus hilarii* (Géoffroy).
- 110) *Vespertilio caninus* Pr. Max. = *Peropteryx macrotis macrotis* (Wagner). Idem.
- 111) *Vespertilio bursa* Lund = *Lasiurus noveboracensis* (Erxleben). Idem.
- 112) *Vespertilio nigricans* Pr. Max. = *Myotis nigricans* (Wied). Idem.
- 113) *Noctilio leporinus* L. = *Molossus perotis perotis* Schinz. Idem.
- 114) *Nycticeius sericeus* Lund = *Dasypterus ega* (Gervais). Idem.
- 115) *Desmodus fuscus* Lund = *Desmodus rotundus* (Géoffroy). Idem.
- 116) *Jacchus penicillatus* Géof. = *Callithrix penicillata* (Géoffroy). Titi de pincéis negros. Um sagui.
- 117) *Cebus cirrifer* Géof. = *Cebus fatuellus* Linnaeus. Um mico. Idem.
- 118) *Jacchus grandis* Lund = *Callicebus personatus personatus* (Géoffroy). Sauí guazú. Idem.
- 119) *Callithrix chloroenemis* Lund = *Callicebus personatus personatus* (Géoffroy).
- 120) *Cebus macrognathus* Lund = *Cebus fatuellus* Linnaeus. (Vide nota 117).
- 121) *Mycetes ursinus* Humb. = *Alouatta seniculus* (Linnaeus). Bugio. Macaco roncador. Atual e fóssil em Lagoa Santa, segundo Winge (IX).
- 122) *Callithrix primaevus* Lund = *Alouatta seniculus* (Linnaeus).
- 123) *Protopithecus brasiliensis* Lund = *Brachyteles protopithecus* (Winge).
- 124) Mofêta = Zorrilho. Vide nota 39.
- 125) *Thylacotherium* Lund. Este nome estava, já, ocupado por Valenciennes, para designar um outro gênero de mamíferos, do grupo dos pantotéricos, do Jurássico médio da Inglaterra, a que Blainville batizara, antes, de *Amphitherium*, que é o nome válido para o mesmo: Lund deixou de substituir o nome que propuzera por outro, porém Liai (X) propoz que se o substituísse por *Gambatherium*. Mas este gênero é muito duvidoso. O dente molar em que se baseia pertence, possivelmente, a um dos gêneros de marsupiais próprios da região de Lagoa Santa.

(VIII) Winge, Herluf — Jordfundne og nulevende Flagermus (*Chiroptera*) fra Lagoa Santa, Minas Geraes (Brasilien). E *Museo Lundii*, vol. 2, 92 págs., 2 planchas. Copenhagen, 1895-1896.

(IX) Winge, Herluf — Jordfundne og nulevende Aber (*Primates*) fra Lagoa Santa. Minas Geraes (Brasilien). E *Museo Lundii*, vol. 2, III, págs. 1-57, 2 pls. Copenhagen, 1895-96.

(X) Liai, Emmanuel — *Climats, Géologie, Faune et Géographie Botanique du Brésil*, pág. 331. Paris, 1872.

- 126) **Megatherium Cuvieri**. Esta espécie, fundada por Desmarest, é sinônima de **M. americanum** Blumenbach, que tem prioridade sobre **M. Cuvieri** e que, portanto, deve prevalecer sobre esta. E' uma das espécies melhor conhecidas. Atingia quasi o tamanho dum elefante, mas era de conformação mais pesada do que a dêste. O **M. gallardoi** C. Ameghino — Kraglievich era de maior tamanho. Pleistoceno sul-americano.
- 127) Os molares do **Megatherium** são muito característicos: apresentam duas cristas transversais, paralelas, cujo cume é formado por uma placa de dentina ou marfim, sendo o declive anterior e posterior do dente constituídos por cimento e os declives internos, por vasodentina. Como a dentina é mais dura que o cimento e que a vasodentina, oferece mais resistência ao desgaste, do que resulta a formação das colinas ou cristas transversais.
- 128) Winge (I) classifica os restos de **Megatherium** coletados por Lund, em Lagoa Santa, na espécie **M. americanum** Blumenbach. Parece-nos, porém, possível que estudo mais detalhado, de material mais completo, nos revelará que a espécie de Minas Gerais é distinta daquela espécie pampeana.
- 129) **Toelodon maquinaense**. Houve um equívoco de Lund ou do tipógrafo, na grafia dêste nome. O nome exato é **Coelodon**, não **Toelodon**. Como o nome **Coelodon** Lund já fôra, de certo modo, usado por Bronn, para um rinoceronte (vide nota 130), Lund retirou-o, posteriormente, deixando, provisoriamente, o animal a que se refere no gênero **Megalonyx** Harlan. Agassiz e Serville, também, já tinham usado o nome **Coelodon**, para gêneros de peixes. O nome válido para êste gênero de desdentados terrícolas é **Nothrotherium** Lydekker. A espécie de Lagoa Santa é **N. maquinaensis** (Lund).
- 130) **Toelodonta**. Houve equívoco semelhante ao apontado em a nota anterior, na grafia dêste nome. A grafia correta é **Coelodonta**. O gênero é de Bronn e se refere a rinocerontes do Pleistoceno da Eurásia: **C. etruscus** (Falc.) e **C. antiquitatis** (Blumb).

PLANCHIA I

Platyonyx Lund. Fig. 1, dedo I da mão direita de **P. Cuvieri** Lund; Fig. 2, mão direita de **Platyonyx** Lund, restaurada, segundo Lund. a, navicular; b, semi-lunar; c, triquetrum; d, pisciforme; e, multangulum minus; f, hamatum; g, multangulum majus (Lund modificou, posteriormente, esta sua restauração); figs. 3 a 6, ossos da mão de **P. Bucklandii** Lund. (Plancha XXX da série geral de Lund).

PLANCHIA II

Figs. 1, 1 a, 2 e 4 — **Megalonyx Cuvieri** Lund (1 e 1 a, rótula; 2, atlas; 4, ramo mandibular esquerdo, visto do lado interno). 3 — **M. Bucklandii** Lund (ramo mandibular direito, visto do lado interno). (Das planchas VIII e X da série geral de Lund).

PLANCHIA III

Speothos pacivorus Lund. Crânio, visto de cima (Fig. 1) e de perfil (Fig. 2). (Da plancha XIX da série geral de Lund).

RELATÓRIO DA VII SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE GEOGRAFIA

RELATÓRIO*

A VII Assembléia Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística reuniu-se na Capital da República de 1.º a 27 de Julho de 1946.

A ala geográfica teve a seguinte apresentação: Dr. Ulysses Bittencourt — Amazonas; Prof. Dr. Aloysio da Costa Chaves — Pará; Desembargador Elisabetho Barbosa de Carvalho — Maranhão; Dr. João Bastos — Piauí; Prof. Joaquim Alves — Ceará; Prof. Dr. Ewerthon Cortes — Rio Grande do Norte; Dr. Abelardo Jurema — Paraíba; Sr. Mário Bello — Pernambuco; Dr. Calmon Reis — Alagoas; Dr. Osmar Aragão — Sergipe; Dr. Lauro Sampaio — Bahia; Dr. Virgílio Corrêa Filho — Mato Grosso; Prof. Luiz Gonzaga de Faria — Goiás; Dr. Benedito Quintino dos Santos — Minas Gerais; Dr. Cícero Moraes — Espírito Santo; Dr. Luiz de Souza — Estado do Rio de Janeiro; Dr. Waldemar Lefèvre — São Paulo; Coronel Adir Guimarães — Paraná; Dr. Vitor Feluso Júnior — Santa Catarina; Prof. Dr. Jorge Godofredo Felizardo — Rio Grande do Sul; Dr. João de Mesquita Lara — com seu assistente Dr. Saad Farhat — Território do Acre.

Além da representação dos Estados, havia ainda a seguinte representação federal: Coronel Renato Barbosa Rodrigues Pereira e Ministro Adriano de Souza Quartim, ambos do Ministério do Exterior; Professores Delgado de Carvalho e Fernando Antônio Raja Gabaglia, ambos do Ministério de Educação e Saúde; Comandante Thiers Fleming e Cardoso de Fontes, ambos do Ministério da Marinha; Dr. Flávio Vieira, Ministério da Aviação; Dr. Péricles de Mello Carvalho, Ministério do Trabalho; Coronel Frederico Rondon, Conselho Nacional de Imigração e Colonização; Dr. Souza Brasil, Sociedade Brasileira de Geografia.

A sessão inaugural foi realizada na sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Edifício do Silogeu Brasileiro, sob a presidência do Dr. Heitor Brassot, vice-presidente em exercício, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

As sessões plenárias da ala geográfica, todas realizadas na sede do Conselho Nacional de Geografia, foram as seguintes:

1.ª sessão — 2.VII.46. Presidência do Coronel Renato Barbosa Rodrigues Pereira.

2.ª sessão — 3.VII.46. Presidência do Coronel Renato Barbosa Rodrigues Pereira, sendo lidos e aprovados os relatórios dos Diretórios Regionais do Amazonas e Estado do Rio de Janeiro.

3.ª sessão — 4.VII.46. Presidência do Coronel Renato Barbosa Rodrigues Pe-

* — Com a devida venia, publicamos o relatório apresentado pelo nosso ilustre consócio sr. Jorge Godofredo Felizardo ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, prestando contas de sua comissão junto à Assembléia Geral de Geografia, em sua 7.ª sessão ordinária.

reira, sendo lidos e aprovados os relatórios dos Diretórios Regionais de Pernambuco e Bahia.

4.^a sessão — 5.VII.46. Presidência, primeiro do Dr. Heitor Brasnet e depois do Prof. Dr. Aloysio da Costa Chaves, representante do Pará, sendo lidos e aprovados os relatórios dos Diretórios Regionais de Sergipe e Ceará.

5.^a sessão — 8.VII.46. Presidência, primeiro do Coronel Renato Barbosa Rodrigues Pereira e depois do Desembargador Elisabetho Barbosa de Carvalho, representante do Maranhão, sendo lido e aprovado o relatório do Diretório Regional do Pará.

6.^a sessão — 9.VII.46. Presidência, primeiro do Dr. Heitor Brasnet e depois do Prof. Dr. Jorge Godofredo Felizardo, representante do Rio Grande do Sul, sendo lido e aprovado o relatório do Diretório Regional de Mato Grosso.

7.^a sessão — 10.VII.46. Presidência, primeiro do Coronel Renato Barbosa Rodrigues Pereira e depois do Dr. Lauro Sampaio, representante da Bahia.

8.^a sessão — 11.VII.46. Presidência, primeiro do Coronel Renato Barbosa Rodrigues Pereira e depois do Dr. João de Mesquita Lara, representante do Território do Acre.

9.^a sessão — 12.VII.46. Presidência, primeiro do Coronel Renato Barbosa Rodrigues Pereira e depois do Dr. Virgílio Corrêa Filho, representante do Mato Grosso, sendo lido e aprovado o relatório do Diretório Regional de Santa Catarina.

10.^a sessão — 15.VII.46. Presidência, primeiro do Coronel Renato Barbosa Rodrigues Pereira e depois do Dr. Benedito Quintino, representante de Minas Gerais, sendo lidos e aprovados os relatórios dos Diretórios Regionais de São Paulo e Piauí.

11.^a sessão — 16.VII.46. Presidência, primeiro do Dr. Lauro Sampaio e depois do Dr. Luiz de Souza, representante do Estado do Rio de Janeiro, sendo lido e aprovado o relatório do Diretório Regional de Paraná.

12.^a sessão — 17.VII.46. Presidência do Coronel Renato Barbosa Rodrigues Pereira.

13.^a sessão — 18.VII.46. Presidência do Coronel Renato Barbosa Rodrigues Pereira, sendo lido e aprovado o relatório do Diretório Regional de Minas Gerais.

14.^a sessão — 19.VII.46. Presidência, primeiro do Coronel Renato Barbosa Rodrigues Pereira e depois do Coronel Adir Guimarães, representante do Paraná, sendo lido e aprovado o relatório do Diretório Regional do Espírito Santo.

15.^a sessão — 22.VII.46. Presidência, primeiro do Dr. Lauro Sampaio e depois do Dr. Vitor Peluso Júnior, representante de Santa Catarina.

16.^a sessão — 23.VII.46. Presidência, primeiro do Coronel Renato Barbosa Rodrigues Pereira e depois do Prof. Dr. Fernando Antônio Raja Gabaglia, representante do Ministério da Educação, sendo lido e aprovado o relatório do Diretório Regional do Paraíba.

17.^a sessão — 24.VII.46. Presidência, primeiro do Coronel Renato Barbosa Rodrigues Pereira e depois do Dr. Mario Mello, representante de Pernambuco, sendo lido e aprovado o Relatório do Diretório Regional de Goiás.

18.^a sessão — 25.VII.46. Presidência, primeiro do Coronel Renato Barbosa Rodrigues Pereira e depois do Prof. Luiz Gonzaga de Faria, representante de Goiás, sendo lido e aprovado o relatório do Diretório Regional do Território do Acre.

19.^a sessão — 26.VII.46. Presidência do Coronel Renato Barbosa Rodrigues Pereira, sendo lido e aprovado o relatório do Conselho Nacional de Geografia.

A sessão de encerramento foi também realizada na sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a 27 de Julho de 1946, sob a presidência do Embaixador José Carlos de Macedo Soares, atualmente ocupando o alto cargo de Interventor Federal no Estado de São Paulo.

O ementário das resoluções da Assembléia Geral foi o seguinte:

173, de 2-7-46 — Elege os Membros das Comissões Regimentais da Assembléia.

174, de 4-7-46 — Presta homenagem à memória dos geógrafos brasileiros falecidos no período de Julho de 1945 a Junho de 1946.

175, de 10-7-46 — Expressa agradecimentos ao Consulado Geral do Brasil em New York.

- 176, de 10-7-46 — Dispõe sobre a participação do Conselho nas comemorações do cinquentenário da cidade de Belo Horizonte.
- 177, de 10-7-46 — Determina a participação do Conselho no II Congresso de História da Revolução de 1894.
- 178, de 10-7-46 — Amplia o número das Comissões Técnicas Permanentes.
- 179, de 10-7-46 — Provê à publicação de esquemas informativos sobre os Municípios brasileiros.
- 180, de 11-7-46 — Organiza os Cursos de Férias para os Professores de Geografia do Ensino Secundário.
- 181, de 12-7-46 — Determina o preparo de pequenas geografias do Brasil e das suas Unidades Federadas, destinadas à divulgação e às escolas e provê a sua edição em colaboração com os respectivos Governos.
- 182, de 12-7-46 — Baixa disposições sobre o Concurso Anual de Informações sobre Aspectos Geográficos Municipais de 1947.
- 183, de 12-7-46 — Institui o serviço das excursões de estudos, destinadas a facilitar o conhecimento das paisagens brasileiras pelos interessados.
- 184, de 12-7-46 — Institui o Curso de Informações Geográficas nas Unidades da Federação.
- 185, de 12-7-46 — Renova o apelo para a criação de órgãos geográficos nas Unidades Federadas.
- 186, de 12-7-46 — Faz recomendações acerca da nomenclatura dos logradouros públicos.
- 187, de 12-7-46 — Sugere a criação da Cadeira de Geografia Regional na Faculdade Nacional de Filosofia.
- 188, de 15-7-46 — Oferece sugestões quanto à organização e à atividade da Comissão de Geografia do Instituto Panamericano de Geografia e História.
- 189, de 15-7-46 — Determina a realização de inquéritos de natureza geográfica.
- 190, de 15-7-46 — Aprova a participação do Conselho no II Congresso Panamericano de Engenharia de Minas e Geologia.
- 191, de 16-7-46 — Dispõe sobre a participação do Brasil na IV Assembléia Geral do Instituto Panamericano de Geografia e História.
- 192, de 16-7-46 — Dispõe sobre o financiamento da aquisição do Edifício Iguassú.
- 193, de 16-7-46 — Determina o preparo de mapas gerais do Brasil e das Unidades da Federação e provê a sua impressão com o concurso dos respectivos governos.
- 194, de 22-7-46 — Aprova as contas do Conselho.
- 195, de 22-7-46 — Aprova os novos valores das áreas do Brasil e das suas Unidades Políticas.
- 196, de 22-7-46 — Recomenda a realização de pesquisas geográficas pelos órgãos regionais de Cartografia.
- 197, de 22-7-46 — Promove a ereção de um monumento de significação continental.
- 198, de 22-7-46 — Manda editar publicações sobre a organização do Instituto e as deliberações do Conselho.
- 199, de 24-7-46 — Regista aplausos pela solução de caso de limites entre os Estados de Pernambuco e Alagoas e consigna apelos para a solução dos remanescentes casos de limites interestaduais.
- 200, de 24-7-46 — Dispõe sobre o levantamento das plantas das cidades e vilas brasileiras, como contribuição cartográfica ao censo de 1950.
- 201, de 24-7-46 — Elege os membros das Comissões Técnicas.
- 202, de 24-7-46 — Homenageia a Assembléia Nacional Constituinte.
- 203, de 24-7-46 — Manifesta-se sobre os acontecimentos geográficos e cartográficos ocorridos no País, desde Julho de 1945.
- 204, de 24-7-46 — Promove a publicação, nos semanários ilustrados, de artigos sobre a geografia nacional, destinados à divulgação popular.
- 205, de 24-7-46 — Institui o Cadastro dos Técnicos e Professores de Geografia e Cartografia.
- 206, de 25-7-46 — Aplauda a realização do Congresso de História e Geografia de São Leopoldo.

- 207, de 26-7-46 — Aprova os atos dos Diretórios relativos a 1945.
208, de 26-7-46 — Promove a tiragem de fotografias aéreas do território nacional, em regime de cooperação.
209, de 26-7-46 — Oferece sugestões para o Plano Nacional de Cartografia.
210, de 26-7-46 — Atende a uma solicitação do Senhor Ministro da Educação e Saúde.
211, de 26-7-46 — Determina a gravação fonográfica de frases dos delegados à Assembléia.

Passamos agora a abordar, em especial, alguns pontos que julgamos de maior relevo, nas atividades da VII Assembléia Geral de Geografia.

NOVOS VALORES DAS ÁREAS DO BRASIL E DAS SUAS UNIDADES POLÍTICAS

Os valores oficiais conhecidos da área do Brasil e de suas Unidades haviam sido fixadas em 1922, por ocasião da elaboração da carta geral do Brasil por parte do Clube de Engenharia. A revisão dessa área constituiu uma imposição do momento presente não sómente em face da criação de novas Unidades Federadas, mas ainda devido a imposições de ordem técnica, tendo em vista as grandes modificações e o conseqüente desenvolvimento da cartografia que apresenta os resultados de um imenso progresso relativamente a tal especialidade.

As explicações científicas, as campanhas de levantamentos, as contribuições acumuladas pelos serviços técnicos do país têm permitido correções de linhas divisórias entre Estados de cerca de 30.000 Km².

A atualização da carta do Brasil ao milionésimo é uma tarefa que tem merecido do Conselho Nacional de Geografia o máximo de esforços para que seja executada com o máximo de perfeição e os modernos trabalhos do Serviço de Hidrografia da Marinha e das Comissões de Fronteiras do Itamarati, têm contribuído para a consecução dessa grande realização.

A área oficial do Brasil está calculada em 8.516.037 quilômetros quadrados e essa área atualmente apurada, na opinião dos mais abalizados especialistas, corresponde os conhecimentos atuais do território nacional segundo as contribuições mais recentes.

A nova técnica de levantamentos originais e de reconhecimento pelo método do "Trimetrogon" foi, no nosso país, usada pela primeira vez, pelos técnicos norte-americanos e o Conselho Nacional de Geografia está aproveitando o rico material aérofotográfico, com que aqueles especialistas fotografaram cerca de 25 % do nosso território.

Tendo obtido tão rico material, o Conselho está aproveitando o mesmo, esperando ainda receber os respectivos negativos que permitirão a revelação de cópias a serem fornecidas a órgãos e mesmo especialistas que se mostrem interessados em pesquisar o território.

O Conselho pretende adquirir câmaras "Trimetrogon" e equipamentos necessários, estando, para isso, submetendo a treino uma equipe de especialistas brasileiros para continuar o trabalho iniciado pelos técnicos norte-americanos.

Pode-se considerar que a aero-fotografia está revelando o Brasil, pois sómente através do processo indicado, poderão ser feitas contribuições exatas à cartografia.

É relevante a valiosidade do processo "Trimetrogon" na caracterização das florestas, pois a cartografia, por exemplo, indica regiões amazônicas com massa fechada de vegetação, quando fotografias produzidas por aquele aparelho mostram grandes clareiras.

Ainda quanto a curva de níveis é de bastante precisão como foi dado constatar-se na referida região amazônica, que todos os mapas apresentam geralmente plana.

A técnica está a exigir um trabalho de planificação e de amarração no sentido matemático pois só assim poderá ser obtido trabalho perfeito, para que o Conselho Nacional de Geografia possa entregar, dentro de dois anos, as folhas da Carta Geral do Brasil ao milionésimo.

As dificuldades são grandes e os problemas se apresentam a cada passo, principalmente em relação às áreas abrangidas pelos lagos e rios classificados como águas

interiores e às regiões das costas, dos golfos, das baías e dos bolsões e por isso o método "Trimetrogon", escolhido, parece ser o mais indicado.

Para a revisão do cálculo da área do território nacional foi tomado o eclipseoide Internacional de Referência.

Considera-se que em matéria de documentação cartográfica tudo quanto é posterior a 1922, constitui novidade.

SEMINÁRIO SÔBRE A CAMPANHA DA BORRACHA

O encaminhamento do homem nordestino para o Amazonas, foi uma das questões mais empolgantes da VII Assembléia Nacional de Geografia.

Tratado preliminarmente no plenário do certame técnico e cultural, tornou-se necessária a audiência e o pronunciamento de autoridades e especialistas, tendo-se por isso procurado reunir elementos aptos à ventilação do grande problema.

A convite compareceram o Sr. Ministro João Alberto, chefe da Coordenação Nacional, Dr. Firmo Dutra, presidente do Banco da Borracha, Dr. Carlos Dodsworth Duarte, assistente de administração do D.A.S.P., da Secção de Imigração, Deputados Paulo Sarazate, Cosme Ferreira Filho e Francisco Pereira Filho. Da Assembléia Nacional de Geografia compareceram os srs. Dr. Heitor Brasset, vice-presidente em exercício do Conselho; Dr. Cristóvão Leite de Castro, secretário geral; Dr. Péricles de Melo Carvalho, representante do Ministério do Trabalho; Dr. Aloísio de Castro Chaves, do Pará; Prof. Joaquim Alves, do Ceará; Dr. Ulysses Ulhoa Bittencourt, do Amazonas e outros representantes de Estados nordestinos.

Esse seminário constituído de técnicos dos mais representativos nesse setor, responsáveis por serviços nacionais diretamente ligados à campanha da borracha e mais amplamente à colonização e imigração, geógrafos, estatísticos etc. permitiu que cada um prestasse o seu depoimento e emitisse a sua opinião sôbre o modo como se processou o encaminhamento dos imigrantes nordestinos, os planos adotados, os fatores positivos e negativos desse movimento e finalmente a situação atual do problema, sob diversos aspectos, econômicos ou sociológicos e os resultados positivos que já se podem colher, de maior experiência de ocupação sistemática da Amazonia até hoje realizada.

Nesse relatório, procuraremos ressaltar a manifestação do Ministro João Alberto, que desde o início, como Coordenador, toma a si a parte de responsabilidade que lhe cabe. História os acordos com autoridades americanas acerca do incremento da produção da borracha; o acordo com a Rubber Reserve sôbre os transportes e a participação de outro órgão também encarregado dos transportes, que encontrou formado ao retornar dos Estados Unidos, onde fora tratar negociações nesse sentido.

Em bem fundamentada exposição, pondera o Ministro João Alberto que os órgãos dos Estados Unidos não funcionaram como era de esperar, embora deva-se-lhes reconhecer boa fé. Faz sentir, sem pretender discutir os erros ou os acertos da sua situação, que os fins e os interesses da guerra tiveram prevalência. Era a sua urgência que competia atender em primeiro lugar, urgência essa que não permitia o preparo de uma longa planificação!

Mais adiante, diz que também concorreu outro fator, a falta de uniformidade nos objetivos visados: ele tinha em vista a extração da borracha e o Departamento de Imigração, o povoamento. Em sua opinião tudo isso fez com que a campanha da borracha redundasse num fracasso.

Outros seguem-se com a palavra sôbre o palpitante problema, tendo o Dr. Firmo Dutra, em minuciosa exposição, esclarecido que cinquenta e quatro mil nordestinos foram enviados à Amazonia dos quais menos de trinta mil compunha-se de trabalhadores válidos, sendo que muitos acompanhavam-se de suas famílias.

Verificou-se entre 1942 e 1945 um aumento de produção da borracha que sobe a mais de 8.000 toneladas e a isso deve corresponder, proporcionalmente, um aumento de braços de 15.000 homens pelo menos. Logo, 15.000 homens estão nos seringais.

Na abalissada opinião do presidente do Banco da Borracha, não houve drama nem fracasso. O que houve foi uma alucinação dos nordestinos, lembrando-se da época áurea da borracha. O preço da borracha será mantido, o seu destino está seguro, não havendo que temer nova crise.

O Conselho Nacional de Geografia resolveu orientar a sua atitude em face do problema debatido de acôrdo com as conclusões consagradas pelo Seminário.

E' notório que o assunto ampla e profundamente examinado daria motivo a uma bela página de geografia humana, pretendendo o Conselho empreender esse estudo, que é o das relações entre duas áreas contrastantes em seus aspectos físicos e que se completam, formando uma unidade.

LIMITE ENTRE OS ESTADOS DE MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO

Perdura até nossos dias o litígio territorial entre os dois Estados na zona norte do Rio Doce.

Na sessão do dia 18 de Julho, ao fazer a leitura do seu relatório, o representante do Estado de Minas Gerais expôs um grande mapa da zona limítrofe, em que se achava em traço cheio a linha demarcatória apresentada pela comissão que elaborou o laudo arbitral, em 1914, e em linha pontilhada a oferecida pelo Serviço Geográfico do Exército no laudo arbitral datado de 15 de Setembro de 1945. Foi feita uma longa exposição oral, procurando justificar a adoção da linha demarcatória, arbitrada em 1914.

Na sessão do dia seguinte, o representante do Espírito Santo, após fazer a leitura de seu relatório, apresenta farta documentação, procurando comprovar que pela carta constitucional de 1937 é privativo do Serviço Geográfico do Exército dirimir as questões de limites entre Estados e que aquele havia feito, in loco, meticoloso estudo, em grande parte com a presença de representantes de ambos os litigantes. O delegado espírito-santense termina a sua exposição, apresentando um projeto de resolução, formulando um apelo ao Sr. Presidente da República.

A Assembléia, acompanhando com entusiasmo a discussão entre os representantes das duas Unidades da Federação, procurou dar auxílio à solução do momentoso problema, tendo o representante do Estado de Pernambuco feito uma indicação para que a área, de mais de 10.000 quilômetros quadrados, que é a de litígio, fosse, pelo Governo da União, considerada Território Federal e o representante do Ministério da Educação sugerido a adoção de uma nova linha divisória, que seria de conciliação para a definitiva solução do caso.

Sem ter sido possível chegar-se a uma resultante definitiva, foi estabelecido que fosse aceita a idéia de um apelo ao Sr. Presidente da República, que a Assembléia faria nos seguintes termos:

"Art. 1.º — A Assembléia referenda, calorosamente e de maneira especial, a Resolução número 240 do Diretório Central, em que se consignam vivas e oportunas congratulações por motivo da recente solução do litígio de limites entre os Estados de Pernambuco e Alagoas.

Art. 2.º — Aos Governos dos Estados em que ainda perduram problemas de demarcação de limites interestaduais formula o Conselho encarecido apelo para que diligenciem no sentido de sua pronta e satisfatória solução, a bem da cultura nacional.

Art. 3.º — Fica recomendado para a solução de demarcação de limites interestaduais, o acôrdo direto sempre que possível entre as partes interessadas, porquanto foi o único processo que até agora proporcionou soluções de questões de limites, desde que foi baixada a Constituição de 1937.

Art. 4.º — O presidente do Instituto, refletindo o conhecimento que do assunto tomou a Assembléia, representará ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República transmitindo o caloroso apelo da Assembléia para que dê pronta e adequada ultimção ao processo relativo aos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, de forma que surja, com a maior presteza, a solução desejada por todos os brasileiros, que venha pôr termo às desinteligências havidas, de maneira harmônica e definitiva.

Art. 5.º — Terão preferência absoluta sobre todas as demais atividades do Conselho os trabalhos decorrentes de solicitações das autoridades federais e estaduais que se relacionarem com as questões de limites interestaduais".

O palpitante problema, Limites Minas-Espírito Santo, que tanto empolgou o plenário do Conselho Nacional de Geografia, também fazia vibrar os constituintes da nossa Assembléia Nacional, tendo o senador Atílio Vivacqua pronunciado em 20

de Julho, no Palácio Tiradentes, memorável discurso exibindo pareceres sobre o assunto, emitidos pelos eminentes jurisconsultos Pontes de Miranda, Carlos Maximilano, Leví Carneiro, Eduardo Espinola, J. M. Carvalho dos Santos e Carlos Xavier Paes Barreto, que apoiam a pretensão do Espírito Santo.

OS TERRITÓRIOS FEDERAIS

A criação dos novos Territórios foi assunto trazido ao plenário da Assembléia pela delegação do Paraná. A criação dos novos Territórios sem nenhuma audiência aos Estados de que foram parte, tem trazido, de um certo modo, um descontentamento a algumas Unidades Federadas.

A criação do Território de Iguassú parece ter sido a que maior reação criou, pois o Estado do Paraná, pela sua representação à Assembléia, até hoje não se conformou com a resolução administrativa federal, por não encontrar nenhuma justificativa.

O assunto foi amplamente discutido. Alguns Estados que tiveram de ceder uma área regular para a formação da nova Unidade, não procuraram interferir no assunto. Percebi que alguns Estados, principalmente do norte, com extensas regiões de fraca densidade de população não manifestaram a menor reação à medida do Governo Federal.

Quando a discussão encontrava-se no auge, tivemos a surpresa de ouvir que se havia cogitado de formar, em terras do Rio Grande do Sul, um território que se denominaria Território das Missões e que teria por capital São Borja.

O Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística fez sentir à Assembléia ser o mesmo um órgão do Governo, não lhe cabendo deliberar sobre o problema da criação dos Territórios Federais, pois estando a Assembléia Constituinte se ocupando no momento, do assunto, a atuação do Instituto só poderia ser de caráter consultivo, isso mesmo por iniciativa do próprio Governo Federal, a quem está subordinado.

Em outra oportunidade, a delegação do Paraná deu conhecimento à Assembléia ter sido organizada naquele Estado o Comité Pró-Restituição do Território de Iguassú, constituída de seus elementos mais representativos, tais como generais e outras altas patentes do Exército, antigos deputados e senadores, bacharéis, médicos, engenheiros, homens de letras e outros, comissão essa que pugnaria para a reversão àquela Unidade Federada, da área totalmente ocupada pelo Território de Iguassú.

VISITA AO MINISTRO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Pela representação do Pará foi sugerida, em projeto de resolução, a criação da Cadeira de Geografia Regional na Faculdade de Filosofia. Essa iniciativa, quando em discussão, despertou o interesse por outros problemas de ensino e de educação, ficando finalmente resolvido que a Assembléia, incorporada, levaria ao Sr. Ministro da Educação e Saúde, uma mensagem para oferecer a sua colaboração.

Na manhã do dia 16 de Julho, deliberou o plenário que fosse o representante do Rio Grande do Sul o intérprete da Assembléia junto ao Sr. Ministro, tendo eu feito àquela alta autoridade federal a seguinte saudação :

"Exmo. Sr. Prof.

Ernesto Souza Campos

DD. Ministro da Educação e Saúde.

A Assembléia do Conselho Nacional de Geografia vem incorporada trazer a V. Ex.^a as expressões de seu maior respeito, afetuoso saudar e ao mesmo tempo pedir permissão para apresentar-lhe a sua modesta colaboração.

Quiseram os meus companheiros de delegações estaduais, em sessão de hoje, que fosse o representante do Rio Grand do Sul, o intérprete de seus sentimentos e ao dirigir-me a V. Ex.^a eu o faço com a simplicidade de um companheiro de armas, pois

há mais de 20 anos venho exercendo o magistério, como catedrático de uma das escolas nucleares da Universidade de Porto Alegre, tendo, durante alguns anos, exercido o magistério secundário e profissional, em diferentes estabelecimentos educacionais na Capital da União Brasileira, que representa o extremo meridional de nossa Pátria.

Anima-nos a iniciativa de nos aproximarmos a V. Ex.^a a condição peculiar de ser V. Ex.^a catedrático da Faculdade de São Paulo e com a sua alta cultura e reconhecida competência, não poderia ter prescindido a Universidade do Brasil, de sua imediata participação, quando de sua planificação nacional.

A dois grandes Estados, Bahia e Rio Grande do Sul, está V. Ex.^a vinculado pela elaboração dos projetos de Hospital de Clínicas e Escola de Enfermagem e outras iniciativas de V. Ex.^a, mesmo antes de ocupar o alto cargo de Ministro de Estado, deram-lhe essa condição de prestígio próprio, no ambiente cultural brasileiro.

Mas V. Ex.^a além de médico de vasta cultura é engenheiro de reconhecida competência, sendo-lhe assim de plena e imediata percepção os problemas de ordem técnica.

Os trabalhos do Conselho Nacional de Geografia, são eminentemente científicos e técnicos e a Assembléia ora aqui reunida, em presença de V. Ex.^a, sentiu a necessidade de alertar aos poderes públicos, para uma melhor formação de elemento nacional no setor da geografia.

Membros destacados desta Assembléia são professores de geografia nos estabelecimentos educacionais de segundo grau do nosso país e é com o depoimento e a colaboração desses professores que a Assembléia Geral elaborou a moção, que será lida a V. Ex.^a, pelo ilustre Secretário Geral do Conselho, Dr. Cristóvão Leite de Castro.

Há, Sr. Ministro, uma ância de quietação no setor do ensino secundário, quanto aos programas das disciplinas que constituem as cadeiras e a falta de estabilidade desses programas tem impedido o aparecimento de uma literatura útil e na altura dos altos planos que este Ministério se propõe realizar.

O Governo Federal, com o seu estabelecimento padrão e cheio de prestígio, o Colégio D. Pedro II, onde se encontram lídimas expressões da nossa cultura, poderá elaborar em definitivo, esses programas reclamados, que deverão ter a duração mínima de quatro anos, a fim de que se possa aquilatar do seu mérito ou da sua deficiência.

Exmo. Sr. Ministro.

Queira V. Ex.^a receber a saudação da Assembléia do Conselho Nacional de Geografia, sendo minha palavra seguida pela do Sr. Secretário Geral do Conselho, que lhe apresentará a moção do nosso plenário".

Foi a seguinte a mensagem lida pelo Secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia:

"A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ora reunida nesta Capital em VII Sessão Ordinária, deliberou vir incorporada à presença de V. Ex.^a a fim de lhe dizer, de viva voz e de maneira a mais expressiva, o alto apreço em que o Conselho tem a obra educacional que V. Ex.^a tão proficuamente realiza nesse importante Ministério.

A visita também espelha o espírito sadio da lei n.º 1.527 de 24 de Março que criou o Conselho Nacional de Geografia, colocando-o sob os auspícios do Ministério da Educação e Saúde.

Agradece, pois, a Assembléia a oportunidade que V. Ex.^a lhe proporcionou desse proveitoso e inesquecível contato pessoal.

Um reconhecimento muito vivo impõe-se, desde logo, nessa visita: a Assembléia manifesta-se profundamente grata a V. Ex.^a pela honrosa inclusão do Conselho na Portaria n.º 400, de 20 de Junho último, como instituição cultural chamada a colaborar no processamento das Licenças dos Professores de Geografia, do ensino secundário, incumbência que o Conselho procurará desempenhar com todo o zelo.

A Assembléia Nacional de Geografia deseja, em seguida, expressar a V. Ex.^a calorosas congratulações pelo trabalho fecundo e oportuno que vem desenvolvendo a

sua proficiente e esclarecida administração, permitindo-se ressaltar, devido ao seu sentido regional, a iniciativa da instalação de escolas rurais nas diferentes Unidades da Federação, em campanha altamente meritória, que por si só bastaria para consagrar a passagem de V. Ex.^a por esse Ministério, e da qual justificadamente se esperam surpreendentes resultados em favor da educação e da economia nacional.

A criação e a oficialização de novas Universidades, obedientes a padrões nacionais de exigências mínimas razoáveis, nos mais importantes centros culturais do País, como ocorreu na Bahia, Paraná e Pernambuco, representa inestimável contribuição de V. Ex.^a ao vigoroso e ascendente movimento da civilização brasileira, que necessita cada vez mais apoiar-se no progresso fecundo da Ciência, da Técnica e da Arte, as quais devem ser difundidas incessantemente e sempre e sempre, porque os dispêndios e os esforços nelas aplicados são fatalmente compensadores e produtivos.

A seguir, a Assembléia serve-se da oportunidade para comunicar a V. Ex.^a que interessantes e oportunos problemas da educação nacional, encarados sob o ponto de vista da geografia, estão sendo cuidadosamente examinados pela Assembléia, a fim de promover-lhes soluções hábeis, dentro das atribuições e possibilidades do Conselho Nacional de Geografia.

Oportunamente, serão encaminhados a V. Ex.^a as Resoluções que, de maneira definitiva, sistematizarão os resultados dos estudos em curso.

Entretanto, V. Ex.^a passa a ter, desde já, conhecimento da natureza dos assuntos que a Assembléia examina, em uma antecipação que reflete não só a homenagem merecida a V. Ex.^a, senão também o propósito de solicitar a colaboração, porventura cabível, dos órgãos competentes do Ministério no estudo das importantes questões geográficas, vinculadas aos interesses da cultura nacional.

A organização de cursos de férias para os professores de Geografia, um de Informações em Junho e outro de Aperfeiçoamento em Janeiro de cada ano, o primeiro com a duração de 10 dias e o segundo de 6 semanas, representa uma das contribuições mais sólidas que o Conselho pretende efetivar em favor do ensino da geografia, mediante o aperfeiçoamento do seu professorado especializado.

A iniciativa, que ora passa a assumir caráter de permanência, fundamenta-se na experiência dos Cursos realizados em 1945 e 1946, levados a efeito pelo Conselho com a valiosa cooperação desse Ministério e com a colaboração eficiente da Sociedade Brasileira de Geografia (ex-Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro) e da Associação dos Geógrafos Brasileiros.

Entretanto, a iniciativa não deve limitar-se à Capital da República, e nesse sentido a Assembléia estuda medidas adequadas que permitam a extensão de tais cursos às demais Unidades da Federação.

Sob outro aspecto, o Conselho se preocupa com o aperfeiçoamento dos professores de geografia, ao estabelecer um serviço de excursões de estudos, que proporcionarão, aos professores de preferência, oportunidades de conhecerem determinadas regiões do País, em viagens úteis, na companhia de técnicos especializados do Conselho.

Por outro lado, a cultura popular, no setor da geografia, merece cuidados especiais da Assembléia, assim, aparecem os seguintes interessantes assuntos: A realização de Concursos Anuais de Informações sobre Aspectos Geográficos Municipais com numerosos prêmios, destinados tais Concursos a fomentar em todo o País a coleta de dados e informações geográficas, em movimento cooperativo, de ampla extensão cultural, do qual poderá participar qualquer brasileiro; o preparo de suscintas Geografias do Brasil e das suas Unidades Federadas, objetivando proporcionar textos sugestivos e atualizados, a quantos ter conhecimentos gerais sobre o território pátrio; as publicações de mapas gerais do Brasil e das suas Unidades Políticas, que, em edições alentadas, facilitará aos brasileiros a obtenção de imagens fiéis e expressivas do seu território.

Finalmente, Sr. Ministro de Estado, deseja a Assembléia, em encarecido apelo, submeter à superior consideração de V. Ex.^a algumas sugestões que são julgadas fundamentais para o desenvolvimento da geografia no nosso País, em indispensável curso à evolução da vida nacional.

Em primeiro lugar, a Assembléia renova ao Ministro a encarecida solicitação para que nas Faculdades de Filosofia do País, a começar pela prestigiosa Faculdade

Nacional de Filosofia, haja uma separação do Curso de Geografia do de História, porquanto, segundo a própria experiência está indicando, as Faculdades, no atual regime, não podem formar bons geógrafos e bons historiadores simultaneamente.

O Conselho pode oferecer o seu testemunho dizendo que as Faculdades não estão proporcionando os técnicos de Geografia de que o Brasil precisa, nem em quantidade nem em qualidade, porquanto a sua formação atual é deficiente, em número e em método.

Entretanto, a Geografia desenvolve-se no País a passos largos e, por outro lado, a metodologia de sua pesquisa transformou-se tanto ultimamente que hoje a Geografia está colocada ao Serviço do Homem e portanto ela é corrente diuturna, viva, presente, em constante contato com os problemas nacionais do dia, a cuja solução satisfatória oferece contribuições efetivas.

O Brasil precisa de Geógrafos para bem prosseguir na sua evolução, e as Faculdades de Filosofia precisam dar ao Brasil os Geógrafos de que necessita.

Ainda, quanto aos currículos mínimos das Faculdades de Filosofia, oferece a Assembléia uma recomendação no sentido de ser feito ensino separado da Geografia Regional, porquanto na escola regionalista se espelham as mais fecundas e valiosas conquistas da moderna metodologia da Geografia e do seu ensino.

São essas, Sr. Ministro, as manifestações da Assembléia, que incorporada e pessoalmente traz a V. Ex.^a, a um tempo, agradecimentos que são perenes, congratulações que confortam, comunicações que animam, apelos que são esperançosos, tudo isso de envolta com homenagens, simultaneamente efusivas e respeitosas, que são sinceras e merecidas”.

A visita obteve o mais amplo êxito. O Sr. Ministro da Educação, não só aceitou a colaboração oferecida, como incumbiu a Assembléia da elaboração e apresentação de um plano dos currículos não só de Geografia, como também de História, para os cursos secundários.

Em consequência foram convidados, para uma sessão especial em que seria debatido o assunto, eminentes personalidades da História e da Geografia, que naquele momento se encontravam no Rio de Janeiro, tais como o Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, relevantes homens de ciência nacionais e estrangeiros adidos ao Itamarati, professores de história e de geografia do Colégio D. Pedro II e outros estabelecimentos de grau secundário, e os delegados à Assembléia que fossem professores de alguma das duas disciplinas, entre os quais o representante do Rio Grande do Sul.

Da brilhante reunião de tão eminentes representantes do ensino e da cultura naqueles setores, resultou a realização de um plano, consubstanciado em uma resolução da Assembléia nos seguintes termos:

“A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições;

Considerando que o Senhor Ministro da Educação e Saúde distinguiu os membros da Assembléia com uma audiência coletiva, na qual lhe foi entregue expressiva Mensagem;

Considerando a solicitação que, nessa audiência, o Ministro fez à Assembléia no sentido de oferecer sugestões quanto ao currículo do ensino da Geografia e da História no curso secundário;

Considerando que para desincumbir-se da honrosa tarefa a Assembléia ouviu a opinião de ilustres professores, geógrafos e historiadores em reuniões concorridas e proveitosas.

RESOLVE :

Art. 1.º — A Sua Excelência, o Prof. Dr. Ernesto de Souza Campos, digno Ministro da Educação e Saúde, a Assembléia consigna vivos agradecimentos pela distinção da audiência coletiva e pela honrosa incumbência de apresentar sugestões sobre a distribuição das matérias do ensino da geografia e da história no curso secundário.

Art. 2.º — A Assembléia regista os seus agradecimentos aos ilustres Professores, Geógrafos e Historiadores, que, atendendo à convocação, compareceram às reuniões

em que se debateu o problema da estrutura do currículo da Geografia e da História, no ensino secundário.

Art. 3.º — Como resultado dos estudos que empreendeu, com a colaboração de ilustres entendidos no assunto, a Assembléia encaminha ao Sr. Ministro da Educação a solicitada contribuição, nos seguintes termos:

A — PARA O ENSINO DA HISTÓRIA

1 — no curso ginásial

- a) no 1.º ano, "História do Brasil", com duas aulas semanais;
- b) no 2.º ano, "História da América", com duas aulas semanais;
- c) no 3.º ano, "História Antiga e Medieval", com três aulas semanais;
- d) no 4.º ano, "História Moderna e Contemporânea", com três aulas semanais;

2 — No curso Colegial.

- a) no 1.º ano, "História Antiga e Medieval", com duas aulas semanais;
- b) no 2.º ano, "História Moderna e Contemporânea", com duas aulas semanais;
- c) no 3.º ano, "História do Brasil", com duas aulas semanais;

B — PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA

1 — No curso Ginásial:

- a) no 1.º ano, "Geografia Geral", com 2 aulas semanais;
- b) no 2.º ano, "Geografia do Brasil" (parte geral), com duas aulas semanais;
- c) no 3.º ano, "Geografia do Brasil" (parte regional), com duas aulas semanais;
- d) no 4.º ano, "Geografia Regional dos Continentes", com três aulas semanais;

2 — no Curso Colegial:

- a) no 1.º ano, "Geografia Física e Humana", com três aulas semanais; podendo haver predominância da Geografia Física, no programa do Curso Científico e da Geografia Humana no Curso Clássico;
- b) no 2.º ano, "Geografia dos Principais Países", com duas aulas semanais;
- c) no 3.º ano, "Geografia do Brasil", com duas aulas semanais".

VISITAS OFICIAIS DA ASSEMBLÉIA GERAL

1 — Visita à Comissão de Limites do Itamarati, onde foram os componentes da Assembléia recebidos pelo seu diretor Coronel Renato Barbosa Rodrigues Pereira, visitando demoradamente as diversas secções.

2 — Visita ao Instituto Rio Branco, também no Itamarati, onde foram os mesmos recebidos pelo seu diretor, visitando os seus diversos órgãos.

3 — Visita à mapoteca do Itamarati, onde puderam ser apreciados preciosos mapas originais e muito antigos e onde me foi oferecida uma cópia da "Orbis Typus Universalis Tabula" Hieronimi Marini — facit Benetia MDXII.

4 — Visita ao Parque da Cidade, na Gávea, onde o Prefeito Municipal, Dr. Hildebrando de Goes, ofereceu um almoço aos Delegados e suas famílias.

5 — Visita à Sociedade Brasileira de Geografia, onde se realizou uma sessão presidida pelo Sr. Ministro da Marinha, Almirante Jorge Dodsworth Martins, para a entrega da medalha comemorativa do Centenário do Nascimento do Barão do Rio Branco.

6 — Visita à Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, constituindo-se a comissão de representantes das diversas regiões do país.

CONFERÊNCIAS REALIZADAS NO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

1.ª — Dia 10 — "Aspectos Geográficos dos Transportes no Brasil" pelo Dr. Moacyr Malheiros Fernandes Silva.

2.ª — Dia 17 — "Aspectos Geográficos da Colonização e Imigração no Brasil" pelo Dr. Artur Hehl Neiva.

3.ª — Dia 24 — "Perspectivas da Cartografia Brasileira" pelo Dr. Cristóvão Leite de Castro.

MUSEU PAISAGÍSTICO

O Conselho Nacional de Geografia havia distribuído a todos os Diretórios Regionais, uma circular informativa, preparada de acordo com o art. 2.º da Resolução n.º 145 da Assembléia Geral do mesmo Conselho, sobre o Museu Paisagístico do Brasil.

Nessa circular era feita preliminarmente a conceituação, fundamentando-se em três pontos básicos: o conceito do objeto, o conceito da atualidade e o conceito da metodologia.

Em segundo lugar delineava a estruturação com um compartimento geral e um compartimento regional.

Por fim era citada a maneira de serem feitas as contribuições.

A circular do Conselho Nacional vinha de encontro a uma anterior manifestação da nossa Secção de Informações e Propaganda Agrícola e tendo conhecimento da viagem à Capital da República, em gozo de férias de um oficial administrativo do nosso Gabinete, D.^a Zoé Braga Pereira, solicitamos ao mesmo que visitasse o Museu Paisagístico do Conselho Nacional para o que dirigimos ao seu presidente o ofício n.º 325, de 8 de Junho do corrente ano.

A resolução posterior da nossa indicação para representar o Conselho Regional na Assembléia Geral, deu-nos oportunidade de visitar o referido Museu e conhecer o técnico D.^a Cacilda Fernandes, assistente imediata do Diretor da Secção Cultural, Prof. Delgado de Carvalho.

D.^a Cacilda Fernandes que gentilmente atendeu ao nosso oficial administrativo, teve oportunidade de abordar-lhe os pontos principais para a organização do Museu Paisagístico Regional e é nosso pensamento organizá-lo dentro da S.I.P.A., pois na paisagem as matérias primas apresentam as suas transformações até a indústria.

ASPECTOS GERAIS DA ASSEMBLÉIA GERAL

E' o mais edificante que se pode imaginar. Sobre a mais violenta discussão pelo interesse de uma das Unidades da Federação, pairava sempre o espírito de respeito mútuo e de compreensão, pois se discutia para um Brasil maior, para um Brasil melhor.

Foi tão forte a impressão que me deixou a reunião de Julho, que ao sermos chamado para cumprir a resolução que determinava a gravação fonográfica de frases dos Delegados, assim nos expressámos:

"A Assembléia Nacional de Geografia, aqui reunida, em sessões continuadas, vem realizando um trabalho profícuo, estribado no mais salutar espírito de brasilidade.

As discussões e deliberações finais dos projetos de resoluções, constituirão elementos que, cada vez mais, afirmarão o elevado conceito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Dentro do seu setor de Geografia, o Instituto oferece à Nação, alto exemplo de patriotismo, pela unidade de vista e de pensamento, na deliberação de todos os assuntos que lhe estão afetos, quer culturais, quer técnicos, quer administrativos".

Diariamente os delegados eram obsequiados, durante as sessões, pela Secretaria Geral, com frios, doces e refrescos, sendo ainda muito simpática a iniciativa da oferta diária aos mesmos de mapas, livros, revistas, etc.

E' de notar-se que sendo a Assembléia cientificada da realização de um Congresso de História e Geografia, em São Leopoldo, comemorativo da passagem do 1.º Centenário da sua elevação à categoria de vila, foi pela mesma notada uma brilhante resolução, de que fomos portador, sendo a mesma entregue na sessão de encerramento, realizada naquela cidade a 29 de Julho último.

DESIGNAÇÕES ESPECIAIS DA ASSEMBLÉIA AO REPRESENTANTE DO RIO GRANDE DO SUL

1 — Em sua primeira sessão plenária, realizada no dia 2, ficou a Comissão de Coordenação constituída pelos srs. Coronel Renato Barbosa Rodrigues Pereira, presidente, representante do Itamarati; Dr. Cristóvão Leite de Castro, Secretário, que

é o Secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia; Dr. Virgílio Corrêa Filho, representante do Mato Grosso; Dr. Luiz de Souza, representante do Estado do Rio e Dr. Jorge Godofredo Felizardo, representante do Rio Grande do Sul.

2 — No dia 4 de Julho a Assembléa Nacional de Geografia fez uma visita à Assembléa Nacional de Estatística, com a seguinte representação: pela região Norte, Dr. Aloysio de Castro Chaves, representante do Pará; pela região Nordeste, Desembargador Elisabetho Barbosa de Carvalho, representante do Maranhão, que presidiu a delegação; pela região Leste, Dr. Lauro Sampáio, representante da Bahia; pela região Centro-Oeste, Prof. Luiz Gonzaga de Faria, representante de Goiaz; pela região Sul, Prof. Dr. Jorge G. Felizardo, representante do Rio Grande do Sul.

3 — Tendo transcorrido no dia 11 de Julho o primeiro centenário do nascimento do eminente cientista brasileiro Dr. João Batista de Lacerda, a Assembléa Nacional de Geografia associou-se às homenagens à memória do mesmo, fazendo-se representar pelos srs. Prof. Joaquim Alves, delegado do Ceará; Dr. Luiz de Souza, delegado do Estado do Rio e Prof. Dr. Jorge G. Felizardo, delegado do Rio Grande do Sul.

4 — Na visita coletiva da Assembléa Nacional de Geografia, ao Sr. Ministro da Educação e Saúde, Prof. Souza Campos, foi dada a incumbência de saudação ao Prof. Jorge G. Felizardo, representante do Rio Grande do Sul.

5 — Na sessão de 9 de Julho, o Dr. Heitor Basset, vice-presidente em exercício do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, convidou o Prof. Dr. Jorge G. Felizardo, representante do Rio Grande do Sul a assumir a presidência da Assembléa Geral.

“PANTEÃO RIO - GRANDENSE”

EDGAR LUIZ SCHNEIDER

Entre os fatos que hão-de perdurar, muito além desta hora inquieta, nenhum sobreleva em majestade cívica à inauguração do monumento ora dedicado aos mortos ilustres do Rio Grande do Sul.

Semelhante iniciativa, que tomou a si, sob inspiração peregrina, a Irmandade da Santa Casa, materializa um pensamento sancionado pela consciência pública e destinado a figurar como símbolo de gratidão duradoura.

A promoção do Panteão Rio-grandense é, assim, um ato de justiça histórica, com que se cuida balizar os estádios socialmente percorridos, mediante o destaque votivo daqueles homens que foram seus valores exponenciais, nas esferas das diferentes atividades úteis.

Dessarte, não há duvidar que, mortos embora, subsistam em memória, animando seus sucessores, quantos sobressairam pela altitude de seus atos e pela fecundidade de suas lições.

Com efeito, os homens que fizeram da vida, antes que motivo de gozo e vanglória, um ofício de boas ações, honrando a Pátria e servindo à comunhão social, sobrevivem à própria contingência orgânica.

São seus os lances mais nobres e suas as inclinações mais límpidas, em cuja projeção se descobre o ritmo das ascensões intemeratas e laboriosas, tendendo à plenitude da energias criadoras.

Onde surgem e onde mourejam, assentam padrão de bondade, de abnegação e de bravura, em prélio aberto pela redenção da fé, da justiça e do bem. Nesse mister, eis-os que acodem, sem prevenção e sem pausa, ao socorro de quantos clamam, se transviam ou desesperam, repartindo com uns a sua mediania, contagiando a outros do seu heroísmo, movendo a todos pelo exemplo e lançando em torno os benefícios da sabedoria, da experiência e da emulação.

Nesse afã que supera as adversidades mais rudes, não houve ainda legionários tão fiéis à sua vocação e tão insensíveis à própria glória.

Eis porque suas expressões e seus gestos não derivam apenas do cérebro, que pondera, senão e sobretudo do coração, que pressente e que sublima, nas porfias da Vida, a impavidez, o desinteresse e a retidão.

Utilidade, altruismo e devotamento primam entre os atributos, que assinalam e distinguem a diligência prestimosa e bendita.

Dessa estirpe aureolada partilharam, sem dúvida, os seis varões conspícuos, cujos despojos são, neste ato, recolhidos ao Panteão que a Santa Casa de Misericórdia resolveu construir junto à necropole da Azenha.

Esparsos que antes estavam, eis que dora em diante, unidos pelo reconhecimento

* Quando da inauguração desse monumento, a cujo recinto foram recolhidos, por iniciativa da Irmandade da Santa Casa de Porto Alegre, que o mandou construir, com aprovação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, os restos mortais de vários homens ilustres, o nosso consócio Edgar Luiz Schneider pronunciou, como intérprete oficial da solenidade a oração que ora divulgamos.

do Rio Grande do Sul, não lhes faltará, neste recanto augusto, a perene invocação da posteridade.

As figuras que, primeiro, se trazem assim ao regaço consagratório, como o brigadeiro João Manuel Menna Barreto, os marechais José Luiz Menna Barreto e Gaspar Francisco Menna Barreto, o padre Tomé Luiz de Souza, o dr. Felix Xavier da Cunha e o visconde de São Leopoldo, conquanto paulista de nascimento e filho adotivo do Rio Grnde, são todos dignos da homenagem, convertida em culto aos feitos, que as assinalaram entre seus coetaneos, cuja voz lhes foi de merecida exaltação.

Embora nascido na vila de Santos, coube a José Feliciano Fernandes Pinheiro prestar ao Rio Grande do Sul um conjunto de serviços meritórios, primeiro como seu deputado à Assembléia Constituinte e depois como presidente da província, em cujo governo se houve com exemplar clarividência. Instalou a colônia de alemães à margem do rio dos Sinos, promoveu a catequese dos aborígenes, expandiu as vias de rodagem, incentivou as exportações, desenvolveu os serviços de assistência aos expostos, aos presidiários e aos enfermos. Legislador e ministro de Estado, foi o criador dos cursos jurídicos e, depois de missões vária, afrontou os mais abruptos dissabores políticos, vindo a falecer, em Pôrto Alegre, onde constituiria família, o eminente brasileiro, que soube ser, com altivez inextinguível, o visconde de São Leopoldo.

Felix Xavier da Cunha, que surgiu poeta e se laureou em tribuno, teve a existência tempestuosa de todos os lutadores, forrados de impenitente idealismo. Entre a imprensa, onde a sua pena refulgia e a política, onde a sua dialética reboava, transcorreu a vida do intrepido paladino, que manteve a sua consciência indene aos influxos da corrupção ambiente. Não foi apenas fiel a si mesmo, senão que fez da verdade o labaro de suas iras santas, delas sentindo-se inflamado ao defender, com invulgar denodo, o general Osório, alvo que fôra da detração de ambiciosos encobertos. Mas, antes que sucumbisse, alçava Felix da Cunha suas derradeiras palavras em louvor da recente glória militar do Brasil — a tomada de Paysandú.

Paradigma de humildade e eficiência apostolar, o padre Thomé Luiz de Souza é o esteio vivo de todas as virtudes cristãs. Egresso da colônia do Sacramento, onde nascera, a sua carreira eclesiástica, depois de ordenado, estendeu-se e prosperou, dentro do Rio Grande, em cujo âmbito grangearam notoriedade sua predicação e suas obras de beneficência. Sábio e virtuoso, como era, não tardou que o requestassem, sem embargo da modestia beneditina, para as investiduras mais elevadas, das quais sempre abria mão, orgulhoso do pequeno rebanho em cuja doutrinação encarnecêra ao serviço de Deus. Nessa tocante sublimação do sacerdócio, que se desvelava pela pobreza, socorrendo e amparando-a, teve seus dias enflorados plas benções de quantos se sentiam renascer a esse contacto suave e diuturno.

Gaspar Francisco Menna Barreto, que percorreu a hierarquia militar até ao posto de marechal, foi um tipo singular, entre seus companheiros d'armas, pela lealdade e pela singeleza. Bravo até ao sacrifício, não foram poucos os seus feitos, à frente dos quais o do combate de Catalã, que o havia de sagrar com as esporas de ouro, como condecoração por mérito excepcional. Investido da chefia do partido legalista, em plena revolução farroupilha, envolveu-se em lances perigosos, arrostando-os sempre com surpreendente galhardia. Mas, tão fundo se enraizou seu apego ao exército, onde ingressára ainda infante, ao ponto de preferir suas fileiras às vantagens de oficial reformado, que renunciou por vezes, a última das quais quando assumia, já marechal, o comando das guarnições do Rio Grande e São José do Norte, partilhando de vários combates.

Mercê do valor pessoal, que o fizera ascender de prematura orfandade à mais alta posição entre seus contemporâneos, o marechal José Luiz Menna Barreto honrou as insígnias com que se cobrira ao longo duma trajetória de abnegação e de heroísmo incomparáveis. Não foi só nas refregas farroupilhas, que se salientou, senão que havia de afamar-se nas campanhas do Uruguai e do Paraguai, onde a sua eficiência, em postos de direção, atingiu notável realce nas crônicas militares. E' deste teor, entre outras, a ordem do dia do Conde d'Eu, a propósito da conquista da praça de Perlebuy, em cujas operações foi decisiva a participação de José Luiz. Restaurada a paz, passou a comandar a guarnição da fronteira de Missões, em cujo exercício compro-

veu a sua dedicação à tropa, que o teve entre os rígidos mantenedores da disciplina, sem prevenções e sem atritos, respeitado e geralmente benquisto.

O brigadeiro João Manuel Menna Barreto aparece, nos fastos do exército nacional, como um militar que galgou todos os seus graus pela só ocorrência do merecimento é da bravura. Oficial e guerreiro, como raros, éle o soube ser, graças à intuição de seus deveres, que inflexivelmente cumpriu, disputando a própria vanguarda entre os combatentes. E' conhecida a sua marcha à testa do 1.º batalhão de Voluntários da Pátria, em rasgo de temeridade sem precedentes, e, conquanto retirasse diante da centuplicada superioridade do invasor para resguardar as famílias espavoridas e ameaçadas, não demorou a incorporar-se ao grosso do exército, em cuja atuação veio a distinguir-se nos recontros de Avaí e Lomas Valentinas. Outras façanhas ainda se apontam desse grande cabo de guerra, que colheu a morte no fragor estonteante da peleja, em pleno ápice do triunfo. Fôra dos campos da beligerância, deteve nas mãos o comando geral das fronteiras e foi comandante d'armas da provincia.

Não obstante simples traços biográficos, culminantes talvez entre os maiores, são as evocações, que acabo de fazer, suficientes para realçar os vultos preclaros, objeto da presente glorificação.

Alguns apenas entre os muitos que emergem da história rio-grandense, em cujo regaço opulento e dadivoso estão à mão de seus cultores as figuras excelsas de soldados, estadistas, homens da pena e do trabalho, expoentes da ciência e da arte, apóstolos, missionários e idealistas.

Por isto, a solenidade de hoje, tão expressiva nos seus móveis e tão grandiosa nos seus efeitos, é um toque de sentido às gerações nascentes m busca da continuidade histórica, que só existe e se prolonga pela reverência aos nossos maiores.

Trazendo ao recinto deste panteão as cinzas de homens eminentes, que se engrandeceram e dignificaram, deixando aos seus pósteros um xemplário de ações redi-vivas, a Santa Casa de Misericórdia empreende uma obra, que permanecerá sobranceira às frágeis contingências humanas.

Fiel que sempre foi a seu officio de assistir os que nascem, fortalecer os que sofrem e salvar os que definham, a instituição centenária quiz arrancar ao olvido, para reuni-los neste santuário, mediante os sufrágios do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, os mortos insignes, convencida que "o exemplo dos que passam, segundo um escritor patricio, é a garantia dos que ficam".

Dai a realização deste ato, onde não há palavras capazes de o retratar em toda a sublime transcendência de seus influxos sobre a jornada magnífica de esperanças e sacrificios, de consciência e pertinácia, de ascensão e vigilância, que incumbe às gerações militantes, tendo presentes as nobres exortações do passado.

Eis um espetáculo que conforta, em meio da inquietação do mundo, onde se sente que alguma coisa se perdeu e importa recuperar — é o elo da tradição, o seu fiel de equilibrio e a sua voz de comando.

GENERAL SOUZA DOCCA

Oração proferida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no dia 27 de junho de 1945 pelo Comandante Luiz Alves de Oliveira Bello, em homenagem prestada pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro ao General E.F. de Souza Docca.

* * *

E' fora de dúvida que a súbita morte do ilustre General Emílio Fernandes de Souza Docca, que ainda se achava em pleno exercício de suas funções profissionais, causou forte ressonância nos meios social, militar e cultural, onde tão justamente havia projetado a sua eminente personalidade. Os seus parentes, numerosos amigos e companheiros de profissão e classe, confrades e consócios das muitas instituições de cultura de que fazia parte, conterrâneos e admiradores do seu caráter e talento, sentiram-na sinceramente e têm-se mostrado consternados, não porque ela houvesse ocorrido inesperada, injusta ou em hora imprópria, exatamente quando a glória ia lhe aureolar o ápice das suas dignas aspirações, mas porque lhe consagraram grande apêgo.

Sentiram também porque Souza Docca era uma forte individualidade que no meio social contemporâneo, tão comablido e descrente da pertinácia, da paciência, da abnegação e dos esforços desinteressados, havia evidenciado um inflexível caráter e irradiado o seu privilegiado espírito, enriquecido por variada cultura, pela literatura, esparsos em revistas e jornais, as suas fulgentes luzes e os seus judiciosos conceitos.

Assim, então, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, egrégia e vetusta instituição cultural, que vem mantendo suas honrosas tradições, e da qual Souza Docca fôra conspicuo sócio, colaborador, e vice-presidente na transata diretoria, não podia deixar de lhe tributar uma sincera homenagem de apreço, respeito e saudade, e de pesar pelo seu prematuro desaparecimento. E, para traduzir os sentimentos de consternação de seus ilustres consócios, o seu honrado presidente, Ex. Sr. Embaixador J. C. de Macedo Soares, teve a nimia gentileza, referendada por aqueles, de nos escolher para, em breves palavras, falar da personalidade do saudoso morto, rememorando a sua vida e a sua obra.

E para o cumprimento de tão honrosa missão, se não vos podemos fazer ouvir uma voz sonora e uma palavra eloquente, escoreita e burilada, num profundo pensamentos filosóficos, porque não possuímos a fagulha divina de um orador privilegiado, como Pedro Calmon, nem a inspiração do laureado poeta Aurélio Pôrto, emérito historiador, a quem tivemos a ventura de ouvir, gaúcho de fibra e descendente daquele bravo farroupilha que, em uma feita, antes de combater, dissera ao intrepido adversário "sou o Guedes", brigo, não nego, morro seco, não me entrego". Todavia ides ouvir uma linguagem singela, expressiva e sincera, porém desataviada de flores de retórica, que vos falará com respeito, apreço e claresa sobre o ilustre homenageado.

Confessamos que não nos constrangeu a escolha, embora ela majore o nosso mérito, mas porque nos oferece a feliz oportunidade de permitir traçar, neste momento, em rápidas pinceladas, um perfil de Souza Docca, a quem nos prendia grande admiração e recentes laços de amizade. Esses foram traçados através de dois disputados

Inst. Hist. e Geogr. — 3

entrevêros históricos travados, um, em 1940, na sede da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, acerca de um ponto, ainda pouco claro, da fundação do arraial ou sítio do Dorneles, do qual se irradiou a cidade, que é hoje a bela capital do Rio Grande do Sul. E como cavalheiros, sem termos ficado bem convictos do mesmo equívoco, por êle controvertido, lhe entregamos os pontos. O outro, mais importante e debatido, que consumiu o tempo de três sessões do IV Congresso sul-riograndense de História e Geografia, reunido, em março pp. naquela cidade, e girou em torno da convicção republicana de Bento Gonçalves, foi decidido a nosso favor, após elegante e disputado torneio de eloquência, história e ética, que honrou não só os contendores como o próprio Congresso. E foi depois de tantas luzes espargidas sobre essa dúvida histórica que as nossas relações dentro do tradicional sentimento de concórdia, dos gaúchos, á semelhança dos guerreiros farroupilhas, separaram-nos bons amigos, sendo que nós sumamente honrados com as gentilezas do eminente contendor, talvez, o maior cultor contemporâneo da heróica história ruo-grandense.

Vêde, pois, como a nossa escolha para falar de Souza Docca, nos envolve num nimbus de pesar, recordações e saudade, que nos faz imaginar que ainda o vemos e o sentimos junto a nós, no famoso debate, a defender com segura argumentação lastreada em documentos, a sua clara e precisa opinião enquanto outros a controvertiam e nós, por vezes, o interrompíamos com oportunos apartes para esclarecer o nosso modo de ver e confirmá-lo. Em virtude disso, que aqui recordamos sem jactância, e, tão sómente, para projetar mais essa sua nobre atitude, será com tôda a isenção de ânimo, sinceramente e sem nenhum recalque, que trataremos de sua eninente personalidade.

* * *

Por mais sentida que tenha sido a sua morte, será que devemos lamentá-la e pranteá-la? Pensamos que não, devemos aceita-la, como uma fatalidade e venerar-lhe a memória.

Como um grande ator do drama da sua vida, êle morreu exatamente quando desempenhava um dos mais significativos papeis de uma peça artificialmente montada, sem poder terminar a importante cena que apenas havia iniciado. Isso nos parecerá injusto, mas como prová-lo? E' preferível não investigar. Contentamo-nos a refletir como Sócrates. Conta Cícero, em seu "Diálogo da Velhice", que quando Sócrates, atocamente se dirigia para cumprir a sentença de morte, a que o haviam condemnado, seguia-o a multidão de seus amigos, admiradores e discípulos, que o aconselhavam a não se entregar á morte, que seria uma iniquidade. Entre os últimos, um a lamentava e chorava copiosamente. Era Apolódoro, o seu mais dileto discípulo, a quem o sábio, nesse momento, perguntara: "porque choras assim?" e aquele lhe respondeu "porque não posso suportar a dor de te ver morrer injustamente". O sábio sorriu e lhe replicou "então querias que morresse justamente?"

Compreende-se que Sócrates, injustamente condenado a morte pelo grande crime de falar a verdade e criticar a tirania, perante a mentalidade reinante na Grécia, não teria defesa para a sua conciente e patriótica ação. Então para que verterem lágrimas, preferível seria que lhe seguissem o sublime exemplo.

Parodiando o caso, diremos, justa ou iníqua, imprópria ou em seu tempo, não lamentemos a morte de Souza Docca, e nos conformaremos com a grande fatalidade. Respeitemos e reverenciemos a sua memória, apresentemo-lo como exemplo de homem digno e não o esqueçamos.

* * *

Os antigos filósofos, bem antes do cristianismo, já admitiam a existência da alma e acreditavam na sua imortalidade. Entre êles Solon, Pytágoras, Platão e Cícero. Por isso, frequentes vezes, se referiam a elas nas suas preleções aos discípulos, amigos e admiradores. Solon, em um dos seus epitafios, declarou que: "não desejava que a sua morte fosse privada de lágrimas e dos gemidos dos seus amigos". E naturalmente assim pensava porque queria continuar a viver no espírito deles.

O celebre poeta helênico Ennio, trilingue, trágico e épico, em um dos seus versos, escreveu: "que ninguém honre os meus funerais com as suas lágrimas nem com o seu dó". Eis aí dois atores e filósofos diferentes, embora gregos, em completo antagonismo. Mas enquanto o poeta, que também fôra consul, professor de línguas em Roma, onde convivera e de que era cidadão honorário, democratisara o seu espírito e era desprovido de vaidade, tendo provindo de origem pobre e nome humilde, Solon era tradicionalista, de estirpe familiar, vaidoso e não ignorava que o reconheciam como um sábio.

Ora, Souza Docca, que talvez conhecesse êsse antagonismo, porquanto era lido em história antiga, se houvesse previsto que ia morrer e pudesse ter falado, provavelmente se manifestaria de acordo com o poeta, de cuja vida a sua mais se aproximara, e não com o sábio, que amava, por demais, a glória. E é por isso que a homenagem que ora lhe prestamos, embora singela, é acentuadamente sincera, justa e confortadora para um espírito como o seu, livre filosófico, acentuadamente sociológico, que bem o retratava com um feitiço modesto, democrata, sentimental e grato, possivelmente ambicioso e vaidoso dentro dos limites naturais, conferidos a todo homem que se apercebe do próprio valor.

Sua vida foi curta e feliz porque lhe permitiu representar bem todos os papéis, alguns importantes, que lhe foram distribuídos no amplo palco da vida e lhe permitiu realizar, com decência, honestidade e boa moralidade as suas normais e legítimas aspirações, numa vida mais de voluntária penumbra que de exposição aos raios solares do favoritismo. Aceitou em partilha o que lhe coube pelos próprios esforços e não aspirou fantasias, nem impossibilidades. Se candidatou-se a imortalidade literária, por amor a glória, foi porque estava certo que na sua aspiração, no dizer do imortal Castro Alves, "o sabre não coraria de hobrear com o livro e o livro não coraria de chamar-lhe irmão".

De ordinário, os grandes homens, os verdadeiros artistas, gênios, sábios e inventores, que gozam da aura da imortalidade, são fontes de intensa luz que ilumina a escuridão do mundo e, porque são úteis focos de visão, atraem os homens que os apreciam. Indubitavelmente Souza Docca era um grande historiador nacional, contemporâneo, com várias obras de valor publicadas, através das quais e de outros trabalhos literários, transparecia em plenitude a sua cultura, se bem que não fossem escritas em estilo rebuscado, rendilhado de filigranas e enxertado de filigranas e enxertada de fantasias mirabolantes, para torna-lo mais atraente, ficcionista embora ilusório e agradável aos leitores modernos, em geral, apressados.

Não será a sua biografia que iremos fazer, embora bem o mereça e Carlyle tenha judiciosamente escrito que é mais fácil, escrever uma vida bem vivida que fazer uma biografia exata, completa, perfeita e justa. De facto, para realizá-la assim, torna-se necessário conhecer, através de um contínuo e longo convívio e de uma perspicaz observação direta, a vida do biografado em seus menores detalhes, para se poder aprender, no recôndito de sua alma, um exato conhecimento do seu caráter, qualidades, atributos, aspirações, gestos, atitudes, ambições, virtudes e defeitos, para, dêsse intrincado complexo, com o tempo e aguçado senso psicológico, poder se identificar a personalidade estudada e focalizá-la dentro da realidade. Todavia, sendo a tradição um grande e lento ampliador, a vida de um homem que se destacou e notabilizou, depois de morto, em geral, se torna majorada, mesmo sem sobejos e lisonjas, e dentro de limites de sensata apreciação.

Por isso, aqui nos limitaremos a relancear rapidamente a sua vida e a sua obra, não só porque é escasso o tempo que nos foi concedido para falar, como foi restrito o convívio que tivemos com Souza Docca, mais intelectual que social e direto, o qual não nos permitiu penetrar, psicologicamente e com consciência, o seu ego. E o que de certo, sobre o seu caráter, qualidades e temperamento, logramos colher entre seus amigos, não foi muito, porém, talvez, o bastante para lhe traçarmos um ligeiro perfil.

Sua vida ativa não correu obscura, nem amorfa, quer na profissão e classe, quer na sociedade. Nesses setores, foi uma figura expressiva e de projecção, mercê da linha inflexível do seu nobre caráter da sua boa moral, aliadas a uma extensiva cultura, que o norteou sempre. Pode-se dizer, com justeza, que foi um "self made

man", consoante sensato juízo inglês, pois que, por seus pertinazes esforços, sem curvaturas, humilhações, violências, lesões e direitos alheios e favoritismo, subiu, em quarenta anos, de soldado voluntário a general, gradativa e normalmente, por justo e reconhecido merecimento.

Satisfeito por haver assim atingido o almejado ápice de sua carreira e classe, nem por isso, se envaideceu e mudou o caráter, qualidades e temperamento.

Não aumentou o orgulho por haver procedido de situação humilde, nem se considerou um iluminado; achava muito natural e lógico tudo quanto lhe ocorrera na vida, porque, para tal, havia sempre trabalhado. Ao contrário, continuou simples, democrata, cortez, esforçado, operoso, devotado à profissão e à pátria sem outra ambição que a, bem louvável, de prosseguir, no campo da História Nacional, a cooperação que, há trinta e cinco anos, vinha dando na desagregação de conceitos errôneos e injustos, que figuram em obras de alguns tendenciosos historiadores estrangeiros, de reputada autoridade, e vários escritores nacionais, desconhecedores de importantes e autênticos documentos, existentes nos nossos arquivos.

* * *

Reunida à competência técnica profissional e à dedicação aos trabalhos intelectuais uma bondade e modéstia que, aparentemente, imprimiam-lhe o aspecto de timidez ou abstração. Como gaúcho campesino e fronteiriço, nos primeiros contactos parecia um bisonho ou retraído, que se sentisse constrangido, mas em convívio amigável, abrandava a sisudez, entreabria sorrisos, soltava piadas gauchas e, em meio confiante, falava e agia com o coração. Como o caráter fôra estruturado numa sequência de duros esforços, dos quais resultaram muitos êxitos, no decorrer da vida foi adquirindo, e consolidando experiência e, por isso, era um otimista, que confiava em si e tinha fé nos homens, que logravam realizar as suas aspirações. O seu olhar, pouco agudo, refletia pureza de alma, que ainda não havia se esvaecido com as decepções, desenganos e maldades da vida. Enfim, a sua pessoa, irradiando uma aura de bondade, inspirava simpatia e confiança.

Provavelmente Souza Docca sabia que o filósofo grego, Theognis de Mégara, havia escrito que "a opinião é para os homens um grande mal e a experiência um precioso bem e, porque muitos julgam baseados na opinião e não segundo a experiência, poucos acertam". Porém, o contrariando, em parte, costumava dar sempre, com boa fé e sinceridade, sua opinião franca, clara e precisa, utilizando-se também da experiência, que sensatamente adquirira.

* * *

Mas o que naturalmente mais o honrou, em vida, foi que, tendo entrado para a caserna, apenas aos quinze anos incompletos, pouco alfabetizado, em vinte meses, em que cursou a Escola Regimental de seu batalhão, onde o ensino e a instrução eram elementares, destacou-se nos estudos e, ao concluí-los, já cabo de esquadra, fôra imediatamente promovido a Sargento, tendo permanecido nas três classes dessa categoria, durante alguns anos, quando fôra promovido a oficial. Mas tão longa permanência, comum no seu tempo, em que as promoções eram demoradas por escassez de efetivos, foi a primeira consagração do seu mérito e a confirmação de que não errara quando dera preferência à carreira militar para nela desenvolver a sua atividade, irradiar a luz do seu precoce espírito e prestar serviços à pátria, como aspirava.

Como praça, foi modelar e serviu de paradigma na sua guarnição e, sem favor, foi, por vários comandantes, chefes e oficiais, elogiado vinte e quatro vezes, durante quinze anos, em boletins de serviço e ordens do dia, em termos diversos e bem significativos.

Foram altamente apreciados os seus serviços, em paz e em operações de guerra no Contestado, em Santa Catarina, nas funções de sargento-quartel-mestre, complexa categoria de almoxarife, contador, intendente e pagador do batalhão, e nas de sargento ajudante ou brigada, importante e indispensável traço de ligação entre as

praças e os oficiais, como transmissor de ordens e zelador da disciplina geral entre aquelas.

Foi nessa primeira etapa da vida que sua individualidade começou a se projetar fora do seu meio profissional. Devotado aos estudos e impelido por uma vontade férrea de se instruir e desenvolver o espírito, porque sentia que era grande a sua inteligência, aguçada a curiosidade e fácil o poder de compreensão, sem professores e explicadores e somente com o auxílio desses pronunciados atributos e dos livros, conseguiu, em poucos anos, adquirir uma instrução e, digamos mesmo, uma certa cultura que, sem exagero, assombraria a quem, dez anos antes, o houvesse conhecido como um “chucro piá” da estância de seu pai, o afamado e destemido Coronel da G. N., Souza Docca, conhecido por audaciosa façanha cometida em um rio, durante a revolução farroupilha.

Com cultura, assim adquirida nos lares e sem a assistência de algum espírito mais atilado que o seu, foi que, por volta de outubro de 1910, já brigada do batalhão, apresentou, timidamente, ao operoso Tenente Francisco de Paula Cidade, que mostrava apreciar as suas qualidades, os esforços e o devotamento aos estudos, um alentado artigo narrando e criticando a batalha de Tuyuty, pedindo-lhe a sua opinião e, caso possível, a respectiva publicação em um jornal de Porto-Alegre, em cuja guarnição serviam ambos.

Nessa cidade publicava-se então uma Revista militar, na qual colaboravam somente oficiais e o seu diretor e principal redator era o ilustrado Capitão Luiz Leyraud, culto, disciplinado e “traquejado”, que gosava de respeito por seu feito sisudo.

Mas o Tenente Cidade, que lera atentamente o artigo do Brigada Souza Docca e o julgava bom e fiel, confiou-o ao apreço e às luzes do Capitão Leyraud. O Diretor da Revista, levou-o para a casa, provavelmente, pouco animado em satisfazer à sugestão, que lhe fôra feita, de publicá-lo na Revista, porque o trabalho, da autoria de um simples sargento, não haveria de ser tão valioso que merecesse tão favor. Todavia, iria lê-lo. Assim o fez e, posteriormente, em reunião com os colaboradores da Revista, manifestou-se deveras surpreso com o valor do escrito e inclinado a publicá-lo, se aqueles estivessem de acôrdo. Este foi unânime, o Capitão procurou conhecer o Sargento Docca e o trabalho foi publicado na Revista.

* * *

Eis aí, singelamente, como o futuro historiador Souza Docca, com vinte e seis anos de idade, fincou a primeira estaca no vasto campo da História, que, como um beneditino, havia de palmilhar o resto da sua existência. Deve ter provindo desse êxito o seu devotado amor ao estudo da história militar nacional, em cujo setor circou traços inapagáveis de esclarecida crítica.

Em 1915, após aprovação, em exames antes realizados, primeiro para o posto de Alferes e, posteriormente, para o de Intendente de Batalhão, fôra promovido ao posto de Tenente. E, mais tarde, já saturado de elogios, em que se proclamava a sua inteligência, espírito ordenado e disciplinado, garbo militar, fina educação, devotação à carreira, sede de saber, dedicação aos estudos, bravura, sobriedade, iniciativas e defesa de legalidade, cursara a Escola de Intendentes e, dois anos depois, a de Oficiais de Administração, obtendo os respectivos diplomas, com menção honrosa, extenso e expressivo elogio do Diretor daquelas Escolas, reconhecendo a sua dedicação aos estudos e às tarefas que lhe foram distribuídas, comprovada cultura e as apreciáveis qualidades profissionais que revelara.

Na turma dos Intendentes de batalhão, em que fôra diplomado, composta de dezesseis alunos, logrou o primeiro lugar e, na dos Oficiais de Administração, o segundo, o que, mais uma vez, o consagrou, entre os colegas de classe, um espírito esclarecido e uma auspiciosa esperança que, a través dos novos postos a que, naturalmente, galgaria, iria assinalar, de uma forma destacada, a sua ascensão. E foi o que, de fato se passou, pois conseguiu desempenhar as muitas e diversas comissões, que lhe foram conferidas, com inteligência, decortínio, eficiência, honestidade, zelo pelos serviços e respeito às boas tradições. E assim, normalmente promovido, sempre por merecimento, atingiu a General, ápice de sua classe, com satisfação para seus compa-

rheiros e apreço do Exército. E foi, exatamente, nessa elevada categoria que a morte insidiosamente o colheu.

Como vêdes, a sua carreira militar, sem dúvida honrosa, prestante, estimuladora e merecedora de destaque, não revela nenhum lance fulgurante, destes que imortalizem um herói, consagram um bravo ou notabilizam um general. Mas não lhe pode caber a culpa disso, porquanto ela decorreu toda durante sucessivos anos em que a Nação só tem sido perturbada por escaramuças políticas e, nas duas guerras externas, em que se viu envolvida, por contingência e solidariedade americanista, apenas uma escassa força militar nelas assegurou o patriótico apoio da Nação à defesa da democracia e das liberdades, através dos esforços, audácia, intrepidez e bravura dos seus filhos, alguns, tombados no campo da luta e outros, laureados ou portadores de cicatrizes, que revelaram provas inequívocas de valor e denodo. E, em nenhuma delas foram postos à prova os serviços de Souza Docca, pois seria provável que jamais desmentisse a influência atávica da legendária bravura do intrepido pai e, portanto, viesse a dar inoidável prova do valor das suas qualidades militares e das individualidades de gaúcho fronteiriço, acostumado a vadear rios, transpor coxilhas, voar pelos campos sobre ardorosos cavalos, engulindo pó e quilômetros, para surpreender o inimigo, lutar com ele, rechassá-lo e vencê-lo, como bravamente fizeram os revolucionários de 35 e os de 93, tingiram com o sangue o solo riograndense, na defesa de louváveis ideais.

Na vida militar de Souza Docca o que mais deve ser ressaltado é que foi nela que se instruiu e estruturou, em linhas fortes e firmes, o nobre caráter, aprendeu a lutar, com serenidade, esforço próprio, espinha erecta, discrição, respeito geral a leis, ordens, autoridades, opiniões e ideais, para poder, sem alienação das suas excelentes qualidades e atributos, realizar as suas legítimas e naturais aspirações. Nada o afastou dessa inflexível linha, o que constitui a nosso ver, a mais sólida demonstração de valor de sua invulgar personalidade.

Além disso, nunca abriu mão do sadio patriotismo que o norteava, dedicando-se tão sómente ao serviço da Pátria, dentro da profissão, sem se deixar encantar pelos falsos apelos da política e os illusórios êxitos da vaidade. Continuou sempre modesto, prestativo, operoso e devotado aos prediletos estudos sem nenhum prejuízo pelos deveres da profissão.

A atividade dinâmica de Souza Docca não poudesse confinar no circunscrito setor das atribuições profissionais e, então o seu esclarecido espírito procurou um campo maior para se distender. Incurcionou modestamente pela literatura e a geografia, porém dilatou-se proficuamente pelo insinuante e atraente labirinto da História, no sublime anseio da busca da verdade. E nesse elevado setor dos conhecimentos a sua lúcida inteligência, acentuado poder de compreensão, apreciável, memória, fina argúcia pronunciado senso patriótico, arrimados a uma segura dialética, esmerada e clara linguagem, em um apropriado e feliz jôgo de expressão, conseguiram, aos poucos, em um decurso de trinta e cinco anos, fazê-lo um historiador lógico, escrupuloso, conciente, objetivo e abalizado em sólida documentação, que logrou traduzir idéias, com nitidez e precisão, através de segura argumentação e lúcido raciocínio.

• Conciente do valor da pesquisa e perquirição dos documentos, rompeu, audaciosamente, com a cortina que ocultava muitos deles, alguns, ainda inéditos, e outros, intencionalmente custodiados sob o artificioso pretexto de que o conhecimento ou controversia poderiam reacender paixões adormecidas ou provocar evitáveis polémicas entre os povos vizinhos, outrora desafetos, porém, hoje, amigos e vivendo, com os brasileiros, em fraternal comunhão de espírito americanista. Haveria realmente razão para tal percalço se os agravos escritos não houvessem, em abundância e com requintada malevolência, partido de historiadores e publicistas estrangeiros, de reputada fama em seu países, e que haviam interpretado tais documentos tendenciosamente, e empenhado, assim, responsabilidades morais aos seus injustos conceitos. Deixá-los inconvertidos e sem o merecido revide, pareceu, muito justamente, a Souza Docca, obra impatriótica, quando, dentro da rigorosa verdade, de boa ética, e tão sómente à crítica história dos fatos ocorridos, das intenções da política brasileira e das atitudes dos seus delegados, no rigoroso sentido da realidade.

E foi o que realizou, patriótica e imparcialmente, em oito trabalhos de alto valor, em que deixa bem focalizada a diretriz da política externa do Império, continuamente seguida, com o seu precípua caráter defensivo, e jamais agressor e cobiçoso.

Se o Brasil herdou de Portugal a herança precária da Colônia do Sacramento e, a princípio, pensou em conservar a sua posse, nada mais fez do que manter um direito, embora algo inconsistente em seus fundamentos. Mas logo que por si, tão sómente, começou a reconhecer a fragilidade desse direito, foi o primeiro, sem nenhuma coação, a pensar na sua restituição e não, receioso, por agitados protestos. Não lhe interessaria aquela Colônia e sim todo o território a margem direita do Uruguay para levar, lógico e naturalmente, os seus limites meridionais até ás aguas do Prata. Mas á tal aspiração, faltavam fundamentos direitos e não seria de boa moral, nem digno, para um Império, tão abastado de territórios, cobiar o exíguo território de um povo que tinha o seu direito de viver, soberano e independente, ouse apoderar dele por usurpação.

E isso, o Brasil imperial sempre reconheceu e se, por vezes, ocupou, parcial e temporariamente, aquêle território, o fez atendendo ao apelo dos seus governantes, que não possuíam elementos seguros para resistir e vencer indomáveis caudilhos, que se revesavam no poder e perturbavam toda a vida econômica do país, ou não podiam enfrentar a coligação deles com os platinos, que cubicavam o domínio do seu território e do seu povo. E, como ao Brasil e ao particular interesse dos brasileiros, não convinha ter-se, como lindeiro, um povo desorganizado ou expropriado dos seus domínios, por usurpação de outro povo mais perturbador e ávido, ao Império só restava agir, como o fez, pacificamente se possível, ou em defesa armada se necessários, para afastar qualquer uma das duas calamidades. E foi isso, apenas o que o Brasil veio fazendo desde 1815 até 1829 e, posteriormente, em 1851-52 e 1864-70, revidando sempre os golpes insidiosos de pertinazes adversários.

Ora, em lúcidos por menores, baseados em autênticos documentos nacionais e alguns platinos e paraguayos, foi que Sousa Docca, com impressionante clareza e segura argumentação, nos convenceu da moderada diretriz da política brasileira, por contingência, morosa, na solução dos sucessivos problemas, que, durante cerca de meio século, trouxe abaladas, em um ambiente de desconfianças e malquerenças, as relações entre aqueles povos e os governos do Império.

Esse seu processo de escrever a História, decantando e filtrando a verdade, atravez de documentos colhidos em fontes idoneas, é o mais natural, lógico, sensato e criterioso e permite, sem paixão, recalques e preestabelecido afan de controversias, imprimir a narrativa dos fatos em cunho de precisão e confiança, capaz de conduzir a conclusões exatas.

Dai o se constatar, em todos os seus livros e escritos, apreciável uniformidade de senso histórico, fácil compreensão, lógico e esclarecida argumentação que naturalmente nos leva ás mesmas conclusões a que êle logrou atingir.

* * *

Pode-se considerar exaustiva, brilhante, oportuna, preciosa e conclusiva a defesa feita por Sousa Docca, em livro e vários artigos esparsos, que publicou, acerca da diretriz política do Império em relação aos vizinhos povos platinos, a qual continua incontestada, tal foi o valor e a consistência documental da sua argumentação, sempre dentro do são critério de boa fé e da verdade, aliado á provas insofismáveis, e sem xenofobismo ridículo. Tudo isto se reconhece, lendo atentamente os seus livros, publicados a partir de 1919, intitulados: "Causas da guerra do Paraguay"; "O Exército nas campanhas platinas"; A Convenção preliminar da paz de 1828"; "Limites entre o Brasil e o Uruguay"; e artigos "Pela verdade histórica", em resposta ás "Notas de um Diarista" do brilhante escritor maranhense Humberto de Campos, e "Da bulla de Alexandre VI á guerra do Paraguay", em contestação aos injustos e atenciosos conceitos, emitidos pelo ilustre historiador e diplomata argentino, Dom Ramon Carcano, em sua valiosa obre "Guerra del Paraguay Origenes y Causas".

Todos êsses trabalhos são úteis e patrióticos, porque tiveram o elevado ob-

jetivo de desagrar a Pátria da insídia estrangeira, veiculada em várias obras sul-americanas, com o intuito precípua de desvirtuar o sentido daquela diretriz política e expor o povo uruguayo como "oprimido pelos brasileiros", que persistiam em conquistá-lo e dominá-lo, quando que realmente ela sempre procurou fazer pro- tegê-lo contra as tentativas, dissimuladas de apoio e proteção, dos vizinhos platinos, que bastante se esforçaram e agiram para conseguir realizar aquilo que eles, mal intencionados, atribuíam ás forças brasileiras que, a pedido dos govêrnos uruguayos, lhes prestaram apoio e proteção.

A argumentação sólida de Sousa Docca, em tais livros e artigos, é macissa e fere direta e desassombradamente os pontos fracos, claudicantes e insubsistentes da referida crítica. E tão inestimável serviço patriótico, que prestou, deve ser salientado, remunerado e jamais olvidado, porquanto, antes dele, nenhum outro historiador, que conheçamos, se animou a romper a cortina de intencional sigilo que nos arquivos nacionais e particularmente no do Itamaraty, encobria a prudente clausura de numerosos documentos de suma importância, cujo conhecimentos, publicação, interpretação sadia critica poderiam já ter, ha muitos anos, facultado elementos para semelhante defeza.

* * *

Não foi somente no setor da história internacional que as luzes de Sousa Docca fulgiram focalizando-o como grande historiador. Expargio-se também no trepidante campo da heróica história sul-rio-grandense, revolvendo, de preferência, a epopéia farroupilha e evocando seus legendários guerreiros. Pormenorizou interessantes episódios das sangrentas lutas e esclareceu obscuras e indecisas atitudes de alguns Chefes, fixando assim novos aspetos da revolução republicana que, durante dez anos, fez tremer o trono e, nos dois últimos consolidou a glória de Caxias. Regionalista de boa fé e com elevada percentagem de brasilidade, na intensa e precisa crítica que fez dessa revolução, dissecando os poucos documentos, que logrou encontrar nos arquivos gauchos e nos de instituições nacionais do Rio de Janeiro, procurou patentear, com persistência, o caráter federativo nacional, e não o separatista, dos revolucionários, que sempre se recusaram a aliar-se aos caudilhos uruguayos em contínuo dissídio com os respectivos govêrnos e que pretendiam formar, com o Rio Grande republicano, o celebre Quadrilátero federativo, Soberano e independente. E outros assuntos da história da valorosa Capitania de São Pedro ocuparam a sua lúcida atenção e mereceram ser narrados e criticados, como o fez, com sua peculiar linguagem, clara e peruciente.

Também os estudos geográficos o preocuparam, embora mais escassamente, porém os quatro trabalhos que escreveu, concernentes a aspectos da Província Gaúcha, revelam a sua esclarecida cultura regional. Foram: "Um problema geográfico — as nascentes do Jacuhy"; "Vocábulos indígenas na geografia riograndense"; "A Capitania de São Pedro", e o melhor deles, "Gente sul-riograndense".

Seguindo a moda, ensaiou-se ainda no difícil gênero das biografias, algo facitício, e publicou as do Marques de Barbacena, ilustre e complexa personalidade, cuja ação figura na história é pontilhada de equívocos; a do Visconde Taunay, laureado escritor e bom historiador, merecedor de respeito e veneração; um excelente estudo da capacidade psicológica de Caxias; e outro, também psicológico, do trefego General Bento Manuel, até hoje mal compreendido, por culpa própria, e que, no ambiente gaucho da sua época, deixou vincados traços das suas indecisas, astuciosas e discutíveis atitudes.

A tudo isso devemos acrescentar alguns trabalhos de outros gêneros literários e numerosos artigos publicados em revistas das vinte instituições de cultura de que era sócio, e jornais do Rio Grande e desta Capital.

Não devemos esquecer que nessas e em outras instituições, por especial convite, realizou várias conferências, de cunho patriótico e em homenagem a eminentes vultos nacionais e americanos.

Dentre elas, é mister salientar a que efetuou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a 14 de Abril de 1943, no dia Panamericano, em excelente lingua-

gem, profusa de citações, extraídas de importantes documentos brasileiros e americanos, e referências apropriadas á attitude de eminentes governantes e outras autoridades continentais, em que tratou, com percuciência, da gênese da tradição panamericana, revelando nesse sentido a prioridade do Brasil entre os povos do continente de Colombo. Realmente, tão supervidente idéia surge, pela primeira vez, em 1786, numa das cartas que o malogrado inconfidente José Joaquim da Maia, dirigira a Thomas Jefferson, representante do governo de Washington, junto ao rei de França. E Sousa Docca soube tratar, de tão importante e pouco conhecido assunto, de um modo magistral.

Acerca do Duque de Caxias, a quem devotava especial apreço, além do estudo acima mencionado, publicou, em separata, três ótimos ensaios que fizera de sua inconfundível personalidade, fixando-a, apropriadamente, como genuíno patrono do Exército e clarividente estadista.

A sua bibliografia compreende, entre livros e separatas, trinta e três volumes, sem que, em nenhum, houvesse tratado de assunto superfluo e inoportuno. Podemos classificá-la da seguinte forma: oito sobre história sul-riograndense; sete — história internacional, restrita ás relações platino-brasileiras; dois — sobre história nacional; quatro — geografia sul-rio-grandense; cinco — biografias e ensaios pessoais; e sete — outros assuntos.

Não sendo abundante em valor quantitativo, todavia o é para refletir expressivo valor qualitativo e o consagrar como um dos melhores historiadores nacionais, contemporâneos, nos setores da História Pátria Diplomática, a que deu preferência.

Finalizando este ligeiro perfil de Sousa Docca, poderemos fixar, de um modo indelével, os seguintes traços da sua vida; como cidadão a contínua e pertinaz soma de esforços pessoais, moralizados e dignos, que realizou para satisfazer as suas legítimas aspirações, através de um forte, incorrupto e inflexível caráter; como militar — a reta diretriz, que sem curvaturas, lisonjas e humilhações, seguiu sempre no cumprimento dos seus deveres para com a profissão, a classe e a pátria; como elemento social — a forma inteligente, sensata e modesta com que projetou as suas excelentes qualidades e atributos, que lhe grangearam merecida simpatia, apreço e respeito em todos os meios, em que se ambientou; e como intelectual — a linha de distinção, cavalheirismo, e elevado senso com que fez refulgir as luzes do seu esclarecido espírito, sabendo-se exprimir com abundância de idéias e pensamentos, dentro de um critério de tolerância e respeito às sãs idéias alheias.

* * *

Eis aí, senhores, quem foi o preclaro e ilustre General Emílio Fernandes de Sousa Docca, prematuramente falecido, a quem cheios de saudade, neste momento, os consócios da veneranda Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro prestam esta sincera homenagem.

Traçando aqui, mesmo em ligeiras pinceladas, o seu expressivo perfil, lhe rendemos um alto preito de apreço, respeito e sinceridade, de que se fez justamente merecedor. E, uma vez que não podemos consagrá-lo, como faziam os antigos gregos e romanos, com os seus sábios, poetas e heróis, ornando-lhe a cabeça com uma coroa de louros e emprestando-lhe um caráter simbólico e divino, ao menos, como seus amigos e admiradores, jamais o esqueçamos, e os historiadores, que cultivam a verdadeira história pátria, que leiam e releiam os seus preciosos trabalhos e estudos, os apreciem, critiquem e comentem, dando-lhe, assim, tão elevada prova de consideração, respeito e apreço.

a) Luiz de Oliveira Bello

O RIO GRANDE DO SUL NA CARTOGRAFIA ANTIGA

(Do vol. I, n.º 20, do "Curso de Mapoteconomia")

A conexão de fatos etnográficos e históricos que tem por cenário o atual território riograndense do sul, impõe, para estudo detido, apreciá-los, nas primeiras horas de sua vida histórica, em seu conjunto inicial dentro da extensa região que o Atlântico, o Prata e o Uruguai abraçam. Ao norte demora uma parte do Estado de Santa Catarina e, no extremo sul, erguem-se os marcos que nos separam da República Oriental do Uruguai, a nós ligada por essas mesmas tradições antigas, continuidade territorial e afinidades múltiplas de origens ancestrais comuns. Fica essa região, que só mais tarde se irá delimitando até constituir o Estado do Rio Grande do Sul, entre 27º 17' e 34º 40' de Lat. S. e 49º 50' e 57º 55' de Long. W de Greenwich. Confina a circunscrição riograndense, na barra do Chuí aos 33º 36' 54" de Lat. S. e 53º 34' 10" de Long. W de Greenwich.

Exerceu influência decisiva no atraso do conhecimento do território que abrangia, a faixa litorânea "inteiriça, sem entrâncias, sem saliências notáveis, com uma única e precária comunicação com o interior e uma ligeira inflexão na parte mais setentrional, em Torres". (F. R. Simch — Fisiografia do R. G. do Sul). Essa fatalidade geográfica pesou sobre os destinos do Rio Grande. Observa Capistrano de Abreu que "a costa, pitoresca, elevada, opulenta de ilhas e porto até Santa Catarina, abaixasse, além, apresenta-se nua, estéril e inhospita. Por isso não foi o Rio Grande do Sul o primeiro a reclamar a atenção do governo da Metrópole, que preferiu dar um grande salto e estabelecer-se logo em águas platinas".

A única entrada, a barra do Rio Grande, sob o regime de correntes adunadoras de bancos de areia, era desconhecida e impraticável. E assim o foi por muito tempo. O brigadeiro José da Silva Paes, fundador do Presídio do Rio Grande, em 1737, a designava por "Barra diabólica". E Silveira Martins, já nos nossos dias, tratando desse aspecto que quasi nos afastava da comunhão nacional, impedindo aproximação efetiva e melhor conhecimento das nossas possibilidades, teve aquela célebre frase que não foi só um arroubo de eloquência, mas o brado de angústia de um povo, a cuja expansão se opunha esse dique formidável: "A barra não tem querer!"

Entre os dois extremos: Laguna, em Santa Catarina, ao norte e Rio da Prata, ao sul, que abriam suas costas pitorescas e acessíveis, às explorações dos navegadores primitivos, ficou, por quase dois séculos, essa extensa faixa oceânica quase desconhecida, logrando sómente referências imprecisas na cartografia da época. E' a "costa aparcelada", a "costa baixa", a "costa de areia" dos primeiros mapas.

Lá uma ou outra designação toponímica lembram expedições primitivas que, acoissadas pelos ventos reinantes que tornam a costa perigosa e quase inacessível, rapidamente dela se afastavam. Outros, se aproximando, numa tentativa de reconhecimento, registavam naufrágios e avarias. João de Lisboa, Pedro Lopes de Souza, que assina a carta de batismo de Rio Grande com a invocação de São Pedro, e Martim

Affonso, que oscila na cartografia antiga, ora designando o Tramandaí, ora se deslocando para o Chui.

E' Diogo Ribeiro (1529) o primeiro cartógrafo que assinala o Uruguai (Uruiy), que, nas cartas seguintes toma direções diversas e designações diferentes, entre as quais São Salvador, Rio Negro ou de Lepetí, que mais tarde aparecem como seus tributários. A carta de Desliens (1543), já sob a influência do reconhecimento de Pero Lopes, na viagem de Martim Affonso, regista o Rio de Martim Affonso, — Tramandaí, e o rio de São Pierre (São Pedro), dado à entrada do Rio Grande. Sebastião Caboto recolhe o nome primitivo do Rio Grande na designação de Iguai, com que marca a porta de penetração do território riograndense.

Iguai é a mais vetusta denominação da grande caudal que desemboca no Oceano. Cartas posteriores a registam, embora com deslocação visível, ou afetando erros cartográficos. Para Gastaldi (1554) é Rio Igual e corre um pouco ao norte do de São Pedro (S. Pierre), que também assinala. Diego Gutierrez (1562) conserva a grafia de Jacopo Gastaldi. Com a designação de Igalla ocorre em Abraham Ortelius (1570), Rosacio (1580), Giovanni Batista Mazzo (1584), Christianus Sgrathenus (1588) dá-lhe a forma de Igalli como se verifica em Micael Mercator (1595), e Ygalla que subsiste nos mapas seguintes de Mateus Guaden, J. B. Vrient (1599). Nos últimos, porém, já está recuado para o interior, (Lagoa, Guaiíba), pois o topônimo que prevalece então assinalando a entrada da barra é o de São Pedro, invocação cristã de seu batismo. Iguai ficará, entanto, nêsse estuário formidável que é o "seio das águas", da bacia do Jacuí, afetando a forma de **Iguaíba**, o Guaíba atual, e numa das nascentes mais extremadas do grande rio, esse modesto Igaí, que desce da Serra, formando uma das origens do Jacuí.

Do sistema hidrográfico do **hinterland** riograndense, do sistema orográfico, que o caracteriza, muito pouco nos revelam as cartas quinhentistas. O Uruguai e pouco mais. E' Ortelius o primeiro que revela o topônimo Tibiquirí (Tibiquarí-Taquarí) 1570, mas ocorre juntamente com Igalla, designando a barra do Rio Grande. Nas cartas seguintes, até findar o século XVI, conserva-se a mesma situação. A carta de Cornelius de Jode, (1593) assinala o Aremonger (Araranguá). O Tramandabugg (Tramandaí) e a Lagoa, ainda sem designação de **Patos**, que só mais tarde recebe por deslocamento cartográfico de Laguna de los Patos (Laguna-Santa Catarina) ocorrem em Jonnius Jansius, já em 1609).

Algumas cadeias de montanhas, mal localizadas, começam a surgir em 1585 e 1587 nas cartas de Jan van Daet e Romoldus Mercatur. Neste último, essa cadeia, partindo do cabo de Santo Agostinho, vem morrer nas imediações do cabo de Santa Maria.

A penetração jesuítica, a fundação das primeiras reduções em território riograndense, o conhecimento mais exato da região, irão, no primeiro trintenio do século XVII fundar a verdadeira cartografia do extremo sul que entesta com o Prata.

Se isto sucedia, entretanto, à incipiente cartografia da época, mais detalhadas eram as informações que chegavam aos primeiros cronistas sobre o extremo meridional das possessões portuguesas. Notícias naturalmente difundidas pelos primeiros palmilhadores da terra, pelas entradas dos jesuítas portugueses, ou pelos vicentistas no surto inicial da caça ao índio dessas remotas paragens.

Veículo dessas notícias, no "Roteiro do Brasil", de 1587, já informa Gabriel Soares de Souza: "Do Rio de Martins Affonso à baía dos arrecifes, e desta ao Rio de São Pedro". Esta terra é muito baixa e não se vê do mar em fora senão de muito perto, e toda é de campos, coberta de erva verde, muito boa para manutenção de criação de gado vacum e de toda sorte por onde há muitas lagoas e ribeiros de água para o gado beber... "Do Rio de São Pedro até o cabo de Santa Maria". Do porto de São Pedro ao cabo de Santa Maria são 42 léguas. Toda esta terra é baixa, sem arvoredo mas cheia de erva verde em todo o ano, e há partes que tem algumas ribeiras de mato; a erva destes campos é muito boa para criação de gados de toda sorte, onde se dará muito bem por ser a terra muito temperada no inverno e no verão lavada de bons ares frescos e sadios, pelo qual há muitas águas frescas para os gados beberem, assim de lagoas como de ribeiras, onde se darão todos os frutos da Espanha muito bem como em São Vicente..."

Desenha-se, assim, de forma mais precisa, o vasto território do sul. E já se esboçam as circunstâncias predeterminantes de sua destinação econômica “na erva desses campos que é muito boa para a criação de gados de toda a sorte”, e “nas muitas lagoas e ribeiras de água para o gado beber”, semente que só um século depois lançaria à terra predestinada a prevenida intuição do jesuíta.

O clima temperado e sadio prometia farta messe de frutos de Espanha e o gado, que aí se lançasse, seria de condições zootécnicas apreciáveis. E' aí que nasce o “gado crioulo”, produto de qualidades que superam as dos melhores rebanhos. A conjugação de elementos físicos e climatéricos, que distinguem o território do Rio Grande do Sul, justifica plenamente a previsão de Gabriel Soares.

Organizando a Carta Oroplástica do Estado, dá-nos o dr. F. R. Simch, uma síntese da sua formação geofísica: “Há, observa, do lado oriental uma grande planura, arenosa, cheia de lagoas e lagunas, árida, estéril, em grande parte; o restante consta de duas partes: uma, setentrional, relativamente mui alta, a oriente, e pendendo gradativamente para W. e para o S. — é a Serra; a outra, muito baixa que forma o resto do Estado, — é a Campanha. A Serra é o resto do planalto brasileiro, com grandes campos ondulados e com muitas matas nas escarpas, nas cabeceiras e bordas de seus numerosos rios; a Campanha, bastante montuosa, a E., mas muito mais baixa que a Serra, especialmente constituída de campinas. Entre ambas, como a ligá-las, há uma vasta depressão que tem o seu ponto mais baixo em Pôrto Alegre e que, gradualmente, vai subindo até desaparecer por completo lá pelos confins do município de São Gabriel”.

São os jesuítas espanhóis que lançam os fundamentos da cartografia do sul. No primeiro quartel do século XVII cruzam o Uruguai, palmilham as terras do Rio Grande e estabelecem as suas reduções à margem esquerda do Uruguai. Depois, numa penetração constante, perlustram a bacia do Jacuí indo até o litoral. Com essa percepção admirável, que foi sempre a característica de sua ação, tomam conhecimento da terra, legam-nos as primeiras notícias geográficas, e estabelecem os lineamentos da nossa etnografia. Ainda hoje, perquerindo esse passado longínquo, são a esses elementos que os estudiosos vão pedir a solução dos complexos problemas relacionados com a terra e com o homem primitivos.

Inicia essa série de cartas, que vão sendo cada vez mais aperfeiçoadas consoante novos dados colhidos, o mapa do padre Luiz Ernot. Belga, natural de Marienburg, viera para a América em 1624. Esteve nas reduções do Rio Grande, especialmente em São Miguel, de que foi um dos fundadores. Faleceu em 1667, com 69 anos de idade. Seu mapa que se intitula: “Paraqvaria-Vulgo Paraguay cum adjacentibus”, abrange a vasta região daquela Província jesuítica e parte do sul do Brasil. O Rio Grande já está bem deliniado. Esboçam-se preciosos detalhes que vão à região litorânea, assinalando-se Caamo e Caagua, na zona do nordeste, por onde passava a estrada que serviu às bandeiras paulistas, na Província de Ibiçá. Junto ao porto de São Pedro já se desenha, embora imprecisamente, a Lagoa (mais tarde dos Patos) que recebe, além de mais dois rios (Camaquam e Piratiní) o Rio Grande, continuado pelo Iguai (Jacuí). Como afluentes da margem esquerda, com relativa precisão, aparecem o Caií (Cai), Curuparey (Sinos) e Tibiquari (Taquari), o Jequí (Rio Pardo com seu afluente Rio Pardiño). O Tibiquari recebe as águas do Mboapari (Rio das Antas), um outro sem nome e o Mbocariroi (Guaporé), em que faz barra o rio Caapigui. Não é menos exata a bacia do Uruguai. Como afluentes principais estão assinalados o Ibicuiti (Ibicuí), Piratiní e Ijuí, além de outros. Estão aí localizadas as Reduções jesuíticas existentes na época, e indicados ao norte os índios guaianeses e ao sul os charruas. Esboçam-se o sistema orográfico e as grandes matas em que prevalece a erva mate nativa. E sobre esse mapa que funda a cartografia jesuítica do Rio Grande, muitos outros serão calcados até que o conhecimento mais exato da região possa dar-lhes maior precisão.

O mapa de Caraffa, datado de 1647, reproduz em parte o do padre Ernot com alguns acréscimos e maior individuação. A Lagoa já afeta forma mais regular e o Rio Grande, que nela se lança, tem os afluentes indicados no anterior. As coordenadas, segundo observou Rego Monteiro, num trabalho de localização das reduções

jesuítas, diferem um pouco das atuais, mas já é um trabalho precioso, valendo-lhe a notoriedade que teve.

Não se conhece infelizmente um mapa da região do Uruguai, levantado em 1667 por uma comissão de jesuítas para esse fim designada. Faziam parte dessa comissão o padre Luiz Ernot, que havia sido militar e cartógrafo na Bélgica, o padre Francisco Ximenez que percorreu toda a região entre o Taquari e o litoral do Rio Grande, e o irmão flamengo Luiz de la Cruz, notável pintor e exímio cartógrafo.

Outros mapas jesuítas, já no século XVIII, vem tornar mais conhecida essa região. Antes, ainda em 1656 aparece o de G. Sanson, com uma reedição 10 anos depois em que se corrigia erros da anterior. Sobre essa carta dizia o emérito Rio Branco que "só pode ser considerado Mapa dos Jesuítas, porque é reprodução do primeiro, (o de 1647) com omissões, nomes incorretamente escritos, e algumas mudanças pouco felizes como o alargamento exagerado do continente".

Em 1703, baseado em notas dos padres Alfonso Ovalle e Nicolas Techo, Guilherme de l'Isle assina a "Carta del Paraguai", em que o Rio Grande está designado por "Capitania del Rei". Não obstante informações mais minuciosas sobre o interior riograndense, traz essa carta um grave erro que, mais tarde induz à larga controvérsia por ocasião da Demarcação de Limites de 1750. Observa-se aí um grave erro na direção do curso do Ibicuí, que ele faz correr de léste a oeste. E esse erro deu origem a profundo desentendimento entre ambas as comissões demarcadoras.

Segue-se o mapa de Matteo Seutero, datado de 1722, que traz, pela primeira vez, os Sete Povos de Missões. A bacia do Ibicuí está melhor estudada. Aparece o Quarai.

A cartografia jesuítica espanhola nos dá muitas outras cartas de grande valor para o conhecimento da região.

O mapa parcial mais antigo do Rio Grande do Sul, que se conhece, é o publicado na *História delle Guerre del Regno del Brasile*, em 1698, por frei Santa Teresa. Traz a indicação de *Provincia del Ré*, isto é, como consta do texto — "*Provincia del Rey*". Nele só está esboçado o litoral e o Rio de São Pedro que assinala a barra e Rio Grande que afeta a forma de uma lagoa, em que se descobre a Lagoa dos Patos. Assinalam-se mais o Tramandai e o rio de Martim Affonso. O interior, sem designação de espécie alguma, tem sómente a indicação de Terra dos Patos. Esta peça nada adianta à cartografia da região, quando já os mapas jesuítas traziam magníficos informes.

Mas, é só em 1738, depois do estabelecimento do Presídio do Rio Grande de São Pedro, que se inaugura a série das cartas portuguesas, que torna o Rio Grande conhecido. Dois anos antes, havia sido mandado por Gomes Freire, para "cartear os sertões do Rio Grande", juntamente com o padre Capassy, o padre jesuíta Diogo Soares, notável cartógrafo português, mais conhecido pelo apelido de **Roupet**.

Além das pesquisas próprias a que procedeu, indo até os campos de Viamão, o padre Diogo Soares, que já havia também para o sul levantado cartas até à Colônia do Sacramento, recebeu as **Notícias Práticas**, que lhe entregou Cristóvão Pereira. E' o coronel Cristóvão Pereira o verdadeiro desbravador do Rio Grande. Cruzando-o desde a Colônia até à Laguna, abrindo os piques invios para remontar a Serra, ou transpondo os rios a frente das tropas de animais que fazia subir para o planalto, tomou amplo conhecimento da terra, levantando mesmo alguns **croquis**, dos principais acidentes geográficos. E pelo conhecimento que dela tem, quando Silva Paes resolve fundar o Presídio do Rio Grande, em 1737, é a ele cometida a incumbência de organizar um corpo de desbravadores e ocupadores da terra, que junto ao canal do Rio Grande, depois de algumas diversões contra os tapes e os castelhanos, aguarda a chegada da expedição do brigadeiro. Dois auxiliares de valor acompanham a Cristóvão Pereira no desbravamento do sertão: Francisco de Barbuda, homem inteligente para o "carteamento do sertão", e o fidalgo João de Tavora, também desbravador do Continente.

E é com essas informações que o padre Diogo Soares constrói a sua carta da Laguna até os Campos de Viamão. Como se vê, o litoral é bastante preciso. Demonstra maior conhecimento e exatidão em suas linhas gerais. Aparecem muitos rios ainda não referidos em cartas interiores. Até a bacia do Caí registam-se o Capivari, os

Sinos e está assinalada a estrada de penetração que vem de Lages, com seus pousos e paradas. Mas, a bacia do Taquarí, ainda er desconhecida ao cartógrafo português. Até ali, ainda, iam as Missões espanholas, não tendo a penetração dos lagunistas, nessa data, se estendido além de Viamão. Entre o Cai e o Tebiquarí (Taquarí), aparece na Carta de Diogo Soares um suposto afluente do Jacuí, tomado ainda das cartas jesuíticas com a denominação de **Curuyarei**, que nada mais é do que a duplicação do próprio rio Cai. Agora, o interessante é que os afluentes desse **Curuyarei**, são os do Taquarí, cemo o Antas, o Camisas e outros, confundindo-se o curso superior do Taquarí com o do Uruguai.

São os trabalhos da Demarcação do Tratado de 1777, principalmente, que veem inaugurar a verdadeira cartografia riograndense. A Demarcação feita pelo Tratado de 1750 pouco adeante ao conhecimento da terra, senão em detalhes que mais se aprimoram na bacia do Ibicuí, linha divisória do inexequível Tratado de Madrid. A controvérsia entre os demarcadores das duas altas partes contratantes, a guerra subsequente contra os índios das Missões, e os contratempos oriundos da má vontade dos espanhóis, obstaram que se fizesse trabalho de utilidade. Há dessa época um ou outro mapa em que mais se detalha as Lagoas Mirim e a dos Patos, que ainda conserva o nome de Rio Grande, tendo já assinalados os seus afluentes principais, como sucede nesse mapa manuscrito, de 1760, que sob o n.º 11 A existe na Coleção Rio Branco.

Mas, os verdadeiros fundadores da cartografia riograndense foram os demarcadores de 1777. Três grandes nomes avultam nesse período: os do brigadeiro Francisco João Roscio, sargento-mór Francisco das Chagas Santos e do dr. José de Saldanha. Roscio faz um trabalho notável na carta em grande escala, em original, que acompanha o **Compêndio Noticioso**, ainda inédito, existente na Biblioteca Nacional, cujos detalhes magníficos são já um apreciável subsidio à cartografia do Continente. Chagas Santos assina também outro mapa com preciosos informes, hauridos em suas campanhas de demarcação.

Mas, o verdadeiro fundador da cartografia do Rio Grande do Sul, é o dr. José de Saldanha, cujo mapa já integra a região missioneira, conquistada em 1801. Além dos elementos que trouxe da Demarcação, empreende José de Saldanha largas excursões pelos mais dilatados rincões do Continente para completar o seu trabalho. Em um atestado do coronel Patrício Correa da Câmara se diz que, depois de cinco anos de trabalhos de Demarcação, "**começou a fazer o mapa do País para o qual girva sem cessar por todos os lugares em dilatadas marchas, tanto pelo círculo das fronteiras, como pelo interior destes domínios.** E' o primeiro trabalho que se faz com levantamentos precisos e medições de dezenas de sesmarias particulares, quer na fronteira do Rio Pardo, quer na do Rio Grande.

O original desse mapa, que traz a data de 15 de outubro de 1805, se encontra no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Mais tarde, acrescido de novos detalhes esse Mapa Geral do Rio Grande do Sul aparece nos **Annais** do visconde de São Leopoldo, 1.ª edição, publicada em 1819, na Impressão Regia. Rio de Janeiro. Traz a seguinte inscrição: — "**Mapa corográfico da Capitania de São Pedro. Aditado com o Território que posteriormente à última Demarcação de Limites foi conquistado na guerra de 1801. Com a projecção da costa até Montevidéu. E com os terrenos adjacentes dos governos limitrófes por José de Saldanha — Tenente-coronel Engenheiro**".

E' sôbre esse mapa que se calcam todos os trabalhos posteriores de cartografia riograndense, que vão sendo aos poucos aperfeiçoados. José Pedro Cezar, Zambicari, e outros tiram daí os melhores elementos.

GOMES FREIRE DE ANDRADE

AO ILLUStmo. E EXCmo. SENHOR
GOMES FREIRE DE ANDRADA,

Do Conselho de Sua Magestade, Sargento mór de Batalha dos
seus Exercitos, Governador, e Capitão General das Capitánias
do Rio de Janeiro, e Minas Geraes.

ILLUSTmo. E EXCmo. SENHOR

Cortadas pelos inexcrutaveis juizos da Providencia as bem fundadas esperanças, que todo este Reyno tinha posto na applicação da Arte da guerra, e zelo do serviço de Sua Magestade, que com admiração dos melhores animos, crescião entre muitas virtudes catholicas, e moraes na illustrissima Pessoa de D. Francisco Xavier Mascarenhas, me disse nesta Praça o Tenente de Mestre de Campo General Joseph Fernandes Pinto Alpoim; e da Corte de Lisboa o Sargento mór de Infantaria Manoel da Beça Dantas, que desatado o vinculo da minha politica pela occasião da referida perda, poderião alguns dos Officiaes modernos, e Soldados novos, tirar tal, ou qual utilidade de huns rudimentos, que aquelle nobilissimo Alumno de Marte quiz tomar da minha experiencia; e como a advertencia de dous Officiaes de tanta honra, sciencia, e distincção, não era para desattender, me persuadi, a que a razão, em que se poderia fundar, seria mayor, do que a que eu tivesse para lhes resistir; e nestes termos me vejo precisado a pedir a V. Excellencia duas mercês, e ambas de igual empenho. A primeira, e que toda toca á minha honra he, que queira V. Excellencia servir-se de passar pelos olhos os ditos rudimentos; para que as inadvertencias de moço mal castigadas pelos desacertos de velhos, tenham a sua possivel emenda; e ao mesmo tempo em que V. Excellencia os deixar correctos, os poderá ver o publico illustrados: a segunda mercê, e que inteiramente pertence ao respeito de V. Excellencia he, que se digne V. Excellencia de me conceder licença para os dar á estampa, por não ser justo aos preceitos da subordinação Militar, que hum Official Subalterno deixe de submeter ao arbitrio do seu General todas as suas acções; e com indispensavel obrigação, as que respeitão a pratica, e Theorica da Milicia, assim como fazem todos os Escritores Regulares, que sem primeiro obterem a permissão dos seus Generaes, não pedem as licenças publicas; e já que eu os não posso igualar na sabedoria, não he razão, que deixe de os imetar na obediencia.

Bem vejo eu, que a segunda graça pendente inteiramente da primeira, mas o que seria de embaraço para outros, serve de segurança para mim; porque como a mercê da licença só deve assentar na capacidade da obra, tirando lhe V. Excellencia os defeitos, não me póde faltar com a faculdade; e só a olhos, que não examinão as circumstancias dos casos, poderão parecer mal seguros os fundamentos, com que pretendo que V. Excellencia se sujeite a perder na revista desta Instrução huma limitada parte do tempo, que tão utilmente emprega na administração de seus Governos; e a razão he, porque ainda que os meus erros não podem parecer produções do alto

(*) De "O Capitão de Infantaria Portuguez", pelo Cel. André Ribeiro Coutinho, Lisboa, 1751, 2 vols.

magisterio, que ha treze annos sigo nas prudentissimas ordens de V. Excellencia, não he com tudo credito de hum talento, que soube fazer felices, a tão dilatados dominios, que appareça no seu tempo obra tão desgraçada, que desminta a patria, a fortuna, e ainda a natureza de outros, que já crescem coroadas da Real acceitação de Sua Magestade, e commum applauso de todos; e o que até aqui parecia graça, vay tendo similhanças de conveniencia.

O Tempo que V. Excellencia gastará no seu exame, não será aquelle, que se pôde julgar de outras obras; porque a materia, que nesta se trata, não só he da profissão, mas do actual exercicio de V. Excellencia, a quem não custa a rever as minimas partes do modelo, quando se occupa na relevante estrutura do edificio. O seu fim, tende ao culto da Religião, ao respeito, e amor do Augusto nome de Sua Magestade, ás regras da Economia, ás obrigações do governo, e á observancia da disciplina Militar; e estes mesmos são os objectos, que levão todos os cuidados de V. Excellencia; e em que o mundo tem visto por diversos princípios o alto grão de capacidade, em que a Sabedoria infinita foy servida de pôr o talento de V. Excellencia; porque do culto da Religião de V. Excellencia as mais evidentes provas no seu honestissimo, e muito catholico procedimento, na veneração, e verdadeiro acatamento, com que trata a dignidade Episcopal; e no respeito, e attenção que guarda a todo o Estado Ecclesiastico; e no zelo, e gosto, com que se emprega em tudo, quanto he do serviço de Deos, como se observou, quando V. Excellencia assistio á construcção do Real Hospicio dos RR. PP. Capuchinhos Italianos, em o qual, ainda que as regias expensas tirarão o lugar a toda a falta, sempre a generosa piedade de V. Excellencia o teve, e tem para se exercitar com Religiosos de tão veneravel merecimento, quanto o publicão todos estes povos, pelos frutos da sua caridade, cultura do pasto espiritual, e exemplo de suas vidas. Do mesmo modo se vê presentemente empregado todo o fervor, e ancia de V. Excellencia em tomar as medidas, distribuir terrenos, delinear ruas, determinar Praças para entrar na grande fabrica da famosa Basilica desta Cidade, e edificios de seu exterior ornato, e regular Symetria, à qual quiz Sua Magestade enriquecer, ainda antes de a mandar erigir: offertando-lhe em sinal de sua pia devoção, e soberana munificencia tres sagrados Penhores em huma Custodia, huma Pyxide, e hum Calix de tão elegante primor, que não só relevou à preciosidade da materia, mas tambem mereceo o triumpho, com que V. Excellencia foy pessoalmente entregar tão dignas joyas nas mãos do Excellentissimo, e Reverendissimo Bispo desta Cidade. A recta intenção, e universal equidade; o grande zelo, e continuo cuidado, com que V. Excellencia satisfaz as suas obrigações, todas são partes do culto, veneração, e temor de Deos; para que não falte a sua benção a todas as disposições de V. Excellencia, de cujos gloriosos effeitos resulte a felicidade, e duração destes Estados, como ainda na cegueira da gentildade conheceo, e affirmava o grande Cyro, dizendo, que se os seus Vassallos temessem a Deos, e reverenciassem as suas cousas, e Ministros, julgaria o seu Reyno pelo mais ditoso, e mais duravel de todos. (Xenof. l. 8. de Po. Cyr.).

O respeito, e amor dos Vassallos para o Principe, são os dous pólos, que lhe sustentão o Imperio; e para este fim defende V. Excellencia (por huma parte) os Ministros da sua Justiça, com a sua poderosa protecção; porque administrada esta sem receyo, vivem os Povos sem cuidado: todos se contém nos limites da razão, servem-se os Officiaes com honra: cada hum se contenta com o seu: extinguem-se os litigios, moderão-se os máos, estimão-se os bons, desterrão-se os vicios, e reina a verdade: do que resulta ser o Governador amado, e o Principe temido. Por outra parte mantêm V. Excellencia os Tribunaes das Camaras, e Alfandegas em todos os seus fóros, privilegios, liberdades, e jurisdicções, para que não falte a abundancia dos mantimentos, o fluxo e refluxo do negocio; a opulencia das casas, o luzimento das familias, o remedio dos pobres, a occupação dos vagabundos, o contentamento das gentes; e todos os mais bens, que fazem a Monarquia ditosa, e o Soberano venerado. Não he menos larga a estrada, que V. Excellencia abre para o respeito, e amor ao Augusto nome de Sua Magestade, nos dias, que a Divina Providencia fez distinctamente mais felices a todo este Reyno (ou a todo o Mundo por suas partes) festejando-os V. Excellencia com tal pompa, e magnificencia, que no Templo se vê a devoção, dando a Deos as devidas graças pelo especial beneficio de nos perpetuar a preciosissima, e

desejada vida del Rey N. Senhor, com que vive toda a Monarquia Portugueza: nas fortalezas se apregoa o jubilo com aquellas vozes, com que se fazem mais espantosas as batalhas, e mais respeitaveis os triunfos: nas Praças, cada hum ostenta a grande parte que toma em tanto gosto, com o esplendor, que accrescenta a tão plausivel cortejo, no qual se ajusta V. Excellencia tanto á Politica de Narbona, que sem tocar no commum, se aparta do sumptuoso (Doct. Polit. Aphor. 98.) fazendo mayor gala do capricho, e raridade da arte em seus desenhos, que de quantas riquezas produzem estes vastos dominios a montes; e em fim toda esta festividade celebra V. Excellencia em Palacio, com tal gravidade, capricho, politica, e grandeza, que formando-se hum labyrintho de deliciosos objectos aos sentidos, nem o gosto se desencaminha, nem o respeito se perde: para que o obsequio seja huma parte da grande veneração, que se deve á soberania de tão magestoso assumpto.

As regras da Economia, exercita V. Excellencia em todas as dependencias da Fazenda Real, com tal prudencia, que seguros os consinados, e applicações, melhores effeitos tem produzido a suavidade, do que o rigor na sua arrecadação; porque os alicerces de huma coroa, não se levantão com tanta segurança sobre as ruinas, do que sobre a conservação de seus Vassallos. Nas arrematações dos contratos entra V. Excellencia com taes prevenções, e preconhecimento da materia, que parecem tirados da mais inveterada, e reflexiva praxe, sabendo dos seus inteiros rendimentos, interesses annexos, conlujo dos socios, segurança dos fiadores, obrigação de despezas, sujeição de descaminhos, etoda a causa de quitas; para que contrapezada a receita com a despeza, se faça hum arrendamento tão justo, que nem a Fazenda Real padeça detrimento, nem os contratadores prejuizo. Que cuidados não são os de V. Excellencia na eleição das pessoas para servirem os officios de recebimento? Procurando as tão abonadas na fama, como no cabedal; porque o desinteresse a todo o tempo dá fructo, enxertado na arvore da independencia. Para as despezas he V. Excellencia tão inflexivel nas superfluas á razão, como generoso nas precisas ao Estado; do que são verdadeira prova todos os edificios Reaes, que por ordem, e disposição de V. Excellencia se fizerão, e continuão; os quaes ainda que preza a idéa a seus recintos, e cimalhas, não só servem com seus repartimentos, e officinas a seus particulares ministerios; mas tambem condecorão com a sua regularidade, e symetria a principal Praça desta Cidade; executado tudo com tal economia, que mayor parte tem nellas a industria, do que a despeza. Com a mesma regra, e compasso, levantou V. Excellencia o Palacio das Minas Geraes, ao qual fez formoso, rico e forte; para que nelle tivessem decorosa, e segura residencia o Governo, os Tribunaes, a Milicia, e os Theouros daquella aurea Capitania. He porém muito digno de reparo, que sendo V. Excellencia aquelle raro homem, que o Jurisconsulto Cesareo Christovão Besoldo desejava para fazer feliz a hum Rey, observando nas suas regias obras as melhores regras Economicas (Synops. Polit. 1. 2. c. 7. n. 23.) só na Casa de V. Excellencia se não veja entrar a Economia! A regra natural manda, que cada hum governe o alheyo, como governaria o seu; mas da differença, que V. Excellencia observa, he causa o seu magnifico zelo; porque não cuidando V. Excellencia em cousa alguma, tanto como em servir a El Rey com todas as suas forças, vendo algumas cousas, a que não póde chegar ordem, e que nellas se interessa o nome Portuguez, chega a grandeza de V. Excellencia, recebendo, e tratando tão generosamente as mais distinctas, principaes pessoas das Nações Estrangeiras, que são precizadas a entrar neste porto, que huns sahem dizendo, e outros vão mostrando, que na civilidade, delicadeza, e generosidade, encontrarão no Rio de Janeiro o mais parecido retrato da Corte de Lisboa; e ainda muitos dos que não virão esta Cidade, perderão a fé do que ouvião, á vista das primorossimas verdades, que tocarão; mas vistas estas acções por outra face, não deixou V. Excellencia de se governar dentro dos preceitos da Economia; porque estes, assim como não mandão gastar com desperdicio, assim tambem obrigão a não faltar ao primoroso: além do que, o que bem se emprega, não parece que se gasta.

Nas importantissimas nórmas do politico governo destas Capitancias he V. Excellencia tão advertidamente cuidadoso, que não ha meyo, de que não use, para que os seus habitadores vivão na sua licita liberdade; e sejão quietos possuidores de suas fortunas; mas sendo os genios dos homens tão differentes, como as suas similhanças,

grande artificio he preciso para os levar todos ao fim da sua mesma conservação; para a qual não falta V. Excellencia da sua parte, na quotidiana pensão do despacho, ao incessante expediente de ordens, e á indispensavel obrigação das audiencias; fazendo a brevidade do deferimento, tanto mais gostosa a satisfação dos benemeritos, quanto fica menos afflictiva a esperança dos pretendentes. A equidade da justiça ou distributiva ou punitiva, toda em V. Excellencia he cheia de respeitos precisos ao merecimento do facto, á qualidade da pessoa, á oportunidade do tempo, e á situação do lugar, por serem todas estas circumstancias muito attendiveis no particular governo de huma conquista; e não offendida qualquer dellas, ou não resultando consequencia de algum cuidado, se porta V. Excellencia com tão prudente modo, que nem se faz remisso nos premios, nem acelerado nos castigos; antes a muitos tem V. Excellencia punido com honra, e não sem graça; e a outros nas que pedem, lhes vay equivocada a pena do que merecem. As pequenas faltas, todas cabem na dissimulação de V. Excellencia, mas cada huma por sua forma; para que não pareça, que se abre a porta a outras de mayor vulto. A variedade das dependencias de hum Estado precisa a que as ordens, e disposições, sejam tambem differentes, e tomem diversos rumos; e pela mesma causa expede V. Excellencia as suas resoluções, humas vezes pelos caminhos publicos, livres, e trilhados; outras por varedas furtadas ao conhecimento, ainda dos mais discursivos; e outras por atalhos tão curtos, que sempre a conta do tempo se erra pela medida da distancia; e de todo o modo guarda V. Excellencia o segredo tão fechado, que só pela noticia da execução se tem a certeza da ordem. Se em hum Governador não houvesse mais sciencia, que a dos modos, com que se devem tratar todas as materias, que de huma parte respeitão o serviço do Soberano, e da outra o interesse dos Vassallos, acabaria todos os seus negocios, com a felicidade com que V. Excellencia costuma conseguir os do seu governo; porque a huns leva V. Excellencia com agrado, e a outros com favores: aos honrados com estimações, e aos menos civis com indifferença: a estes lembrando-lhes descuidos passados, e áquelles, esquecendo-se dos beneficios anteriores: de toda a sorte de expressões usa V. Excellencia, assim para os que não entendem a razão das materias, que se lhes propoem; como para os que a não querem entender, passando mil vezes o respeito da authoridade para os termos da paciencia, só ao fim de vencer a obstinação de huma vontade, que já mais pizou as estradas do entendimento: em fim a arte de agradar aos povos, que por todos os modos cabe na clemencia, e severidade, possue V. Excellencia argumentamente em lugar tão superior que só o iguala o da sua notoria integridade, cujo respeito se tem geito tão privilegiado, que parece estar izento até da jurisdicção dos testemunhos.

Ultimamente na observancia da Disciplina Militar, he V. Excellencia o mais vigilante, como objecto, a que sempre foy o mais propenso, pela qual razão tem as Tropas destas Capitanias experimentado no governo de V. Excellencia a sua mayor felicidade; e a Republica huma grande conveniencia; porque sendo estas promptamente bem pagas, regularmente bem mantidas, e uniformemente bem fadadas, tira V. Excellencia a importantissima utilidade de andarem todos exercitadas; e contentes, unidas, e acceadas; e á grande estimação com que V. Excellencia trara a todos os Militares, corresponde, não só a obediencia devida pela profissão, mas tambem huma força de affecto, que em algumas occasiões vale mais do que a obediencia; porque sabe reprimir a vingança, para que o desagravo corra por conta do Superior; como se experimentou, quando a cautella de V. Excellencia, só com a repentina separação de hum indigno, atalhou huma daquellas ruinas, que costumão levar consigo muitas outras; e esta he a doutrina, com que se devê educar a quem ha de defender a honra do Rey, e da Patria; porque o sofrimento, que nos aggravos he prudencia, passa nas afrontas a covardia. Nos exercicios he V. Excellencia infatigavel, antes se vê, que nelles descança o seu animo daquelle tropel de cuidados, que de tão differentes partes se lhe ajutão; porque na Praça de armas assiste V. Excellencia aos manejos, e particulares evoluções, que faz o Corpo, que naquelle dia monta a guarda; e não satisfeita a proficua ambição de V. Excellencia, passa logo ao Campo, em que cada Regimento no seu dia de descanso se exercita; e nelle nos ensina, nos adverte, acompanha, e honra com o amor de Pay, e paciencia de Mestre. Em hum dia ordena V. Excellencia, que mande hum Capitão o seu Regimento, em outro dia

hum Sargento, em outro o Coronel; e nem o Soldado curioso se livra do exercicio de mandar, para que lhe não falte esta nova regra de aprender, a qual se he bem meditada para documentos de Principes, não sahio impropria para exercicio de Infantes. Que cuidado não he o de V. Excellencia com os Corpos das Ordenanças? Só a grande affabilidade de V. Excellencia poderia vencer a natural repugnancia, que esta de Milicia tem a materia tão alheya de seus tratos, e he muito digna da estimação de V. Excellencia a honra que fazem da sua obediencia, e do cuidado que tem nos seus armamentos, e fardamentos; mas o em que mais se emprega a nossa admiração, he no Regimento dos Dragões; do qual, pelo luzimento dos Officiaes, regularidade das fardas, aceyo das armas, e formosura dos Cavallos, se pôde justamente duvidar, se foy creado, com a agricultura, nas pacificas lavouras de Ceres; ou formado com a armicultura nos horrorosos campos de Bellona? A utilidade, que delles tira o serviço, lhe sabe V. Excellencia muito bem remunerar, attendendo-os em seus requerimentos, honrando-os com os seus louvores, e tratando-os com aquella benevolencia, e amor, com que sempre se ganhão os pequenos, e perdem os vaidosos. Que horror não era o destes Povos, quando se fazião leva de gente, para completar os Corpos Militares! Que pranto se não levantava em cada casa! E que injuria não julgava cada familia de ter hum parente Soldado! Veyo V. Excellencia, fez gente, e forão vendo os que o erão, que V. Excellencia regeitava todos os que podião servir de escandalo aos de honrado procedimento, que aos capazes estimava muito, que aos benemeritos accrescentava os postos, e animava com o agrado: que as valias nenhuma valia tinhão; e que o unico padrinho, ou dote de cada hum, era a honra, e cuidado com que servia; e logo com esta viva, e não variavel exhortação, se forão de tal modo convertendo as erradas idéas de todos, que já hoje as pessoas de distincção, e juizo, vão offerecer a V. Excellencia os seus filhos, para que o exercicio de Soldados, ganhe, e deixem a seus descendentes a honra, que os progenitores de todas as casas grandes, e titulares adquirirão para toda a sua posteridade.

De muito pouco me lembrava eu, se me esquecesse do que tambem passou pelos meus olhos, nos annos de 1736. e 37; porque sendo preciso manter no Rio da Prata hum Esquadra, com as guarnições de suas Naos, e gente de desembarque; e a Praça da Nova Colonia (sitiada, batida, e bloqueada de muitos mezes) com todos os seus moradores, gente de sua guarnição, e os destacamentos de socorro, se houve V. Excellencia, com tal actividade, talento Militar, e prevenção, que a grande copia de tudo o que he preciso para huma guerra naval, e terrestre, que sahio desta Praça por tão largo decurso de tempo, poderia ser muitas vezes mallograda se lhe não assistissem as acertadas disposições de V. Excellencia, reguladas pelo aviso da esquadra, pelo aperto da Praça, pelo numero da gente, pelas conjuncturas do tempo, e pela falta dos generos, de que carecião dous Corpos tão agigantados, e vorazes, que quando lhes hia hum comboy de mantimentos, já carecião de outro; quando recebião hum casta de munições, era precisa nova remessa, se para a Esquadra se mandava maça-me, mastreações, e velame; a Praça se devia prover de armas, canhões, e trem: de huma, e outra se remetião doentes, e para ambas se tornavão recrutas, e destacamentos; e até onde subiria o grossissimo numero de embarcações mercantes para continuo transporte de tantos, e tão avultados socorros; outras para serviço da Esquadra, e outras para continuação da Praça! A tudo V. Excellencia acudia, a tudo remediava com mão tão larga; e tanto a tempo, que não foy preciso à Capitania de S. Paulo, posto que mais visinha, nem gastar os seus frutos, nem inquietar os seus povos nesta occasião, na qual remetendo-se importantissimas sommas de dinheiro para satisfação de Soldos, e trabalho, não sentirão as Tropas desta Praça a menor falta na regularidade de seus pagamentos: à Villa, e Praça de Santos se assistio indefectivelmente com os subsidios: o credito da Praça mercantil de Lisboa, e seus Correspondentes nesta, se sustentou illezo até da desconfiança; e as remessas da Fazenda Real se continuarão completas: antes a esta Capitania accrescerão tão avultadas despesas, quanto são o levantarem-se de novo o Regimento de Artilharia desta Praça, o de Dragões do Rio Grande de S. Pedro, e a Guarnição da Ilha de Santa Catharina; mas he certo, que nos repentes, mais se deve à disposição, do que à opulencia; porque o muito, mal governado, a nada chega; e o pouco, bem dirigido, a nada falta.

Todas estas admiraveis virtudes, e muitas outras, que ainda sendo estrellas da

primeira magnitude, se não podem ver à luz do dia, estão (como thesouro no campo) escondidas na illustrissima Pessoa de V. Excellencia, mas alcançando-as a profunda Real penetração de Sua Magestade, e reflectindo sobre o fiel zelo com que V. Excellencia servia no pequeno posto de Sargento mór de Cavallaria da Corte, o proveo d'elle para o de Capitão General, para dar a conhecer a capacidade de V. Excellencia pelo seu mais proprio caracter: passados poucos annos, e tendo V. Excellencia governado inteiramente a Capitania geral de S. Paulo, e Cuyabá, sem depôr as do Rio de Janeiro, e Minas, em que se vio a exuberancia do talento, e juizo prudencial de V. Excellencia, o nome ou Sua Magestade por Sargento mór de Batalha dos seus Exercitos: ao fim de que não chegasse a regra da antiguidade a prevalecer contra a do merecimento. Assim retribue Sua Magestade aos seus benemeritos Vassallos os seus serviços, ainda que não sejam feitos na sua Real presença. V. Excellencia serve com fidelidade, e zelo, e Sua Magestade responde com grandeza, e generosidade; constituindo a V. Excellencia sobre tanto, quanto he o governo de seus Vassallos, a segurança de suas Praças, a commandancia de suas Trópas, a disposição de suas rendas, e a guarda de seus thesouros nas duas Capitánias Geraes do Rio de Janeiro, e Minas; em que por sete principaes portas, quaes são as tres Cidades Episcopaes, de S. Sebastião, Marianna, e S. Paulo; e pelas quatro Praças de Santos, Ilha de Santa Catharina, Rio Grande, e Nova Colonia do Sacramento, então as acertadissimas ordens de V. Excellencia a animar o grande Corpo, que presentemente se formou de vinte e sete Villas, muitas Aldeas, Lugares, Portos, e Ilhas adjacentes.

Com muita propriedade se symbolizarão os seus Imperios (pela sua divisão) na Aguiã de duas cabeças; mas com mayor naturalidade, será a Hydra de sete o mais similhante jeroglyfico desta real determinação, assim porque sem se separar, se dividio, como por ser V. Excellencia o Hercules, a quem ella não atemorisa. Os Astronomos determinarão huma esfera para cada hum dos sete Planetas, e V. Excellencia he Planeta para quem não são muitas sete esfêras. Em fim, Excellentissimo Senhor, só com esta ultima divisão, igualou a real ponderação, e capacidade de V. Excellencia, com o governo de tantos, e tão vastos Dominios; e premiando a tantos, e tão vastos Dominios, com a moderação, e capacidade de V. Excellencia (Fust. Lyps. in Prom. ad Imp. Reg. Princip.). Do que se deixa ver, quão justamente espero para esta humilde Instrucção, que V. Excellencia sem detrimento me faça a graça de a emendar; para que sem escrupulo me conceda a licença de a imprimir.

A Illustrissima Pessoa de V. Excellencia guarde Deos muitos annos. Rio de Janeiro 29 de Agosto de 1748.

De V. Excellencia

O mais obediente, e fiel Criado.

André Ribeiro Coutinho.

A COLONIA CAZEROS

MANOEL DUARTE

Por decreto imperial n. 2.504, de 16 de Novembro de 1859, foi criada a colonia militar de Cazeros na Província de S. Pedro.

Da mesma data é o Regulamento baixado para execução do Decreto, assinados ambos pelo ministro de Estado dos Negócios do Imperio, conselheiro João de Almeida Pereira Filho.

Segundo o art. 1.º do Regulamento, "No lugar do Matto Portuguez pertencente à Freguezia da Lagoa Vermelha, do Município de Santo Antonio da Patrulha, fica estabelecida huma Colonia Militar, que se denominará de Cazeros".

O território da Colonia comprehende: — Os terrenos medidos em 1853 e 1854, pelo Major de Engenheiros Luiz Manoel Martins da Silva, para os soldados alemães, constantes da respectiva planta; os terrenos medidos pelo Major de Engenheiros José Maria Pereira de Campos no Mato Português; o terreno devoluto denominado — Invernada Reuna — que servirá para pastagem dos animais da Colonia; todos os terrenos devolutos que ficarem dentro da circunferência de 12 leguas do raio, juntos do lugar onde se acha atualmente estabelecida a referida colonia.

Eram considerados colonos: — os officiaes reformados e praças de pré que para ali forem remetidos pelo Governo; as praças que obtiverem demissão do serviço e a que forem concedidos prazos na conformidade de seus contratos; os operários que se contratarem para o serviço da Colonia; as praças que hajam obtido baixa e, por consentimento do Governo, morarem dentro do distrito da Colonia; as famílias que por ordem do Presidente forem para ali estabelecer-se, contanto que não contivessem todas elas mais de 150 indivíduos.

Pelo art. 4.º, eram distribuidos os lotes: — ao colono sem familia, cem braças em quadro; ao colono afamiliado, desde não exceda de três pessoas, 150 braças; de 200 braças, se fôr mais numerosa a familia.

Os colonos militares reformados e as praças de pré eram obrigados a fazer todo o serviço que fôr determinado pelo Director ou seu ajudante; a prestar o serviço militar de que necessitar a Colonia, dos quais só se eximiriam mediante ordem do Presidente da Província, precedida de informação ao Director.

Cada colono era obrigado a residir, efetivamente, três annos, no lote concedido, findos os quaes, obteria o competente titulo dominial.

Além do Director, tinha a Colonia hum capelão do Exército e um médico militar.

Além dos officios religiosos, competia ao capelão ensinar aos colonos as primeiras letras.

"Escolheria para isso as horas de descanso dos colonos, que trabalharem braçalmente e as costumadas nas escolas para os meninos dos colonos, que não tiverem trabalhos corporais". Cabia-lhe mais "instruir os colonos nos principios da Religião Católica..."; "...inspirando o amor ao trabalho, e horror ao vicio e à ociosidade, recomendando sempre a obediencia às autoridades..."

Na demarcação da área colonial de Cazeros, ficaria para uso em comum a Invernada Reuna, que seria zona de compascuo aos habitantes da Colonia. Nela teriam os colonos os gados que o governo lhes distribuiria proporcionalmente. Desse gado, porém, o colono só tinha direito a uso e fruto, durante cinco annos.

Essa Colonia se distendia ao longo da estrada geral que vai de Passo Fundo para Lagôa Vermelha, a cujas margens foram demarcados e divididos os lotes e o local onde se fundou a povoação de Cazeros, ainda hoje existente. A respectiva Planta, que é trabalho completo, metuculoso e constitui precioso documento da história da conquista e povoamento da região planalteana, foi organizada pelo major de engenheiros José Maria Pereira de Campos e pelo capitão, também de engenharia, Francisco José de Freitas, em 1859.

Não longe da séde de Cazeros, foi demarcada vasta área destinada a roças dos índios reduzidos e, inicialmente, nomádicos da região.

Tal fundação colonial militar teve vida e prosperidade, durante vários anos de administração técnica, naquelas paragens longinquas e sem meios de comunicação com o litoral. A mingua de documentação histórica, colhe-se da tradição antiga algum apontamento que dilucida aquela iniciativa oficial.

Sabe-se, pois, que dentre os colonos primitivos — os soldados alemães — ou anti-gos mercenários aliciados no Exército Imperial, muitos se consagraram intensamente à agricultura nos lotes doados, onde constituíram famílias cuja descendencia ainda se descobre, nos traços loiros da origem, errante e semi delida no sangue caboclo da terra.

Daquele conglomerado de raças, a dispersão e extinção couberam à população indígena, enquanto dos outros habitantes iniciais sobrevivem, ali, representantes tradicionalmente radicados na gléba do Governo.

Com os aborígenes, foi a epidemia da variola que os extinguiu e disérsaria os restantes.

E' viva na tradição ambiente essa ocorrência. Ao passo que a população cristã se acautelava contra a bexiga por meio de vacinação periódica, os ingênuos e broncos índios a ela eram infensos.

Por volta de 1875, mais ou menos, — narra-se — regressaria de Pôrto Alegre o capelão da colonia, estimadíssimo dos nativos. Tornára o Padre atacado de variola. Apesar de advertidos, os filhos da floresta não se contiveram e foram visitar o Padre cura, no seu leito de enfermo. Pouco depois era a numerosa tribu atingida da terrível epidemia. A mortandade foi grande, e o resto daqueles índios reduzidos fugiu para as matas desertas.

Tal horror se apoderou dessa pobre gente em cuja rude reminiscencia se perpetuariam os espantosos efeitos da peste, que ainda hoje, ao ouvirem a palavra — bexiga — os míseros índios se afastam precipitadamente dos brancos...

A Colonia perdeu a feição original. Em seu perímetro vivem modestos agricultores, em comunhão, sem progresso nem condições de prosperidade. Muito antes da era republicana havia o Governo abandonado a sua própria fundação de retiro aos militares reformados ou licenciados. Permanece a Capela, mas, sem pdre residente. De modo que falhou essa generosa tentativa de habitação e assistência aos soldados da Pátria.

Naquele recanto esquecido, entre ruínas e taperas, ao largo da moderna estrada federal Vacaria-Passo Fundo, levanta-se, de presente, promissor bulício de vida, a que o Governo gaúcho irá forte impulso, tanto que demarque as terras baldias e aloje, em definitivo, anônimos lutadores sem terra, nem lar moradio. Seria o complemento necessário à grande iniciativa da União, que abriu vastas verêdas e perspectivas àquela parada quase secular.

CRONICA DAS CAVALHADAS

F. CONTREIRAS RODRIGUES

I

UM POUCO DE PHILOLOGIA A SERVIÇO DA HISTÓRIA

Para a relação dos costumes de um povo o autor quasi sempre é forçado a conceder a outros povos a originalidade. Raramente eles acham sua fonte na vida íntima e exclusiva da nação de que se tratar; tal é a conexão histórica e social entre os agrupamentos humanos; sobretudo, quando se encara um que procede de outro ou de outros que lhe tenham passado fundamentos tradicionais da sua estrutura política, social, moral. Este é o caso de certos costumes do povo gaúcho descendente do português e do espanhol, que arrancam, nos vislumbres da sua formação, dos Celtíberos, que lhe deram, sem dúvida, o gênio, através dos Romanos que lhes deram a língua e o direito, dos Wisigodos, que lhe deram a religião cristã, e dos Árabes que lhe deram palavras e até hábitos com sua dominação várias vezes secular.

Ao olharmos para um campeiro riograndense, tostado pelo sol, envolto no seu palla, vestido de bombachas, ostentando amplo e folgado panejamento, sempre de botas e esporas, nossa imaginação se reporta aos Mouros também cavaleiros, guerreiros, emergentes de farta indumentária; embora o palla nos tivesse vindo dos Incas o seu nome do Latim, ao qual se casou adequadamente, completando o fato da origem com o fato glottológico. Ao preferir palla a balandrau e bichará, retomam-se as velhas raízes do povo gaúcho, assim como as do seu primitivo linguajar. A andaina da nossa gente conjuga várias nações e várias civilizações — Celtíberos, Romanos, Wisigodos, Árabes, Incas e Guaranís, de onde brotaram os Garruchos ou Gahuchos, segundo St. Hilaire:

... "Ces hommes sans religion et sans morale, la plupart Indiens ou Métis, que les Portugais désignaient sous le nom de Garruchos ou Gahúchos, ne tardèrent pas à se réunir à Artigas et à ses capitaines". (pag. 160).

"Pendant long temps, il y en dans les Missions des soldats de l'isle Saint Cathérine qui se sont conduits avec valeur, et n'ont pas peu contribué à chasser les Garruchos, lorsque ceux-ci se sont présentés. (Pag. 364).

"Elle est habitée aujourd'hui par un Brésilien qui demeurait autrefois du côté de Cuaraím; mais qui ayant vu ravager ses propriétés pendant la guerre par les Garruchos, et par les Portugais eux-mêmes, est venu se réfugier ici". (pag. 409).

"Cependant il s'en exporte aussi de petites quantités pour la Capelle d'Alegrete, où les propriétaires, qui ont à peuprés les mœurs des Garruchos, ne sont point dans l'usage de planter". (pag. 430).

Assim, corrompendo a palavra — garrocha — que em Português significa uma vara terminada por um ferro pontegudo, (chuço), de que se serviam os campeiros guaranis, empregados nas lidas rurais das estancias das Missões, no Rio Grande, Uruguai, Entre-Rios, Paraguaí, assim corrompendo-a, deram-lhe nova acepção.

Desse modo se formou a palavra — bombacha — que não é palavra nossa, não é gauchismo; porque arranca das profundezas do Latim e do Grego. Sinão, vejamos

a sua elocução, através dos Celtíberos e Wisigodos, até fixar-se na fórmula verbal de hoje, prosódica e semanticamente:

Em Grego — **bombūx** — sirgo, bicho da sêda, que dá o fio com que se faz o tecido. Em Latim: — **bombyx-ycis** — sirgo; e, já, veste de sêda. Esta fórmula evoluiu para **bombax-cis**, do Latim já corrompido; e esta para **bombacinus (m)** **bombacinium (n)**, do Latim bárbaro, que deu nas Gállias **bombazin**, na Espanha — **bombazí** — e em Portugal — **bombazina**, significando as três últimas não só vestido de sêda, como também, já, de algodão.

A corrupção de — **bombax** — teria dado **bombaz**, como **audax** deu **audaz**. Daí para **bombaça**, **bombacho** e **bombacha** seria um passo.

Mas além da evolução prosódica, operou-se a semântica, em que se fixou definitivamente.

O *Dicionario de la Lengua Española*, pela Real Academia diz:

Bombasi (de **bombax-acis**, (**Bombyx**) — algodão.

O *Dicionario Português*, Domingos Vieira, regista: **Bombazina** — (baixo latim — **bombacinus**; l. **bombax**) — bicho da sêda. **Droga de algodão**, **fustão**, **belbute**, **riscado de algodão** e **linho**. (Droga quer dizer aqui — tecido ordinário).

O *Novo Dicionario da Lingua Portuguesa*, de Candido de Figueiredo, consagra: **Bombazina**: Antigo tecido de sêda, tecido riscado de algodão, a imitar veludo. (do b. l. **bombacinium**).

O *Grand Dictionaire Universel*, de Pierre Larousse, assim se expressa: **Bombasin** b. l. **bombacinus**, **bombyx**, — sirgo) — “Pano de sêda que se fabricava primitivamente em Milão”.

Que da acepção de tecido de sêda ou de algodão — **bombax** — passasse a significar uma peça do vestuário feita com esse tecido, sobretudo com o de algodão, para uso de camponeses, não nos resta dúvida; apesar de que outra poderia ser a palavra para nomear a **bombacha**.

Braga ou **bragas**, mais antiga nesta acepção de peça de andáina, também de origem latina, — **braca** — usada só no plural — **bracae** — especie de calças largas, usadas pelos povos do Norte e do Oriente. (*Dictionaire Latin-Français*, de Lebaigue).

Esta palavra formou uma família glotológica no proprio Latim: — **bracatus** — vestido de bragas, — **bracarius** — alfaiate, confeccionador de bragas. **Brâcara**, cidade da **Tarracônia**; **Brâcares** — habitantes dessa região, e de **Narbona**, também chamada **Bracata-Gallia** — a **Gallia dos Bragados**.

Ora, nós sabemos que **Tarrascônia** é o nome de uma Provincia romana da Espanha, que deu origem á de **Barcellona**. Habitada sucessivamente por Celtas ou **Gaullêses**, por Romanos, Visigodos e Árabes, estes vestidos de bragas ou calças largas, ao chegar em aí, foram achar os vencidos com o mesmo costume. Dessa forma se perpetuaria ele durante séculos em toda a Península; pelo menos durante a dominação sarracena de sete séculos; tanto assim que se perpetuou a palavra na Espanha e Portugal, desdobrada em derivações como — **Braga**, nome de uma cidade e patronymico: **bragado**, animal que tem entre as pernas manchas de côres diferentes do fundo geral de seu pêlo; **desbragado** — sem vergonha, que se apresenta sem bragas ou calças; **Bragança** — nome de uma cidade e da dinastia portuguesa e brasileira; **bragantino**; **bragal**, pano para bragas; **braguêta**, abertura das bragas.

Na Espanha também ficou uma família de palavras nascidas de **bracae** ou **bragas**, calças largas: **Bragas**, **bragado**, **bragadura**, **bragazas**, **braguciro**, **braguêta**, **braquetero**, **braguillas**; o que prova que as calças largas ou as **bombachas** foram muito usadas na Península. Mas, si o costume deixou alguma riqueza léxica, esta ficou por lá como simples vestígio de um intenso hábito popular, que, sem dúvida, a moda relegou a um pequeno rincão da Espanha, no qual os habitantes o deveriam mais tarde salvar do completo desuso e esquecimento.

Esses foram os **Maragatos**, cuja origem se coloca no Norte da África, entre os Berberes, sem muita certeza; mas cujo nome é uma deturpação dos **Bracares** — da **Tarrascônia**, no tempo dos Romanos, depois ocupada por aqueles, no tempo dos Árabes. E' natural e compreensível que, sendo eles **bragados**, continuassem-no sendo entre os **bragados**, embora de outra procedência. Podemos até dizer que a **Maragateria**

é o único reduto espanhol onde se prolongou por mais tempo, pelo menos até o povoamento da América, um costume do mundo árabe.

— Têm-se lembrado várias origens para o nome — **Maragato**; e há pouco, o sr. Castilhos Goycochêa discutiu o assunto com minúcia. Mas, pelas ligações históricas que esboçamos, quasi certo é que a palavra primitiva — **Bracares**, **bracatus** — se modificou no tempo e no isolamento das montanhas em que se acantonaram esses habitantes.

Por uma sucessão facil de admitir, calcada em factos análogos de linguagem, ainda que raros em Philologia, **bracatus** — deu incontestavelmente **bragado**, como **bracteat**, felicidade aparente, (Sêneca), laminado de metal, deu **barato**. **Baragado** teria produzido **baragato**, por fim — **maragato** — por abrandamento do — b — em — m —, como se observam alguns exemplos em Espanhol e em Português:

O latim — **lambere** — em espanhol se transformou em **lamer** —; **bonus** (latim) ficou sendo — **mono** —; **boneca** (português) que tambem procede de **bonus**; em Espanhol é **muñeca**; **bambino** (ital) em Português dá **menino**. Por outro lado o sufixo — **ado** — em Português e Espanhol sofre constantemente a influência latina do mesmo sufixo — **atus** — **bragado** — **bracatus**; mas **baragato**, **maragato**, **cognado**, **cognato**; sempre que o adjetivo tende a substantivar-se, como em **concubinado** (adj.) **concubinato** (subst.); **nado** (adj.) nascido (quasi absoleto) e **nato**, mais usado; assim **nonnado** e **nonato** (já substantivado). Sente-se já a tendencia á criação de neologismos com o sufixo — **ato** — em vez de — **ado** —, como — **artesanato** — e **campionato**, já introduzido no léxico.

E' verdade que encontramos na **História de Portugal**, por Alexandre Herculano, o nome de **Mauregato**, filho bastardo de D. Affonso I, e rei das Asturias, onde começou a Monarquia espanhola. Mas acreditamos que esse nome se formasse por justaposição de Mauro, — **Mouro** — e **gato**, em virtude, talvez, das qualidades felinas da personagem histórica, que com ele passaria ás Crônicas e Cancioneiros. Não nos parece que haja ligação do seu nome com o dos **Maragatos**, conquanto afirmasse que sim o grande historiador e Jesuita espanhol — Mariana — nos albores do sec. XVII. Os **Maragatos**, ainda usam calças largas, apertadas abaixo do joelho, com as ensanchas caídas até perto do tornozelo. São as mesmas bragas, dos antigos **Bracares** e dos Berberes, que nós hoje, entre os Gaúchos, usamos como **bombachas** (**bombax**). Deles nos veio, pois o costume desta veste, ainda que a língua espanhola a conheça só como adjetivo e no masculino, qualificando **calzon** e **pantalón**.

Pantalón bobacho — diz o **Dicionario da Real Academia**: — “**pantalón** — cujas pernas terminam em formas de sino, abertas pelo lado e com botões e casas para ajusta-las. **Calzón bombacho** — calção largo, aberto por um lado que se usava especialmente na Andaluzia”.

O tipo ou feitio da nossa bombacha mais se aproxima do **pantalón** descrito acima, que é o dos **Bragados** ou **Maragatos**, do que o **calzón** que foi usado na Andaluzia.

E' incontestavel, pois, como pensa Castilhos Goycochêa, que os **Maragatos** foram os portadores da **bombacha** ás plagas americanas, onde se perpetua até hoje. O seu primitivo nome de **Bracares**, **bracatus**, guardaram-no para designar a sua gente — **Maragatos**, substituindo o termo **braca**, (**braga**), por **pantalón** — **bombacho** por ter sido muito tempo seguramente, feito de algodão (**bombax**). Os americanos fizeram **bombachas**. Assim, pelas **bombachas**, estão ligados os Gaúchos, aos Romanos, Celtas e **Maragatos**, como pelo palla aos Romanos e Incas.

Mas a história não se acaba af; porque em 1893, com Gomercindo Saraiva invadiram o território do Rio Grande uma duzia de **Maragatos** da cidade de S. José do Uruguai, que foi o quanto bastou para que o nome de **Maragatos** se applicasse a todos os revolucionarios dessa cruzada, do Partido politico de Silveira Martins, e entrasse para o léxico português como **gauchismo**, sendo, porém, espanholismo.

Já os **Farrapos** tiraram o seu glorioso epíteto das vestes rôtas que lhe cobriam o corpo. Agora são as rústicas bragas que em último termo vêm designar os **Maragatos** pleonasticamente **bombachudos**, como palavra e como fato da nossa História de há meio século.

Aos Gaúchos e suas bombachas vimos-las através da História e da Philologia, de onde vêm e como existem. Em seguida, veremos por-que e como corriam cavalhadas trajando bombachas ou bragas.

II

EVOCÇÕES

Possuidores das diversas origens do nosso povo, das suas vestes, do seu nome, gravaremos em linhas gerais a procedência e o modo do costume das “Cavalhadas”, que foi tradicional entre nós, Riograndenses, mas que vai morrendo hoje até na memória das mais idosas pessoas da nossa geração. Já são poucos os que ficam para contar a história de um fato, cujos últimos vestígios em Bagé datam de quasi meio século. Entre eles, podemos citar ainda Manuel Alves Sarmiento, Feliciano Vieira, Boaventura Costa, Silvino Pinto Barreto, Arthur Magalhães, que, em seus bons tempos, por serem moços de **a-cavallo**, como dizemos, e garbosos Gaúchos, correram **cavalhadas** nesta cidade; e Alcibiades (Bido) Gontan, que de memória relata ainda os diversos movimentos da diversão, provando que impressionavam vivamente a retentiva e a alma de quantos os viam. E confrange-se o nosso coração não poder enumerar também o nome de Antonio Sá, o Dédé, como todos o conheciam, levado além do nosso mundo pela força incoercível da morte, há tão pouco tempo, mas já com o tempo bastante para dar-nos a impressão de uma eternidade. Ele também formou no grupo dos que, em 1901, correram galharda e brilhantemente as últimas **cavalhadas** de Bagé, sob a direção do seu pae — o sr. Francisco Sá e do sr. Naduca Collares, que foram dos Gaúchos e campeiros mais bizarros, citados na gestas da nossa existência compesina. Si ele vivesse hoje, como evocaria com saudades e entusiasmo esse passado que ficou tão distante!

Com o **jogo do ôsso**, as **carreiras**, e **pencas**, os **fandangos**, as **marcações**, o exercício das **cavalhadas** completa a lista das diversões em que se compraziam os nobres cavaleiros do Rio-Grande, no tempo em que viviam ainda com alegria suficiente para recomfortarem as almas oprimidas pelas agruras das duras campareadas e das guerras crueis. Jogos umas, e outras meras distrações, formavam o conjunto do que os Romanos em sua precisa e bela lingua latina denominavam — **ludo** — ou jogos públicos, diversões populares, de que o **circo**, ora nos combates de gladiadores, ora no sacrificio dos condenados ás feras, occupava o primeiro lugar. Nas **corridas de touros** distraem-se ainda os Espanhois, jogando a coragem entre as armas de bestas enfurecidas e contemplando jorros de sangue dos cavalos, dos touros e dos toureiros, quando atingidos uns e outros pelos chifres, pelas bandeirilhas e pela espada. Ai a morte ainda é um espetáculo. Nos lances deshumanos da **luta a murros** se divertem os ianques, aspirando enxergar os espirros de sangue das ventas do infeliz na partida. Ainda é o sangue que embriaga as almas dos Americanos do Norte.

Entre nós, porém, há muito que o sangue e a morte são os sinais do crime. Aqui não há como elevá-los á categoria de festa pública; porque só se praticam ás occultas, e privadamente, por quem está abaixo do nivel da nossa moralidade. Aqui preferimos estilizar os lances que da barbaria passada revelavam o que de melhor contem a alma humana — o movimento, a coragem, a elegancia, a força, como meras potencias de realidades que foram outr'ora, de combates, de guerras, de sangue e morte; mas que se cobriram de cinza, porque se tornaram indignas do nosso coração.

Assim se corriam as cavalhadas, como símbolo de um ideal que foi atingido, e como representação apenas do quanto somos capazes. Esse ideal foi a expulsão dos Mouros da Peninsula Ibérica, depois de sete séculos de luta incessante dos Lusitanos e Espanhois.

III

UM POUCO DE HISTÓRIA

As **cavalhadas** têm sua fonte em época já muito afastada de nós.

No fim do reino dos Wisigodos, que substituíram os Romanos na Peninsula

Ibérica, nos últimos anos do sec. VII e nos primeiros do sec. VIII (690-711), depois de uma dominação de mais de duzentos anos, o seu monarca **Reseswinthe** morre sem filhos legítimos, mas deixando dous filhos naturais — **Favilla**, Duque de Cantabria, e **Theodofredo**. Em vista disso, o trono é ocupado eletivamente por **Wamba**, ficando de parte os descendentes do rei morto, mas sem que abrissem mão das suas pretensões á corôa de Toledo, capital do Reino. Favilla, de seu matrimônio, tem dous filhos: **Pelagio** e **Hermengarda**; Theodofredo tem um filho — **Roderik**, ou **Rodérico**, ou **Rodrigo**, traduzido em Latim bárbaro, já com feitiço espanhol e português.

Wamba, o rei, é destronado por **Ervigio**, aventureiro; e este por outro aventureiro — **Vitiza**; finalmente este pelo herdeiro presumptivo do trôno — **Rodérico**, o filho de Theodofredo, que não reinou.

Rodérico ou Rodrigo se apoderou do governo ou porque se considerava com direito a ele ou porque se convenceu de que Witiza, o rei usurpador, extinguiria toda a sua família. Já mandara matar o seu tio — Favilla — e mandara cegar o seu pae — Theodofredo. Seu primo Pelagio e sua prima Hermengarda viviam mais ou menos foragidos. Mas Rodrigo, agora o rei, comete um crime, que foi calamitosamente vingado; e por isso assinala o fim da Monarquia gôda na Península. Rodérico é o seu último rei. Seduziu a filha do Conde de Septum, hoje Seuta, na costa d'Africa, onde se encontrava este como general, combatendo contra os Mouros, musulmanos, e contendo-os vitoriosamente. Sua filha chama-se **Florinda**, outra mulher implicada nesses sucessos dos Gôdos, convertidos ao Cristianismo por S. Martinho de Evora e dos Arabes, maometanos. (História de Evora, pelo cronista José de Rezende). Seu pae, o Conde de Julianio, para vingar-se do rei, alia-se aos Sarracenos e abre-lhes as portas da Península. Estes a invadem com numeroso exército ao mando de Tarik e do próprio Julianio, os quais, chocando-se com o exército de Rodérico, ás margens do Cryssus, em Guadelete, perto de Xerez, travam renhida batalha, que dura vários dias, da qual se retiram vencidos os Gôdos, tendo deixado aí seu rei morto, segundo os historiadores árabes, ou simplesmente desaparecido e salvo, segundo os gôdos. Pelagio, o primo do rei, depois do desastre, se oculta nas montanhas das Asturias, com alguns companheiros, ao Norte da Península, na Tarrascônia; e aí organiza a resistência, que nunca mais afrouxára durante os sete séculos da formação das Monarquias espanhola e lusitana. Efetivamente, na garganta inexpugnável e inexpugnada de Cavadonga, onde vivia Pelagio, sofreram os Agarenos uma terrível derrota, que os escarmentou para sempre. Pelagio foi o primeiro rei da Monarquia espanhola, o Rei das Asturias, com palácio numa gruta, onde viveu anos, e de onde seu sucessor saíu para fundar Oviedo, a primeira capital espanhola. Quanto á sua irmã — Hermengarda — o que a História sabe é que no seu covil esteve um chefe cristão, renegado, a serviço dos infieis, — **Manusa** — para raptar a moça e leva-la ao Emir da Africa — Musa — a quem Tarik obedecia, ou ao próprio Califa de Bagdad, o chefe supremo do mundo maometano. Parece que a tentativa de rapto falhou.

Quanto á Florinda, o que se sabe é que esteve entre os inimigos, algum tempo, talvez com o consentimento do próprio pae, seu aliado. Mais tarde evadiu-se, conseguindo reagregar-se aos seus companheiros de crença e ideal.

IV

AS LENDAS ATRAVÉS DA LITERATURA

Essa História, passada á posteridade por poucos documentos gôdos e arábicos, por suas confusões e complicações foi pouco a pouco adulterada nas relações oraes que os Ibéricos transmitiram de século a século, até a composição das primeiras obras de arte, nas **Crônicas** e nos **Romanceiros**. Dos fastos desse período terrível para os Ibêros uma exaltação de glórias que não cessavam de cantar os trovadores como mais tarde cantariam as proesas de Cid, o Campeador, do Mata-Mouros e do Sem-Pavor, cujos feitos vieram acumular-se aos de Pelagio e seus companheiros. Manancial precioso para todos os artistas, nele, nos contos lendários do Romanceiro e da Crônica, se inspiraram os gênios do futuro, para obras que até hoje deleitam os homens. Nada falta para a elaboração das grandes tragédias e dos grandes poemas — o alevantado

ideal da Pátria, a coragem e o sacrifício dos homens, e o pudor das mulheres, que se mutilavam para desfigurar sua formosura e assim acalmar a cubiça concupiscente dos Mouros, a quem o melhor prêmio ás suas vitórias era o corpo imaculado das virgens cristãs.

Nesse acervo de tradições, depois escritas com sublimação, encontramos ora Hermengarda, ora Florinda, ora D.^a Luz, como heroínas de grandes lances de humanidade.

Roberto Southey, um dos poetas do Lago, e historiador do Brasil, prefere Florinda para animar do mais violento e belo dos seus episódios, um poema sobre **Rodérico**. Este, depois de seduzi-la, perde o trôno na batalha de Xerez, de onde se escapa e vai se fazer monge num convento da Lusitania. Passado algum tempo, deixa o convento e vai, movido por uma inspiração, ajudar os povos e a Pelágio na luta pela liberdade.

Durante essa peregrinação, incógnito, é encontrado por Florinda e seu pae Juliano, já livres dos Árabes, desembaraçados de suas alianças fatais. Florinda pede ao monge o consôlo da religião, enquanto Juliano, moribundo, o reconhece e lhe pede perdão por seus crimes contra o Rei e a Pátria. Florinda, então, reafirma-lhe seu amor; mas já era tarde de mais para reatar o fio do passado. Seu ex-amante era agora um monge compenetrado dos votos que fizera, retemperado pela austeridade da sua raça.

Os poetas e romancistas espanhóis preferem a figura de Pelágio, que é aproveitada por Alonso Lopez (sec. XVII), Antonio de Solís, Espronceda, e **Hartzenbusch**, que escreveu o drama — “A Mãe de Pelágio”, segundo o qual ele nasce da princesa — D.^a Luz — de raça local — espano-romana, e de Favilla, tio de Rodérico. Tendo o Rei Witiza desautorizado esse casamento de um príncipe de raça germânica com uma mulher do povo, é o recém-nascido enjeitado nas águas do Tejo como Moisés. Recolhido por um Judeu que o entrega ao primeiro passante, um sacerdote cristão o cria e educa. Witiza apaixona-se por D.^a Luz e mata Favilla para casar-se com a viuva. Pelágio, nesse momento, inda ignorado, tinha ido á côrte arregimentar-se no exército de Witiza, o assassino do seu pae. Mas, envôlto numa revolta chefiada por seu primo — Rodérico — é preso. O sacerdote, pae de criação de Pelágio, obtem de D.^a Luz a liberdade deste. Chamado á confissão dos fatos, diz que em certo momento passara por ele um homem, á noite, correndo e ameaçando-o com suas armas. Para defender-se dá-lhe um golpe com a garrocha de caçador, prostrando-o a seus pés. Deixou o chuço e fugiu. Sem que ele soubesse, acabava de ter assassinado seu pae — Favilla — atribuindo-se o crime ao próprio Rei. D.^a Luz, porém, convence-se, agora, de que o assassino é o jovem Pelágio, porque reconhecera o chuço como seu. Mas este, na pesença do Rei, que acaba de entrar, reconhece nele a pessoa que caíra ferida a seus pés. Tudo fica descoberto: — o passado de Pelágio, a maternidade de D.^a Luz, a autoria do crime. Fôra o próprio Rei o matador. Apesar disso, D.^a Luz consente no seu casamento com ele para salvar o filho, condenado á morte por ter esbordado o soberano. A' hora da execução ela é quem morre na prisão, disfarçada com suas vestes, dizendo: “Filho, salvei-te a tí; tu salvarás a Espanha”.

Mas quem mais de perto nos toca com este tema literário é Alexandre Herculano, autor do romance — **Eurico, o Presbítero**, cuja heroína não é nem Florinda, nem D.^a Luz, mas Hermengarda, irmã de Pelágio. Eurico amou Hermengarda; mas foi o seu amor desaprovado por Favilla, o pae de Hermengarda. Em vista disso, recolheu-se ao convento do Calpe nas imediações de Gibraltar. Dez anos eram passados, quando avistou os Mouros que em massa invadiram a Península. Foi para a luta e combateu heroicamente na batalha de Xerez. Depois da derrota, refugiou-se com Pelágio em Covadonga. Nesse meio tempo, Hermengarda, que fugia de Toledo, a Capital dos Gódos, buscando juntar-se ao irmão, é apreendida no caminho pelos Sarracenos e feita prisioneira de Abdulazis, general, filho do Emir. Poucos dias depois, o exército inimigo chega, com sua bela presa, ás cercanias de Covadonga. Eurico, o Cavaleiro Negro, sabe da escravidão da sua amada e se propôe arrebatá-la a qualquer preço com onze companheiros escolhidos. Aproveita a escuridão da noite e a embriaguez dos soldados para penetrar no acampamento até a tenda de Abdulazis, no momento em que este tentava forçar Hermengarda. Eurico entra precipitadamente, des-

fere um golpe terrível de franquisque que abate o general e toma nos braços aquela que foi o motivo das suas desventuras. Consegue salva-la, apesar da perseguição tenaz, com auxílio dos seus companheiros. Enquanto Pelágio prepara a batalha de Covadonga, ele e ela tornam a jurar-se amor; amor impossível, que impele o monge a repelir bruscamente Hermengarda, para entreverar-se com os atacantes de Covadonga, onde ele morre, e quando ela enlouquece. Por aí andam as lendas nos desdobramentos literários das Crônicas e Romanceiros, que refletem a exaltação popular em torno da expulsão dos Mouros pelos Cristãos da Península Ibérica. Houve, sem dúvida, um ideal intenso que guiava os homens a um estado perene de heroísmo; e, depois de realizado, a um estado de saudade e admiração interpretadas em representações simbólicas.

A luta, efetivamente, foi tão intensa e longa, que não faltaram represálias no mesmo tom.

Também aos Cristãos agradavam as divas mouras. Mas, enquanto os Sarracenos raptavam as virgens cristãs para seus serralhos, os Cristãos arrebatavam as mouras para converter-las e fazer delas suas esposas e não escravas, como essa formosa — Fátima — que o Português — Gonçalo Hermingues — o proverbial — **Mata-Mouros** — de tradicional bravura, como o Cid-Campeador, (de quem se fizera êmulos, na mesma época, lá pelo sec. XII atacando Almada com alguns companheiros), alçou-a na garupa do seu corcel, arrancando-a d'entre os inimigos, em pleno dia e em plena rua, para leva-la a Cristo e ao matrimônio. Diz a crônica que, morta ela, ele recolheu-se a um convento, onde morreu de saudades.

Ou, então, aquele denodado **Gerardo Giraldes**, intitulado pelo Rei — o Sem Pavor — que com poucos aventureiros reconquistou Évora, a praça mais forte da extremadura do recém constituído Reino de Portugal, sob Affonso Henriques, em meados do sec. XII (1160, mais ou menos). Galgou, á noite, a torre atalaia do castelo, decapitou o bombeiro inimigo e a filha que dormiam, e voltou ao acampamento próximo com as duas cabeças, para provar aos seus soldados que a praça estava des-cuidada. Atacou-a subitamente e assenhorou-se dela para a sua Pátria e o seu sobe-rano. Daí vem ter Évora no seu escudo d'armas a effigie de Gerardo com a cabeça da mulher na sinistra e a do homem na ponta da lança empunhada pela dextra.

O heroísmo das gerações da reconquista se apresentava com três aspetos de sublimidade: Por parte dos varões, a **bravura**, que irradia glórias na terra, e a fé que prepara as do céu; por parte das mulheres a **castidade** até o desespero do martírio, nos conventos, onde se mutilavam para escaparem á sanha dos conquistadores. Foram gerações de **heroes-santos**, cujas façanhas nós, até pouco, perpetuávamos simbólicamente nas **cavallhadas**.

Como toda a reprodução artística, porém, tudo nas cavallhadas é fantasia creada, aqui, pelo gênio popular, como nas creações individuais pelo gênio do artista. Em muitas dessas cenas públicas não eram somente homens que apareciam, mas também uma mulher, uma donzela, sem dúvida evocativa do papel de **Florinda** ou de **Hermengarda**, cristãs, ou até de **Fátima**, agarena, ou de outras muitas, que as lendas eternizaram como símbolos de virtudes sublimes na consciência das gerações. Esta ou aquela, pouco importa; o caso era dar um espetáculo em que exhibissem as aptidões dos cavaleiros em grandes lances sob a luz de claros ideais, qual o de conquistar um castelo forte e o de reconquistar a mulher amada, quer filha, quer irmã, quer noiva, quer esposa, com a certeza de quem reaveria sua dama no mesmo estado de pureza em que a perdera raptada pelo inimigo.

Que Hermengarda não fosse desconhecida dos certamistas gaúchos, não nos resta dúvida; porque assim era chamada, em certos pontos da Província, a donzela que representava o papel de prisioneira dos Mouros. E que Florinda também não fosse extranha, porque a ouvimos nomear — **Floripa** —, em certa corrida, certamente por alteração de **Florinda**. A lenda ao serviço da arte traz essa vantagem — exagera, mas embeleza fatos que em sua realidade originária foram aparentemente prosaicos.

Mas, com ou sem Hermengarda e Floripa ou qualquer outra dama anônima, evocavam-se os tempos heróicos de Portugal e d'Espanha, como passamos a descrever.

AS EVOLUÇÕES DO EXERCÍCIO DAS CAVALHADAS

1) O quadro dos corredores.

Organizados dous grupos de cavaleiros — um de Cristãos, outro de Mouros — de dez a doze cada um, está formado o quadro das cavalhadas. Si se quizer introduzir a figura da donzela raptada, esta aparece no grupo dos Mouros, tbm a-cavalo, segundo o velho estilo, sentada em sela apropriada para a mulher, com roupão de montaria.

Desse grupo ella é arrebatada, durante a carga final e vitoriosa dos Cristãos sobre o castelo, de onde pode sair durante o entrevêro na garupa de um cavaleiro, como saíram Fátima do castelo de Almada, e Hermengarda da tenda de Abdulaziz, aquella no corsel de Gonçalo Hermingues, esta no de Eurico, passando pela cancha entre os vitorios da assistencia. Até lá ella se conserva a pé no castelo. Se não apparecer mulher na representação, a cena não perde o interesse.

2) As indumentárias.

Os Cristãos trajam casaco ou blusa de fundo azul claro, com listas brancas, bombachas das mesmas côres, botas, esporas, e chapéu com aba alinhavada á copa do lado esquerdo. Cavalos encilhados com os mais apparatus arrieiros de que disponha o cavaleiro. No tempo dessas festas era de bom tom exhibir arrieiros chapeados de prata e ouro, estribos de picaria e preparos (cabeçada, boçal, cabresto, rabicho, e redeas) de filigranas de prata. Os cavalos tbm são enfeitados, com crinas e rabo trançados, e com topos de fita das côres de cada grupo.

3) A cancha consiste de um terreno plano de 150 metros de comprimento mais ou menos e 100 de largura, com um taboado espaçoso que dê idéia de um castelo, numa extremidade. De cada lado do campo, e ao longo dele, se collocam bonecos, bonifrates, de papelão, d'altura de um homem de mediana estatura; ou, por economia, postes da mesma altura, com uma cabeça humana de papelão mal segura na ponta. O número desses bonifrates varia, podendo ir até seis de cada lado.

A separação de um para outro da mesma fileira, póde ser de 10 metros; e a separação de uma fileira a outra de 30 metros mais ou menos. No centro da cancha se coloca um boneco deitado no chão ou uma cabeça tbm de papelão.

4) Evoluções de picaria. Encilhados os cavalos, encaminham-se os Mouros para o castelo, com a dama prisioneira, si se introduzir esta figura na pantomima, occupando o forte.

Em seguida entram os Cristãos, que formam no extremo contrário. O grupo dos Mouros, armados de espada, lança e bacamarte (hoje revólver) faz a sua primeira evolução, ou para mostrar o garbo dos cavaleiros, ou para provocar os adversários. Hermengarda ou Floripa os acompanha no centro do grupo. Recolhidos á posição primitiva fazem o mesmo os Cristãos exhibindo seus fletes e seu donaire. As evoluções consistem no reboleio da lança de cada um e em curvas mais ou menos caprichosas do grupo, enfileirado a um de fundo. Feitas as duas demonstrações, podem os dous grupos carregar em formação cerrada, como a se chocarem no centro; mas esbarrando os pingos o mais perto possível um do outro, como si se operasse uma pechada. Voltam os cavaleiros aos seus postos, após essa última escaramuça, e começa o certame individual. Sae um Mouro a toda a redea lanceando os bonecos que puder pela direita e volta pelo outro lado tbm lanceando á direita. Si o corredor fôr canhoto, sairá pela esquerda e voltará pela direita.

As cabeças ou bonifrates caídos são logo levantados por um peão encarregado disso. Depois do Mouro sai um Cristão fazendo a mesma prova; e assim, ora um Mouro ora um Cristão, alternadamente até o último, tomando-se nota da façanha de cada um para efeito dos prêmios votados.

O mesmo quadro se repete de revólver, com pólvora seca. Quanto á cabeça do chão, cada corredor, depois da segunda volta, torna para atropela-la de espada em punho, dando-lhe um golpe com o corpo inclinado sobre o flanco do cavallo, como si ella fosse o corpo de um inimigo ferido que se tenta executar na voragem da refrega; ou atirando-lhe um manotão para ergue-la, como si se tratasse de um com-

panheiro d'armas, de um chefe, que urge salvar, como Osorio, alferes, salvou seu comandante — Bento Manuel Ribeiro, em plena refrega do Sarandí, na guerra dos Patrias. Cada corredor, faz, pois, três corridas, uma armado de lança, outra de revolver, outra de espada ou com ela na bainha, si pretende levantar a cabeça, com a mão.

Este lance exige notavel destreza, ou prática de acrobacia de equitação.

Terminada a prova da lança, da pistola e da espada, de cada cavaleiro, os Cristãos arremetem o castelo com carga veloz. Os Mouros boleiam a perna e se entricheiram no tabuado, de espada em punho, onde está Hermengarda. Os Cristãos fazem o mesmo também armados de espada; galgam o castelo e esgrimem com os Mouros.

E' neste momento que um dos Cristãos arrebatava Hermengarda na garupa, correndo ao longo da pista, como a afasta-la dos inimigos.

Tambem esta é uma prova que requer muita agilidade e segurança a cavalo.

Os Mouros se rendem; ficam prisioneiros.

O remate da festa se faz tirando argolinhas que é outra diversão, comumente associada ás cavallhadas, como se poderiam agregar exercícios de gineteada, tiros de bolas, de laço, ou qualquer outro, que prove coragem, destreza, elegancia.

Assim termina a festa pública, como si os Mouros se submetessem aos Cristãos e se reconcilhassem com eles. Esse foi o epilogo da tomada de Evora, segundo o cronista André de Rezende, que escreveu em 1533, portanto antes dos Lusíadas, a *Historia da Antiguidade da Cidade de Evora*, cujo original possuímos. Os Mouros tiveram permissão de D. Affonso Henriques para continuar morando na cidade, da qual foram expulsos somente no tempo de D. Manuel, o Venturoso.

VI

ARGOLINHAS E CAVALHADAS EM OUTROS POVOS

Este passa-tempo lúdrico — o das argolinhas — também tem origem muito antiga e costuma andar casado com propriedade ás cavallhadas, como o das *alcanzias*, em Portugal, o qual consta de um vaso ou cêsta com flôres, em poder de um cavaleiro para ser disputado por outro, com o fim de obsequiá-lo a uma dama.

Os Espanhóis praticam as argolinhas com o nome de *sortijas*, o que significa — anéis; na França faz parte do *carrousel*; na Itália do *garosello*, (do Latim *querella*, disputa, tumulto) de onde procedem essas palavras. O nome de *Carrousel* ficou em uma das praças de Paris — a das *Tulherias*, como recordação da grande festa que aí deu Luis XIV. Tão arraigado está este nome, que o próprio arco de triunfo mandado erguer por Napoleão também o adquiriu — *Arco do Carrousel*. Os torneios do *Carrousel*, executados pelos nobres, encerravam reminiscencias da Cavalaria; então decaída de suas finalidades; e eram complicados e muito perigosos; ao ponto de te-los prohibido o Vaticano, em vista dos graves accidentes da partida. Numa delas enlouquecera um filho de S. Luis, (o Rei Luis IX); e noutra é morto o próprio Rei da França — Henrique II — por um golpe de arma na cabeça. Já se vê que tais juxtas são muito antigas, e não constituem sómente em tirar anéis suspensos; mas em verdadeiros combates, onde até duelos á-morte eram permitidos, como o *Carrousel* de S. Germain, pelo mesmo Rei Henrique II. Qualquer acontecimento notavel servia de pretexto para o *carrousel*, como a tomada de Chypre pelos Cruzados contra os Maometanos ou um casamento principesco. Na Espanha e Portugal se incluíam nas festas *touradas*, em que os mesmos reis eram toureiros a-cavalo. O fim principal desses certames era exhibir a valentia, a galhardia e a elegancia dos cavaleiros; e a prova das argolinhas entrava em jogo para homenagear alguma ou algumas damas de alta distincção presentes ao ato. Com esta prova se encerravam os torneios em toda parte, inclusive no Rio Grande e em todo o Brasil; pois que os habitantes do Centro e do Nordeste do país ainda realizam cavallhadas com luxo e garbo.

A prova da argolinha, ao que nos parece, não tem assento histórico, não passando de um motivo, para galanteio.

Quem matou este gênero de festas públicas foi, por assim dizer, na França Luis XIV, com o seu célebre torneio do *Carrousel*, tão brilhante e tão completo que daí

em diante nenhum soberano ousou imita-lo. A ele concorreram não só Franceses, mas Italianos, Espanhóis, Turcos e até Americanos.

Costumava o chefe de um bando desafiar os outros por um cartão com seu nome e endereço, como si se tratasse de um duelo mano-a-mano; mas redigido em estilo precioso, de que damos aqui um exemplo — extraído de um garosello italiano.

“O Príncipe Alimedon aos Cavalheiros do Piemonte”: — “Vós — que entre delícias da fortuna esperaes a vitoria pelo choque das vossas armas e pela presença das vossas damas, cessae de exaltar a coragem no engôdo desta vossa esperança, porque sou eu quem chëga; eu, digo, que, vestido de perpoëm, e afastado da belleza que me inflamma, não levo por armas sinão a saudade que me causa dôr. Vós disto experimentareis os effeitos; e, posto que este ardôr me vem daquella que me ata o coração, mas desata-me o braço e a mão, vos desafio para toda sorte de combates, tanto a-cavallo como a-pé”.

Nas nações, que não a portuguesa, a presença da mulher nada tinha de simbólico. A festa se realiza em homenagem a uma grande dama presente, ou a várias; e os números do programa eram occasionais, como nada tinham de tradicional, nem de assentadas as evoluções do jogo. Percebem-se nas descrições do fato, gestos de verdadeiras barbaridades, como vestígios das licenças da Cavalaria decaída do seu esplendor.

No Rio Grande tambem se punha remate á festa com a prova das argolinhas e com a mesma finalidade do galanteio. Mas as cavalhadas se mantiveram sempre ligadas ao fato histórico — a luta de Cristãos contra Mouros, na qual apparece communmente uma donzela em poder dos Mouros, para ser reconquistada pelos Cristãos; sem que o torneio se revestisse da brutalidade que lhe emprestavam na Europa.

Não admira que praticassemos esses certames, já que se adaptaram com perfeita adequação entre nós. Tinhamos magníficos cavaleiros e abundancia de cavalos, sobre termos tambem um passado de guerras, que pouco depois de terminadas começavam logo de principiar, durante as quaes tantas vezes mostramos o penacho do queroquero para atacar e do tahan para voar mui alto.

O que é curioso é não nos termos impressionado com as nossas proprias contendas, nem com as guerras no Prata nem com a guerra dos Farrapos, das quaes poderíamos tirar motivos para as cavalhadas.

Ficamos até o fim com a história dos Mouros; sem dúvida porque da sua expulsão brotaram lendas que exaltaram a imaginação popular; ao passo que as nossas lutas ainda se relembram como História nua e pura, sem as vestes maravilhosas da fantasia.

Da ilusão da vitória, surgia o seu complemento — a recompensa do amor. Daí o remate pelas argolinhas, pelas *sortijas*, os aneis que iam tocar e atrair corações.

E quem não sabe que o anel é o simbolo da aliança o último elo de uma corrente que só escraviza pelo amor? Tal a significação do presente do anel, arrebatado na carreira, á sua Dulcinéa.

O simbolo, a alegoria, o quer que seja de pantomima representativa de acontecimentos homéricos, empanados pelo tempo, foram aos poucos esmorecendo o entusiasmo pelas cavalhadas.

VII

CONCLUSÃO

Por isto mesmo morreram as cavalhadas no Rio Grande.

Além disto, renegamos a Portugal em 1822, e, com a Mãe-Pátria, as suas glorias e tradições. Que nos importam os Mouros, as suas crueldades, as suas derrotas, a sua expulsão? Agora isto, com a República começamos a viver uma época prosaica para a qual não contam ainda os valores épicos e moraes cultivados até o fim do Império como resíduos de uma longa epopéa. Já não nos merecem atenção os episódios individuais de uma guerra. Os lances heróicos se diluem na consciência popular como n'agua os corpos soluveis; não impressionam ninguem e deixaram de ser pábulo de entusiasmos quotidianos. Hoje mais se estimam os valores materiais que manam das refregas do homem contra os elementos.

O maravilhoso desertou a fonte do coração humano, para aninhar-se fora dele, onde esteja palpitante a promessa de uma invenção, de uma descoberta.

Vai-se afastando o tempo em que os fenômenos naturais causavam terror e geravam crendices. A humanidade está saturada de heróis à custa dos semelhantes; e se volta ansiosamente para o mundo físico, químico, mecânico, de que perdeu o medo, em busca de outro tipo de heroísmo. No estado caótico em que se encontra ainda o novo mundo nascente a representação do velho heroísmo cai nas almas como pantomima. Não as faz vibrarem, diante das maravilhas que espera serem exibidas pelos sábios da matéria, para exaltação dos homens da nova civilização e nova ordem, como já não as extasiavam os prodígios moraes; e, então, outras formas de arte, que nem sequer imaginamos, virão representar os nossos engenheiros, os nossos químicos, os nossos físicos. Isto, porém, si não houver um colapso como o do Império Romano, de forma que os povos possam olhar para trás com saudades dos portentos destes dias de glória. Até o presente a luta contra a natureza vai sendo vitoriosa e os homens já repousam sobre os louros do triunfo.

Mas cumpre pensar que onde há combate há inimigo que pode reagir e vencer. Estamos nós certos de que esse inimigo — a natureza — não reagirá furiosamente contra a exploração e a revelação dos seus mais recônditos arcanos? Eis um lado grave do assunto para o qual não sabemos si os habitantes do Planeta estão habilitados a encarar seriamente. A bomba atômica, por exemplo, antes de ser reconhecida como meio de edificação o foi para a destruição. Si os salteadores se apoderarem de inventos tais, a própria natureza, desembarrada da energia moral do homem que a possa conter, provocará esse colapso, o grande colapso que fará de nós réprobos em vez de heróis. Para salvar-nos e multiplicarmos esta epopéia através dos tempos, urge dilatar a alma humana na razão direta da profundidade que a inteligência cava nas entranhas da terra e nos pinos da atmosfera. E' o velho campo de luta, sempre viridente para o homem — a luta de cada um consigo mesmo — que se abre agora e sempre como condição para abrir os passos de quem avança: Cuidado com as armas que este inimigo põe na mão de quem o combate! Já teremos meditado bastante sobre a conexão que pode existir entre as forças naturais e as morais?

A humanidade tem tido suas eras de lutas contra inimigos sucessivos: — Primeiro, na pre-História, contra as feras, de cuja duração só temos notícia por hipóteses científicas. Sabemos, apenas que durou milhares de anos. Segundo, pela História estamos cientes de que, organizados os povos, a luta se desencadeou do homem contra o homem. E isto dura cinco a seis mil anos, com tres civilizações — antiga, medievá e moderna. Terceiro, em nossos dous últimos séculos começa a guerra contra a natureza, que não sabemos quanto durará. Na segunda idade o homem conquista as terras e os mares valendo-se do próprio animo e da única força do seu braço. No terceiro período, que é o nosso, atira-se á conquista da atmosfera. Resta saber si se manterá bastante homem, si saberá consolidar os triunfos, antes de atirar-se á conquista dos espaços longínquos, numa quarta era de progresso, visitando planetas e neles fundando colonias, como essas que seguiram a dominação dos continentes e dos oceanos.

Ora, sendo agora o adversário muito mais abiótico, mais hostil á vida humana, cumpre cogitar si a terra, que nos tem tragado individualmente não nos devorará de um sórvo com as mesmas forças que põe ao alcance de exploradores incautos. Em todo caso, si lá chegarmos vitoriosos, não será sem uma inspiração sobre-humana; porque não se viaja pelos céus nem se habita o Céu sem afinidades com o seu ambiente, sem condições supra-terrenas. Teremos de ser homens por fóra e por dentro.

Então, com que formas de arte comemoraremos as nossas batalhas e os nossos heróis?

Certamente não será com cavalhadas ou tirando argolinhas; mas voando e chocando-nos pelos espaços como meteoros e como arcanjos. A novo heroísmo corresponderá nova representação; o que não significa que o passado fosse menos digno do homem, menos adequado a êle, nem menos belas as artes que inspirou.

OUTRA VERSÃO

Em 1935, quando se cuidou de umas cavalhadas para complemento do Cente-

nario Farroupilha, recebemos, sem saber agora de quem, a descripção juncta, que convem aggregar ao estudo anterior, sob a forma de addendo, para melhor comprehensão do luxo e dos caprichos com que se apresentava o torneio das cavalhadas. Como se vê, o seu autor concorda em principio com o que asseveramos atrás, mas completa o nosso estudo com pormenores que aqui em Bagé eram desprezados ou desconhecidos. O principal agora é que tudo quanto sabíamos sobre o assumpto fique estampado num dos órgãos divulgadores do Instituto Histórico.

CAVALHADAS

“Assistimos a desfallecimentos deploraveis, a uma tendencia para derruir as tradições do passado, sob o pretexto de preparar mais auspicioso porvir”.

(a) D. Antonio de Macedo Costa
Bispo do Pará

Estão outra vez em moda as cavalhadas; e é justo que nós, que nos presamos patrioticamente da nossa ascendencia luzitana, procuremos restabelecer e conservar essa salutar corrente de tradições, salvando-a de se perder numa esterilizante concorrencia de outras preoccupações recreativas a que nos não podemos adaptar. Um dos mais festejados instructores de Portugal, o Senhor Conde de Sabugosa a tempo referia-se do seguinte modo ás touradas, o que, *mutatis mutandis*, nós devemos repetir, applicando ás cavalhadas no Rio Grande do Sul:

“E assim o povo, que é ainda quem em Portugal conserva alguma individualidade caracteristica, resiste com o instincto das raças fortes ás doutrinas dos que querem ministrar-lhe a força uma educação de feitio cosmopolita cuja adaptação indigena só tende a transformar em parlatorio de metting, em trocadilhos obcenos de theatros baratos, em danças pretenciosas de bailes familiares, e folguedo das romarias, feiras e arraiaes a inspiração dos descantos, os requebros dos bailarinos, a algazarra, a chufa, a unidade dos gentios, das praças de toiros, unico lugar onde em Portugal se manifesta a expansiva alegria do povo”.

Quanto á origem das cavalhadas, o que é certo é que essa popular e antiquissima diversão, mui cara ao interior do Rio Grande do Sul, não podia ter sido trazida senão de Portugal e pelos primitivos povoadores portuguezes que aqui se vieram estabelecer. Causa-nos, porém, seria duvida o facto de ter sido ilhóa a primeira camada onde repousa a maioria das subseqüentes gerações Riograndenses, e segundo memorias, que temos presentes, a cerca do archipelago açoriano, nenhuma referencia lá fazer-se a respeito de cavalhadas, ao passo que alludem com vivo empenho ás touradas.

Ou os actuaes insulanos terão esquecido o valente e velho divertimento peninsular? Seja o que fôr, o que acreditamos, sem receio de nenhuma contestação, é que as cavalhadas originaram-se na luz terra, quando a imaginação popular ainda andava obsedada da luta titanica e romanescas entre christãos e sarracenos. E' mesmo provavel que ellas tenham apparecido durante aquella era façanhuda e copiosa de factos memoraveis, cujo heroes não tinham outras preoccupações senão a de expulsar o elemento mourisco. E de toda essa diversão trescala um symbolismo tão acentuado, que nenhuma duvida deixa a respeito do qual tinha sido o povo tão cavalheiroso quão religioso que a inventou.

As cavalhadas, evidentemente, não foram trazidas dos amphiteatros gregos e menos ainda dos circos romanos como, segundo ensina o Senhor Conde de Sabugosa, o foram as touradas. Este mesmo erudito escriptor elucida o assumpto, escrevendo o seguinte:

“Prezava muito este rei (D. João II) todas as manifestações de valentia e destreza: a carreira, o salto, a barra, a desenvoltura a pé e a cavallo. Tudo isso de resto, já havia na tradição desde os antigos luzitanos, de cujos jogos gymnasticos e hippicos falla Strabão, citando pugilato, escaramuças e batalhas campees que se transformaram no Dafordo, alêo, toiros, e cavalhadas”.

E', pois, fora de duvida que foram os portuguezes introductores dessa attraente diversão em terra de além mar. E desse modo, quando em meados do seculo XVIII o Rio Grande do Sul, começou a povoar-se de gente não india, esses festejos tinham alcançado em Portugal o seu maior esplendor com "o luxo magnifico, as riquezas deslumbrantes que arruinaram muitas casas nobres do seculo passado".

Deprehende-se vagamente da propria essencia do divertimento, que audazes cavalleiros sarracenos raptaram uma nobre donzella, talvez princeza christã, e que um grupo de destemidos e não menos amorosos paladinos christãos, mestres da cavallaria, procura resgatal-a infligindo aos infieis a pena de se converterem ao christianismo.

Vencidos estes, cumprem a pena; porem os caudilhos vencedores tão fidalgos quão generosos e galantes, congçam-se com os valentes musulmanos, e, sem humilha-los, entregam-se todos ao divertimento, geral de tiro as caveiras e ao da argolinha jogos em que os campeões de ambas as fações devem revelar o seu extraordinario ardor bélico. No Rio Grande do Sul, com pequenas variantes de localidades, as cavalhadas consistem, mais ou menos, nas evoluções em seguida descriptas.

De ordinario, escolhe-se uma praça onde haja alguma egreja; do lado opposto a esta, tem se construido um ligeiro castello, no qual está encerrada a donzela que traz á mão vistoso ramalhete de flores.

Os christãos usam chapéu molle com a aba virada e uma pluma branca; blusa azul bordada a ouro, calça branca e botas de couro da Russia com grandes esporas de prata; Os mouros apparecem nas suas aljubetas granadas, de gorro da mesma rubra côr, tudo isso custosamente recamado de muitos lavores a ouro, muitos franjados da mesma riqueza, e bombacha branca tambem botas onde na sua polida negridão scintilam as correias de prata das competentes esporas afiadas. Os cavallos, encilhados e ajaezados com aprimorado luxo, rutilantes na prataria das redeas, peitoral, rabicho e lombilho, tilintantes de guiso e vistosos de tantos topes e laços de fitas bizarras são sempre os melhores que os donos teem. E todo esse aparato de cavalleiros e montarias, constituindo a mais luzida cavalgata que se pode vêr, faz sua entrada solemne na liça, ao estampido dos tiros de pistola que se trocam mutuamente, dividindo em duas quadrilhas, cada uma nunca menor de 12 campeões, conduzidas pelos seus **mantenedores ou guias e contra-guias**. Uma e outra quadrilha postam-se fronteiramente: Os christãos proximos á Egreja e os mouros ao Castello.

As duas, da primeira vez de lança em punho, da segunda a pistola, e da terceira a espada, arremetem a toda a redea uma contra a outra, porem os cavaleiros guardando ordem um atraz do outro, os guias na frente, descrevendo o grande oito que se vê na figura annexa, sendo o centro da arena, a interseção do oito o ponto onde se topam e cruzam os grupos rivaes.

Chama-se esta parte a **escaramuça grande das duas divisões**.

Seguem-se: **O Castello de Cruz**, mui galhardo e caprichoso; **O Castello de Fogo**, em que os dois grupos rivaes fraccionam em dois outros mais, constituindo assim quatro grupos, cada qual bizarramente formado pelos respectivos cavalleiros que correm um atraz do outro, descrevendo o oito e operando em cada encontro o jogo das tres armas. **Os alcancilios** (talvez corruptela de **alcanzias**). Constituem uma bella evolução que é desempenhada celeremente; os dois esquadrões opostos guardam, alinhados, os seus logares; sae, então, o mantenedor christão contornando todo o campo numa vasta circumferencia, e ao aproximar-se do arraial dos mouros, arrogante e sóffrego, dispara a pistola como que em desafio; o mantenedor destes, acto continuo parte em sua perseguição e alcançando-o, junta e reciprocamente, trocam tiros; e tambem, ficando o christão com os seus; já, porém, ao frontear a posição christã, o paladino desfecha a sua pistola, e tambem um daqueles sae logo perseguindo-o, e assim por diante repetindo todos a mesma scena. **O torneio**, effectuado por dois a dois, consiste em simultaneamente sahirem um christão e um mouro, devendo cada qual produzir o oito, por tres vezes, numa liça primeiramente a lança, depois a pistola e por ultimo a espada. Terminada esta serie de evoluções em que se disputam as posições do campo, suspendem-se as hostilidades, e os christãos enviam ceremoniosas embaixadas aos mouros propondo-lhes paz, repelindo-a estes perempto-

riamente. O enviado christão seguido de pequena escolta é colhido em meio caminho pelo seu igual sarraceno, que o conduz junto ao chefe desta facção, enquanto as duas escoltas permanecem no centro da arena, de espadas cruzadas acima das cabeças. "Airoso musulmano! Exclama o embaixador christão, meu alto e poderoso soberano envia-te muito saudar, e manda dizer-te que tu e os teus rendam-se ás suas armas que não só receberão perdão como o santo sacramento do baptismo; mas em caso contrario, tu e os teus receberão morte vituperiosa! "O guia limita-se a observar-lhe que mandará a competente resposta". Pouco depois veio um embaixador musulmano trazer a contestação do seu rei, que é tão altiva quão imperiosa. Declara arrogantemente que por nenhum preço não só não se renderá como não abjurará as suas crenças nem trahirá o pendão da meia lua, que é resolução irrevogavel pelo menos enquanto tiverem, elle e os seus, uma lança para o peito, pistola para cabeça e uma espada para o pescoço de cada christão. Frustrada a tentativa de paz, reencetam-se as operações de guerra, correndo-se a grandiosa e harmoniosa escaramuça chamada **dos quatro fios**. Segue-se a esta evolução o ataque ao Castello (para dentro do qual os mouros tem se refugiado), operando os christãos seis manobras de conversão ao centro, com duas cargas de lança, duas de pistola e duas de espada; e finda estas manobras o forte é escalado e tomado pelos assaltantes que aprisionam os mouros e os conduzem depois, ao baptismo na respectiva egreja. Deste modo, concluida a paz, começa fraternalmente uma diversão em que tomam parte vencedores e vencidos.

Alinham-se collocando-se alternadamente mouros e christãos. E, um a um por sua vez, passam rapidos diante das caveiras artificiaes collocadas sobre peanhas, uma em cada canto da praça, devendo lancear a segunda e a quarta, derrubar a tiro a primeira e a terceira; depois, enveredando a disparada em linha recta, o cavalleiro tem que levantar com a ponta da espada a que jaz ao chão, no meio da arena.

A terceira parte da festa consiste na sorte da **argolinha**, esse pequeno anel de 4 a 5 centímetros de diametro que está suspenso a um cordel distendível entre duas estacas altas, e que o cavalleiro procura saccar com a ponta da lança. Se a consegue, mui festejado e orgulhoso, vae, conduzindo no meio de dois commissionados da facção rival, presentear a argolinha ao espectador de maior consideração ou estima. Finalmente, succedem-se as escaramuças finaes que são as dos oitos, interessantes e com muito capricho e a da despedida, igualmente graciosa e complicada. Às vezes termina pela evolução chamada — **ramalhetes**, simples mas gentil: Alinhados opportunamente os dois grupos, um christão bem rápido, garboso e altaneiro passa pela frente dos mouros, assenando-hes vaidosamente com ramalhetes; mas os mouros acceitam o repto, e parte logo o primeiro delles atropellando o christão até que lhe arrebatou o ramo, e ao frontear os christãos já um desses persegue o mouro, e assim por deante reproduz-se o torneio que é uma especie de evolução a qual podemos chamar **alcancilios**.

NOTA, por F. C. R. — Candido de Figueiredo, Domingos Vieira consagram o vocábulo — **alcanzias**. — Mas é Antonio Moraes quem o define satisfactoriamente:

"**Alcanzias**" — "Nas cavalladas são bolas de barro, ôcas, cheias de flôres, cinzas, etc. Cavalladas em que jogam alcanzias, touros, cannas, argolinhas, alcanzias, juxtas, torneios. Vem do Árabe — **cancel** — barro com que se fazem mealheiros ou cofres, para enterrar com dinheiro metálico".

"**Alcancia**" (Espanhol) Vasilha, comumente de barro, fechada, com abertura estreita, por onde se metem moedas para guardar". (Dicionário da Língua Espanhola da Real Academia).

SUGESTÕES E PARECERES

ALVARES MACHADO

SUGESTÃO

Porto Alegre, 10 de janeiro de 1946

Sr. Prefeito.

Tendo em consideração o papel preponderante e notável que exerceu na Câmara dos Deputados, de 1837 a 1846, o grande orador paulistano Francisco Álvares Machado e Vasconcelos, em defesa dos Farroupilhas, sem jamais lhes esposar o ideal político, posto que atinasse a razão precípua da rebeldia gaúcha, cujos máximos vultos representativos compreendeu e exaltou, corajosamente;

Tendo em consideração que foi Álvares Machado, nesse largo e agitado período da História Nacional, a voz inspirada e culminante, no Parlamento, a clamar pela conciliação honrosa entre os dissidentes e a legalidade, para o retorno do Rio Grande do Sul "com a sua população e não o solo do Rio Grande povoado dos cadáveres de seus filhos", à unidade do Império e glória integral do Brasil, a pród de cuja visão nacionalista proferiu discursos notabilíssimos;

Tendo em consideração que, para concretizar o seu grandioso idealismo patriótico, Álvares Machado se propôs vir ao Rio Grande do Sul, afim de poder tratar pessoalmente com os chefes farroupilhas o modo prático e altivo de conciliação, sem quebra da autoridade imperial, nem humilhação para com os dissidentes;

Tendo em consideração que, no posterior exercício da administração da Província, em 1840, Álvares Machado se mostrou homem de ação, lealdade e ampla visão de estadista, — cuidou de administrar a Província revolta, ao mesmo tempo que não descurou quer da ofensiva aos rebeldes, quer dos meios suasórios de pacificação dignificante, — sem vencedores nem vencidos;

Ao Exmo. Sr. Dr. Ivo Wolff,
M. D. Prefeito Municipal
N/Capital

Porto Alegre, 10 de janeiro de 1946

Tendo em consideração que Álvares Machado deixou traços indeléveis de sua breve mas fecunda administração, em iniciativas de melhoramentos urgentes, na Instrução Pública, no desenvolvimento rodoviário, na adiantada política colonizadora e nacionalização da colônia estrangeira, no Rio Grande, e, posteriormente, na criação do primeiro Bispado gaúcho, e, enfim, na remodelação do exército imperial, para, frustrado o êxito às bases da concórdia proposta, forçar, pelas armas, a pacificação necessária, entre o Império e os dissidentes;

Tendo em consideração que, porisso tudo, Álvares Machado se acha definitiva-

(*) Como índice da atividade do Instituto, publicamos, em ordem cronológica, alguns pareceres e sugestões por ele apresentados no decorrer do ano, relativos a vários assuntos que lhe foram submetidos ou pelos quais tomou interesse.

mente vinculado à História do Rio Grande do Sul, naquele ciclo fulgurante, e, pois, que bem merece, de nosso reconhecimento, justa homenagem que perpetue a memória imperecível, deliberou o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul pedir venia para lembrar a V. Ex.^a a feliz oportunidade de ordenar à Comissão de padronização e Nomenclatura das Ruas desta Capital, seja tributada, no dia 4 de julho do corrente ano, primeiro centenário do falecimento do grande orador, a consagração cívica de lhe ser dado o nome a uma das ruas de Pôrto Alegre, solenemente inaugurada naquele dia.

Certos do seu acolhimento à iniciativa do Instituto, valem-se do ensejo para lhe testemunhar seu alto sentimento de aprêço e admiração.

Adroaldo Mesquita da Costa, Presidente

Jorge G. Felizardo, Secretário

OS SIMBOLOS LOCAIS E A TRADIÇÃO BRASILEIRA

— INDICAÇÃO —

Senhor Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Considerando que a instituição de Símbolos, Hinos e Bandeiras estaduais, em nada concorre para o enfraquecimento da coesão nacional; ao contrário, reforça essa coesão, pela emulação que desperta entre as unidades Federais, em bem servirem à Grande Pátria;

Considerando que os Símbolos, Hinos e Bandeira, outrora mantidos pelo Estado do Rio Grande do Sul, faziam lembrar a idéa nitidamente brasileira, pela qual, o nosso Estado pelejou, durante os longos 10 anos da Revolução Farroupilha, no sentido da implantação de uma República Federal no Brasil;

Considerando, finalmente, que os Estatutos do Instituto, determinam o culto às tradições rio-grandenses;

proponho que o Instituto, examinando a presente indicação, dirija-se a nossa Bancada na Constituinte, pedindo o seu apóio à idéia, há pouco levantado na Capital Federal, no sentido de ser permitido, pela futura Constituinte do nosso país, o restabelecimento da faculdade que a Constituição de 1891 conferia aos Estados, para legislarem a respeito.

Tudo por um Brasil uno e forte.

Pôrto Alegre, 26 de abril de 1946.

a) **Luiz Carlos de Moraes**

— PARECER —

Na "Indicação" inclusa, do confrade Luiz Carlos de Moraes, submetida ao nosso parecer, propõe-se que o Instituto se dirija à bancada gaúcha na Assembléia Constituinte no sentido da inclusão, na Constituição Federal em estudo, de dispositivo que assegure aos Estados da República a adoção de símbolos próprios, sem prejuízo da obrigatoriedade do uso e do culto dos símbolos nacionais.

A matéria merece ser examinada atetamente, e sob aspetos diversos. Em torno dela se tem criado, não raro, um ambiente de incerteza e incompreensão, que convém desfazer de todo, explanando-a com minúcia e cuidado, à margem de interpretações preconcebidas, e por isso mesmo lacunosas e falhas, ou de critérios confinados e estreitos, perturbadores de uma visão exata e clara do problema.

* * *

O uso de símbolos próprios pelas pessoas de direito público, que constituem os Estados, ou Municípios; e mesmo, no âmbito mais restrito do direito privado,

quaisquer corporações, de natureza civil ou religiosa, tem um caráter de antiguidade e de universalidade deveras expressivo e impressionante. Assentou sempre na tendência invencivelmente humana do culto de uma tradição, de glória, de sacrifício comum, de honra, de respeito aos antepassados; e por isso mesmo se fez sempre uma força de aglutinação, de esforço também comum, que estimula e prolonga a existência das organizações menores, sem dano e sem perigo à vida de corpo maior, a que estejam porventura vinculados. Ao invés, fortalecendo-as. Uma tradição, embora de caráter local, é sempre uma força de agregação, exercendo sobre os homens uma influência decisiva e útil, que neles creará e desenvolverá o sentimento de solidariedade em que depois irá fundamentar o patriotismo.

Uma Pátria, afinal, não é uma criação artificial, abstrata; é sempre uma soma de regiões, com as suas peculiaridades inseparáveis, com os seus usos, com os seus fatos, com lutas e sacrifícios isolados, que se associam e se justapõem, à inspiração de um ideal maior, que a todos compreende e acolhe, definindo a todos em um maravilhoso compromisso de nuidade moral, social e política.

Da formação dessa unidade vae decorrer o nascimento de uma mística — o civismo —, salvaguarda perene e poderosa daquêle todo indestrutível, que é a Pátria. Iluminados por ela, os habitantes de tôdas as regiões sentem-se irmanados no dever inviolável de amar, de servir, de defender o patrimônio comum, de honrar com o seu culto as tradições e as glórias nacionais, porque simbolizam e corporificam aquela unidade em que se baseia a força, o prestígio, a dignidade da Nação.

Tanto mais sinceramente e mais profundamente o farão, quanto mais tiverem sido fiéis à lembrança das próprias tradições, dos sacrifícios, das pelejas, dos feitos altos dos seus avoengos, na terra querida dos seus pagos: porque foi essa a escola magnífica em que êles apreenderam a lição substancial de que cumpre aos homens não esquecer jamais o esforço dos antepassados na criação e na defesa do benefício geral. Estruturaram, aí, o seu civismo; e êle se ampliará, vigoroso e lúcido, no culto da pátria, que êles saberão amar com redobrada energia e lealdade.

Tão evidente essa verdade, que nunca os símbolos locais foram encarados como um perigo à existência das Nações. Poderíamos indicar numerosos países, de coesão política indubitosa, em que o uso de tais insignias constitue uma prática secular. Examinemos a questão, porém, com referência ao Brasil:

* * *

Em pleno regimen colonial, sem embargo da unidade do Brasil estar penosamente se processando, face a face da amplitude e das referendações geográficas do país, da precaridade das comunicações entre os núdos humanos dispersos no território imenso, o símbolo local não assustou jamais governantes e dirigentes.

Em 1752, Vila Bela, em Mato Grosso, no ato de sua fundação, creava o seu estandarte tendo — “por detraz das armas reais”, as próprias armas...

No primeiro Império, as Câmaras Municipais não vacilavam em desfraldar com a aquiescência do governo, estandartes com as insignias exclusivas. Há disso, o exemplo típico de Santos, cujo estandarte corre reproduzido em obras históricas, bem como o da cidade colonial de São Paulo.

A cidade de Cachoeira, na Bahia, é Pedro I que ofereceu uma bandeira local, como homenagem à vila que se celebrizara nas lutas da independência. E não ignora a ninguém que a cidade de São Salvador, no mesmo Estado, teve duas bandeiras, uma no regimen colonial, e outra no imperial.

Discute-se se, durante o Império, as Províncias adotaram bandeiras especiais. O que é verdade é que o Museu Histórico Nacional figuram quinze bandeiras, numeradas de 36 a 50, com a rubrica “bandeiras das antigas províncias do Império”. A explicação, que Clóvis Ribeiro, em “Brazões e bandeiras do Brasil”, parece aceitar, de que eram hasteadas no morro do Castelo quando entrava na barra um navio procedente da Província correspondente, é muito vaga, muito imprecisa e, sobretudo, muito pouco aceitável...

Os exemplos citados bastam ao nosso propósito; o de comprovar que, quer na Colônia, quer no Império, o símbolo local não teve nunca, aos olhos de ninguém,

apezar da mentalidade centralista e autoritária dos tempos, qualquer civa de atentado ou de perigo à integridade nacional...

* * *

Proclamada a República, generalizou-se o uso das bandeiras estaduais. Permittia-o a Constituição Federal de 1891; e a autonomia dos Estados, nesta expressamente reconhecida, levava à convicção de que tal uso constituía um líquido direito. E assim, em cada bandeira de Estado, ressurgiu, nas refulgências de um símbolo, uma tradição local.

A bandeira dos Estados,

"símbolo de vida normal, síntese ideal das aspirações coletivas ou da ambiência em que evolve a alma do povo que a elege".
na frase de Álvaro de Carvalho, constituiria prova de desamor, ou de indiferença, à Pátria, um perigo à sua grandeza ou à sua unidade? Teríamos retrogradado tanto, os brasileiros, no sentido cívico, que se transformasse em crime de lesa Pátria, em plena República, o que não o fôra na Colônia, nem no Império? Estariam, agora, pretendendo dividir o Brasil, os descendentes daqueles que com o seu suor e o seu sangue o haviam creado e unido? A adoção das bandeiras estaduais se inspiraria em idéias separatistas?

Convenhamos que, a aceitar como exato o conceito, chegaríamos a um evidente absurdo; todos os Estados do Brasil desfraldando as suas bandeiras separatistas, e o Brasil permanecendo uno e forte, através de longos anos... Um separatismo que se afirma na bandeira, e que se nega e se destrói no fato... 21 Estados, separando-se á sombra de suas fatídicas bandeiras, e convivendo indestrutivelmente, ligados, auxiliando-se mutuamente, em momentos difíceis e conturbados, à sombra das mesmas bandeiras, na salvaguarda e na conservação da unidade nacional, emblemada no pavilhão brasileiro, sobranceiro e dominador, em derredor do qual todos se davam as mãos...

E do insuspeito Lemos Brito o tópico que vamos transcrever:

"os brasileiros têm a noção exata da Pátria forte pela unidade nacional, e sabem que só existe um símbolo desta Pátria, que é a nesga verde e ouro em que se desdobra o nosso céu e brilham radiosas as nossas estrélas.

Se acabarem com os sinais dos Estados, tanto melhor. Se, porém, essa aspiração fracassar, não nos assustemos por isso.

Sei que, de Pernambuco, partiu o primeiro brado oficial de resistência à supressão de semelhantes símbolos, que ali relembram uma geração de heróis e feitos magníficos. Poderia alguém duvidar da fidelidade de Pernambuco a êsse pensamento supremo que presidiu à formação de nossa Pátria, por cuja libertação derramou o seu sangue nos Guararapes e por cujas liberdades subiu ao patíbulo com os mártires de 1817?... Como Pernambuco, todos os Estados".

Não sendo simpático à manutenção dos símbolos estaduais, Lemos Brito fixa nitidamente os termos do problema: pode alguém, em sã consciência, duvidar da fidelidade de Pernambuco, da Bahia, de S. Paulo, do Rio Grande do Sul, de qualquer Estado do Brasil, ao "pensamento supremo que presidiu à formação da nossa Pátria", porque adotaram bandeiras próprias, nas quais, precisamente, evocam e cultuam feitos e atos que contribuíram, nos seus âmbitos territoriais, para a consolidação da nacionalidade?

Pernambuco adotou a bandeira da revolução de 1817, e sabe-se que quem redigiu o decreto foi o grande historiador Oliveira Lima, nacionalista ardoroso e intrasigente, que não viu, no ato, atentado nenhum à nacionalidade, escrevendo, no referido decreto, êsse **consideranda**:

"Considerando que essa bandeira representa para o Estado de Pernambuco um legado precioso feito do ideal de autonomia e do sen-

timento de civismo dos seus filhos, e que nenhuma outra a poderia superar no apêlo que exerce sobre as tradições gloriosas da pátria pernambucana; considerando que uma bandeira não constitue necessariamente o símbolo de uma nacionalidade soberana e não dispõe forçosamente de valia internacional; considerando que uma bandeira tanto pode ser a relíquia de uma pátria extinta como o emblema de uma evolução histórica dentro de um todo maior, como seja uma federação”.

* * *

No ante-projecto de Constituição, de 1934, foi incluído o art. 6.º, assim redigido:

“A bandeira, o hino, o escudo e as armas nacionais são de uso obrigatório nos Estados, sendo-lhes vedado ter símbolos ou hinos próprios”.

Não prevaleceu a idéia. Emendas inúmeras foram apresentadas e o artigo caiu. Da emenda vitoriosa constam êsses irresponsáveis conceitos: “...Mas porque abolir os símbolos estaduais? Eles não constituem perigo para a unidade nacional, nem marco de separação. Não têm significação política, mas apenas histórica e tradicional. Ensinam episódios memoráveis da nossa vida política. Mais que as bandeiras diz a autonomia dos Estados, e ninguém cogita de fazê-la desaparecer”.

A opinião nacional, no plenário da Constituinte de 1934, reafirmou-se favorável aos símbolos estaduais, e êles foram mantidos.

Suprimiu-os, afinal, a Constituição de 1937, no seu art. 2.º — Constituição outorgada, independentemente, assim, de consulta à Nação, os seus preceitos entrarão a vigorar de imediato. Que o silêncio, porém, em torno de tal dispositivo, não equivalia ao consentimento, prova-o de sobra a repulsa oposta à mesma medida, na assembléia constituinte de 1934, em que fôra possível, ainda, à opinião nacional manifestar-se autorizada e legitimamente.

A proibição constitucional seguiu-se a incineração das bandeiras estaduais

E o preceito da carta de 1937 encontrava uma explicação na natureza e nas tendências do regimen que ela inaugurava — de uma centralização levada a extremos inconcebíveis —, e na supressão da autonomia dos Estados, a chamada “queima das bandeiras” foi um ato de clamorosa injustiça, pois que ela se fez à falsa invocação de uma reabilitação cívica do pavilhão nacional, como se os símbolos dos Estados alguma vez se tivessem feito expressões de indiferença ou hostilidade à unidade nacional. Em nome, no interesse político do regimen, é que êle foi praticado. Em nome da Pátria, não. Seria de perguntar-se onde estava a Pátria, a Nação brasileira, naquele momento em que se queimavam, porque eram símbolos de ruptura com ela, as bandeiras dos 21 Estados que constituem o Brasil!...

“Acentuou-se, em pleno ético, a unidade nacional, — diz um comentador da carta de 1937, — que regionalismos malsãos comprometiam com o uso e abuso de bandeiras, de cânticos, de escudos, de emblemas e de armas, que se chocavam com a idéia de uma só pátria, de um todo, e com a história mesma da nacionalidade”.

Errônea, de todo o ponto, a doutrina.

A integração da Pátria Brasileira se fez, justamente, através a sugestão desses símbolos, em que o todo se foi agregando, e gerando a idéia de uma só pátria, de que os fatos que êles rememoram e cultuam constituem os fundamentos sólidos e imperecíveis; e a afirmação de que a existência de tais símbolos contrasta com a história da nacionalidade, é de uma fragilidade pasmosa, como já deixamos demonstrado.

Os regionalismos, no Brasil, nunca foram malsãos; foram sempre, ao contrário, construtivos, orgânicos. A unidade nacional, em sã verdade, é neles que assenta. E dela êles sempre serão os alicerces melhores. Municípios, Províncias, Estados, regiões foram no Brasil, pelos tempos em fora, células matrizes, verdadeiros cadinhos, em que se clarificou e purificou o sentimento da nossa solidariedade, da

nossa união, do nosso amor a um patrimônio comum e sagrado, em cuja defesa nenhum Município, nenhuma Província, nenhum Estado, nenhuma região, jamais faltou, nas horas decisivas e graves da nossa evolução.

* * *

O Rio Grande do Sul, na Constituição de 14 de julho de 1891, no artigo único do Título VI, estatuiu: "São insignias oficiais do Estado as do pavilhão tricolor da malograda República Rio Grandense".

Separatismo malsão? Que o diga o nosso confrade Mansueto Bernardi, nessas frases tão belas quanto verdadeiras:

"Sobre êsse mar de coxilhas que é o Rio Grande, podem flutuar sem contrariedade alguma e sem nenhum perigo as duas bandeiras bem amadas do Rio Grande e do Brasil. Não são rivais que se defrontam, mas irmãs que se auxiliam, associadas por laços de união perpétua e indissolúvel. — Se uma é a unidade, um juramento de constância, um símbolo dessa união. — Com êsse pensamento foi decretada em 1835. Com êsse pensamento adoto-a oficialmente a Constituição de 1891".

Que a Revolução Farroupilha, que a bandeira gaúcha rememora, teve um alto sentido nacional, julgama-nos dispensados de comprovar. A asserção já se reveste das prerrogativas de um truismo. O "separatismo" de 1835, submetido a uma rigorosa crítica histórica, não passa hoje de uma idéia positivamente morta.

A própria adoção da bandeira rio-grandense obedeceu a um elevado critério, que os termos do 1.º item da proposta apresentada à Assembléa Constituinte do Estado, definiu e fixou lapidarmente:

"Considerando que cada Estado da República Brasileira tem o direito de ter, **subordinada à bandeira da Nação**, a sua bandeira especial".

Aí está, eloqüentemente expresso, o sentido da proposta, que iria obter, antes do voto unânime da Assembléa gaúcha, a anuência e adesão das Câmaras Municipais do Estado: o culto de uma tradição local, **subordinado** ao culto da bandeira da Pátria. Uma bandeira estadual que teria, como disse o autor da emenda na Constituinte de 1934, não uma significação política, mas apenas uma significação histórica e tradicional. E é o caso de se inquirir, como Lemos Brito, se alguém terá o direito de suspeitar que os filhos do Rio Grande do Sul, à sombra dessa bandeira regional, algum dia faltaram aos seus deveres de lealdade com a Nação Brasileira.

Observe-se, de passagem, esta circunstância: o pavilhão tricolor da República de Piratini, creado em 1835, adotado em 1891, usado até 1937, é a única bandeira estadual que zelosamente conserva as cores nacionais, o verde e o amarelo em que sempre esteve emblemada a Pátria comum.

* * *

Em conclusão:

O uso de insignias próprias, o de hinos próprios, pelas Províncias, pelos Estados, e até pelos municípios, é uma tradição política, em tôda a existência do Brasil. Tradição Multi-secular: de 1649 a 1808, data da chegada da família real ao Rio de Janeiro, o Brasil teve a sua bandeira particular, cuja reprodução consta de "A Bandeira Nacional", de Eduardo Prado (estampa I, fig. B, da 1.ª edição). Nem o ciume e o autoritarismo da Metrópole, em pleno século XVII, vislumbaram perigo nenhum no pavilhão de sua Colônia prestimosa e longínqua... E do uso dessas insignias jamais derivaram quaisquer ameaças ou atentados à unidade nacional, ou à per-

manência e fortalecimento do sentimento de brasilidade das populações de nenhuma região do Brasil.

Opinamos pela aprovação da indicação.

A comissão de história e geografia.

Eduardo Duarte, presidente.

A. Guerreiro Lima

Othelo Rosa, relator.

Sala das sessões, 8 de maio de 1946.

PANTEON RIOGRANDENSE

— PARECER —

Snr. Presidente,

A Santa Casa de Misericórdia, no officio incluso, submetido ao nosso exame e parecer, solicita o pronunciamento deste Instituto sobre a transferência, para o Panteon Riograndense, por ela creado, dos restos mortais do Visconde de S. Leopoldo, Felix Xavier da Cunha, Zeferino Brasil, marechal Luiz Manoel da Silva Lima, Apolinario Pôrto Alegre e Roque Callage.

Acrescenta a solicitante que é sua intenção que o Instituto opine sempre que ela resolva qualquer homenagem dessa natureza, atribuindo-lhe mesmo a função de "aquilatar o valor de cada um dos homenageados".

Cairá, assim, sobre o Instituto a responsabilidade, sem dúvida penosa e grande, de proferir sentença sobre a significação histórica, política, intelectual, social, artística, dos vultos a que se pretenda, porventura, conferir a consagração de um repouso eterno no Panteon Riograndense.

Não é mistér acentuar o que há de grave e difícel em tais julgamentos. Mas não há como também nos eximirmos à incumbência, que não só nos é confiantemente outorgada, como ainda se enquadra, a preceito, nas finalidades mais altas desta instituição.

O que nos cumpre, portanto, — mesmo para corresponder em bons termos à distinção feita ao Instituto — é encarar o assunto com isenção corajosa de espírito, nos seus aspéctos mais amplos e profundos, transmitindo à Santa Casa de Misericórdia, em forma de sugestões e alvitre, o pensamento dominante dos nossos consócios, ou de uma maioria definidora, sobre a iniciativa patriótica e louvavel da criação de um Panteon Riograndesne.

* * *

Um Panteon, — di-lo a própria palavra, — é um lugar destinado ao repouso de todos os deuses... Tem algo de santuário: de fundo místico, ou de fundo cívico, só a ele devem ter acéssos aqueles a quem a fé, ou a gratidão dos pósteres, conferiu as prerrogativas de figuras tutelares ou simbólicas. Na Grecia pagan, ele foi dos deuses, somente dos deuses; na Roma antiga, além do caráter religioso, foi assumindo um caráter cívico, em que os heróis, ou os **pais da Pátria**, ombrearam com as divindades, ulteriormente, fez-se expressão única de culto cívico.

Atentas essas origens e evolução, rapidamente indicadas, o ingresso a um Panteon obedeceu sempre a rigoroso critério de julgamento e seleção. Os próprios deuses não tinham, todos eles, direito ao Panteon, e para alguns dêles foram creados mesmo Panteons especiais. Em Roma, só o Senado, por decisão solene, outorgava honra de tal quilate. Na França revolucionária, era a Convenção soberana que decidia sobre a matéria. E atualmente é do Parlamento francês a prerrogativa.

Ainda no século passado, em 1836, Portugal, ao crear o seu Panteon Nacional não fugiu ao rigorismo desse critério de escôlha; em lei especial deu ao Parlamento

a atribuição de resolver sobre os vultos que teriam direito a tal consagração, limitando, porém, essa faculdade da assembléia com a fixação de um período mínimo de tempo, decorrido desde a morte de tais personalidades: 4 anos.

Convenhamos que essas precauções são de prudência elementar. Sendo o Panteon uma das mais altas consagrações cívicas, e até para que ele não sofra na sua significação e no seu prestígio, é essencial revesti-lo de um aspecto de sobriedade, de equilíbrio, de justiça racionada e consciente. A escolha não pôde ser feita ao acicate de impressões momentâneas, muito menos ao calor de paixões, de entusiasmos ocasionais.

Não esqueçamos a lição histórica: a Convenção francesa conferiu a Mirabeau as honras do Panteon de Paris; logo depois, a mesma Convenção arrancou do Panteon os despojos de Mirabeau, para colocar, no mesmo local, em rumorosa romaria cívica, os restos mortais de Marat...

Era o julgamento das paixões; o domínio dos odios e dos entusiasmos; a fúria patriótica dos minutos de exaltação e de arbítrio substituindo a serenidade e a imparcialidade da justiça histórica.

E um Panteon tem algo de santuário; é feito para a eternidade do repouso e da glória...

Parece-nos, assim, que devia o Instituto, preliminarmente, submeter ao exame da Santa Casa de Misericórdia o alvitre de serem fixados, em ato de sua administração, — pois que se trata de um Panteon creado por iniciativa particular, sem nenhuma interferência do poder público, — certos, princípios gerais que regulassem o ingresso a esse monumento cívico, tais como:

a) que atos, ou fatos, na vida de uma personalidade, devam ser considerados como suficientes ou válidos para o aludido ingresso;

b) qual o prazo mínimo, após a morte, para que esse ingresso seja possível;

c) qual o processo por que a administração da Santa Casa deva proferir decisão sobre cada caso — julgamento que, a nosso juízo, não deveria ser exclusivo da direção, mas uma resolução conjunta dos corpos, ou conselhos, que constituam o poder deliberativo;

d) se o Panteon, apesar da sua designação de "Rio-grandense", será acessível a quem outros títulos ou credenciais não apresente senão o de serviços relevantes, ou de grandes benefícios à Santa Casa de Misericórdia; ou se para esse efeito, nêle será creado uma secção especial;

e) obrigatoriedade, ou não obrigatoriedade, de consulta a instituições estranhas à Santa Casa, porventura recomendadas, pela sua natureza, para emitir parecer sobre os casos em estudo.

Um ato contendo essas providências, e outros julgados convenientes, simplificaria o processo de selecção, revestindo-o de melhores condições de segurança e de autoridade. E dentro desse quadro geral seria mais fácil opinar sobre as personalidades lembradas, inicialmente submetidas ao crivo das exigências específicas que o referido diploma fixasse.

E' bem de ver que não nos excusamos a contribuir com qualquer esclarecimento ou colaboração, que a Santa Casa entenda solicitar do Instituto, para a organização definitiva das medidas sugeridas.

E' esse, por enquanto, o nosso parecer.

Sala das sessões, 17 de Julho de 1946.

A comissão de história e geografia.

Eduardo Duarte, presidente

Afonso Guerreiro Lima

Othelo Rosa, relator.

ASPETOS GERAIS DE PORTO ALEGRE

— PARECER —

Snr. Presidente

A Secretaria de Educação e Cultura, no processo incluso, que V. Excia. enviou ao nosso exame, solicita que o Instituto Histórico e Geográfico emita a sua opinião sobre o trabalho "Aspectos Gerais de Porto Alegre", que o seu coordenador, snr. Fortunato Pimentel, oferece à venda ao governo do Estado, para uso das escolas públicas desta capital.

A solicitação decorreu do tópico, que passamos a transcrever, da informação do 'Centro de Orientação e Pesquisas Educacionais';

"— Do ponto de vista da exatidão dos dados e dos conceitos emitidos pelo autor, julgamos de conveniência ouvir, a respeito, a opinião autorizada do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul."

A comissão de história e geografia confessa, desde logo, o seu embaraço ante a dificuldade indisfarçável, em que se encontra, de um parecer seguro e claro sobre a matéria. E isso por dois motivos:

a) a inexistência de quaisquer conceitos, propriamente do autor, sobre os quais pudessem incidir o nosso exame e crítica; e

b) a variedade, a diversidade, a contrariedade dos dados acumulados nos dois copiosos volumes submetidos ao nosso estudo.

No intento de oferecer ao leitor uma visão geral da vida da comuna, o snr. Fortunato Pimentel compilou numerosas crônicas e notícias, antigas ou recentes; informações atuais, ou coligidas de publicações de outras épocas, como, por exemplo, o "O Brasil no século XX," de 1913, da qual foram extraídos muitos excertos, e mesmo grande número de fotografias; entrevistas concedidas a jornais, e outros elementos, que enriqueceu, nos termos da informação do "C. P. O. E.," com "copioso material fotográfico."

E' um processo de trabalho sobre cuja eficiência e utilidade nada nos cumpre dizer. Ocorre, porém, que o autor não definiu o seu próprio pensamento, não fixou uma opinião, ou um julgamento crítico, sobre os variados e contraditórios conceitos, principalmente de ordem histórica, que constam das páginas transcritas. Sobre o que opinar, portanto? Esmiçar beneditinamente, entre eles, os que se nos afiguram legítimos e certos, ou aqueles que temos como errôneos ou omissos? Seria tarefa sobremodo cansativa e, — o que mais importa, — de todo o ponto despendiêda e inútil. Porque, em verdade, não somos chamados a proferir juízo sobre os autores de tais páginas. E o, Snr. Fortunato Pimentel preferiu adota-los simplesmente, sem os subordinar a nenhum critério de seleção crítica.

E aí está, a nosso ver, o defeito capital de "Aspectos gerais de Porto Alegre". E que o invalida, mesmo, para o uso das escolas. Na ausência de uma orientação prefixada, compilando dados e informações discordantes, o livro nunca poderá servir de esclarecimento ao professor, ou aluno, que porventura o consulte; ao envez, irá aumentar, no espírito de um, como de outro, a incerteza, a dúvida, e insegurança. O que é inseparável de um livro didático é precisamente firmeza e claridade de orientação, para que ele possa realizar o seu fim, que é fornecer ao professor, como ao aluno, elementos certos, dados positivos e concretos, em que se possam basear sólidamente raciocínios e conclusões.

Façamos justiça ao snr. Fortunato Pimentel: da leitura do livro conclue-se que ele não teve, ao elaborá-lo, nenhum propósito didático. Destinou-o ao grande público, a uma divulgação mais ampla, mais geral, mais comum — exatamente aquela que se não conforma com os preceitos que imprimem um cunho inconfundível e próprio aos livros escolares.

Sucede, com Porto Alegre, um fato que é realmente de deplorar: a "leal e valorosa "capital do Rio Grande do Sul, de tanta influência e projeção em toda a existência deste velho Continente de S. Pedro, não tem, sobre ela, um verdadeiro estudo histórico. Compreendemos, assim, e plenamente justificamos, a aspiração

das inteligentes e cultas professoras desta Capital no sentido da adoção de um trabalho em que elas fossem encontrar, com a exatidão e sobriedade que a boa história requer, os elementos de consulta e documentação que as habilitassem a cumprir melhor aquela parte do programa do ensino primário que determina “o estudo dos aspectos histórico, geográficos e social da localidade em que se situa o estabelecimento de ensino e em que vive o aluno”.

Mais felizes do que as suas colegas porto-alegrenses, as professoras do Rio de Janeiro, de S. Paulo, da Bahia, do Recife, de Maceió..., encontrarão, sobre as capitais de seus Estados excelentes publicações, organizadas com tal correção e cuidado, que nós mesmos, que nos preocupamos com a história em um sentido mais geral, consultamos com proveito e prazer esses manuais.

Sobre a história de Pôrto Alegre, tão fácil e tão simples de ser feita, pois ela nasceu, creou-se, viveu como qualquer outra cidade, as professoras encontram apenas discussões bizantinas, polemicas estereis e infecundas, controvérsias intermináveis, variações de qualquer sentido construtivo, pontilhadas, não raro, de preocupações personalíssimas, que têm aberto ensanchas e dolorosas injustiças históricas.

Aludimos ao assunto, na esperança de que o caso, hoje em exame, possa propiciar uma solução, que corresponderia aos anseios do professorado, como aos deste Instituto.

Tranquilamente, com a consciência da responsabilidade que nos advém da confiança que o governo do Estado afirmou na sua consulta, opinamos contra a aquisição de “Aspectos gerais de Pôrto Alegre” para livro de consulta e uso nas escolas públicas. E pedimos venia para apresentar ao governo, na honesta intenção de com ele colaborar em matéria de inegável importância, uma sugestão, que é a seguinte: Existindo em Pôrto Alegre 47 unidades escolares, o Estado dispenderia com a compra do livro oferecido, ao preço fixado de 150,00, a soma de Cr. 7.050,00; com essa quantia, ou pouco mais, não poderia o poder público estadual, incumbindo disso a pessoa de sua confiança, com demonstrada competência sobre a espécie, mandar escrever um histórico da cidade de Pôrto Alegre, — estudo sóbrio, sereno, baseado exclusivamente na verdade dos fatos, em que se determinasse de vez as condições de nascimento e evolução da capital gaúcha?

Além da investigação direta da documentação nos arquivos do Estado e do Município, organizados e acessíveis, e da consulta ao “Boletim Municipal”, já no 23.º volume, encontram-se elementos de estudo, por exemplo, em “Almanaque da vila de Pôrto Alegre”; “Antigualhas”, de Pereira Coruja; “A fundação de Pôrto Alegre”, de Augusto Pôrto Alegre; “Recenseamento da população de Pôrto Alegre, e outros apontamentos sobre o mesmo município”, de Olímpio Azevedo Lima; “História popular de Pôrto Alegre”, de Aquiles Pôrto Alegre; “A primeira paróquia de Pôrto Alegre”, de Mons. Balem; “Notas sobre Pôrto Alegre”, e “Reminiscências”, de Gastão H. Mazon; “Esboço histórico de Pôrto Alegre”, de Walter Spalding; “O bicentenário da colonização de Pôrto Alegre”, de Souza Doca; os trabalhos do Dr. Sebastião de Leão e de Felicissimo Manoel de Azevedo; as “Efemérides” de Clemenciano Barnasque, podendo ainda acrescentar-se as observações de viajantes, como Sain'Hilaire, Arsene Isabelle, Nicolau Dreys, e outros.

Mandando organizar este trabalho o governo do Estado não só atenderia a uma justíssima aspiração do devotado magistério público de Pôrto Alegre, como prestaria serviço de relevo às letras históricas riograndenses.

E' este, snr. presidente, o parecer que submetemos à decisão do plenário.

Sala das sessões, 17 de julho de 1946.

A comissão de história e Geografia:

Eduardo Duarte, presidente

Afonso Guerreiro Lima

Othelo Rosa, relator

LARGO DO BOMBEIRO

PARECER

Sr. Presidente,

no processo incluso, submetido ao nosso exame e parecer, o Conselho Administrativo do Estado solicita o pronunciamento do Instituto Histórico e Geográfico sobre o projeto de decreto-lei que dá a denominação de "Largo do Bombeador" a um logradouro público desta capital.

A Prefeitura Municipal, na exposição de motivos, textualmente escreve:

"...trata-se da denominação de um largo construído no fim da Avenida Farrapos, conforme planta anexa, ainda sem denominação. Atendendo a que no referido local será levantado o monumento do "Bombeador" em homenagem a essa figura simbólica que tão bem lembra a formação etnográfica e social do Rio Grande, do Sul, e afim de perpetuar a memória e tradição desse vulto legendário, resolveu a Prefeitura, de acordo com o parecer do Conselho Técnico da Administração Municipal, em cópia junta, dar ao aludido logradouro a denominação de "Largo do Bombeador".

O parecer do Conselho Técnico, a que alude a exposição de motivos, não acompanha o processo; e deste já consta o parecer do relator, no Conselho Administrativo, concludo pela aprovação da proposta.

E' intento, portanto, da Prefeitura de Porto Alegre, não só evocar, na nomenclatura urbana, a figura tradicional da nossa "sentinela", do nosso "vigia", do nosso "esculca", como ainda perpetuá-la em um monumento, erigido no largo que terá o seu nome.

Louvemos, de imediato, a intenção. Não há como recusar o nosso aplauso à idéia de dar a um dos logradouros públicos da cidade uma designação procurada no acervo riquíssimo de nossa tradição, recordando e fixando um aspecto da nossa evolução, uma figura emblemática da vida gloriosa e rude do Rio Grande antigo.

No drama da formação territorial do continente de S. Pedro soberbamente se afirma, na grandesa humilde do seu destemor, da sua atividade, da sua argúcia, não raro do seu sacrifício, o tipo valoroso e forte do soldado que era, nas prolongadas lutas que se travavam, quase sem parentesis, nas coxilhas gaúchas, a sentinela vigilante e incansável, o espia solerte e déstro, o "bombeiro" ardiloso das avançadas, prescrutando, e quase adivinhando, os movimentos e as manobras do inimigo, para assegurar assim a tranquilidade, a vida, as operações de guerra de seus legionários.

As lutas de antanho, no Rio Grande, tinham como condição essencial a surpresa, o imprevisto, a subitaneidade do ataque. Ainda de 1835 a 1845 celebrar-se-ia, por tais virtudes guerreiras, Francisco Pedro de Abreu, chefe de renome nas hostes do Império, o "Moringue" astuto, provéto no gizamento de golpes inesperados.

A essas surpresas e imprevistos opunha-se o "bombeiro", herói anônimo que se isolava nas distâncias, valendo-se de todos os acidentes do terreno, para vigiar imensas extensões e nelas descobrir o inimigo, acompanhá-lo nas suas marchas, descobrir os seus objetivos e muitas vezes, com assombrosa coragem, entre o inimigo infiltrar-se, "arriscando o pelego" e do meio dele retornar, de posse de todas as informações e dados que habilitariam os seus comandantes a julgar com segurança a situação, e em definitivo assegurar-lhe a vitória.

Soldado, o "bombeiro" seria sempre um filho autêntico da campanha gaúcha, um simples homem de fila, cujo nome ninguém lembraria, na hora festiva do triunfo... e recordá-lo, agora, com o seu nome e a sua figura, num largo da Capital do Estado, vale por um ato de justiça, que é bem de reparação histórica, constituindo assim u'a magnífica lição de civismo.

Parece-nos, entretanto, que há um equívoco na denominação "bombeador", que deve ser "bombeiro", pelas razões que em seguida expôremos.

No Rio Grande do Sul, no significado de **sentinela**, de **vigia**, de **esculca**, jamais foi empregada a expressão “bombeador” e sim “bombeiro”.

A palavra, aliás, não é usada exclusivamente no Estado; conforme se verifica do “Dicionário de brasileirismos”, de Rodolfo Garcia (pgs. 46-47), em Pernambuco é também empregada. E o mesmo se infere do trabalho de Baurepaire Rohan, que registra o termo, dando-lhe como origem **bombeiro**, de que seria corruptela, opinião essa por outros adotada, como adiante se verá.

Aulette, definindo **bombeiro**, assinala: “O que vai explorar o campo inimigo — (Rio Grande do Sul), o que revela que o sentido da palavra, entre os gauchos, era conhecido fora do Estado.

O mais moderno dos nossos dicionários, de Laudelino Freire e J. L. de Campos, consigna: “**Bombeiro** — Corr, de **pombeiro**. O que vai explorar o campo inimigo. Vigia de guerra, sentinela, e pião”.

O Pe. Teschaur, no “Vocabulário brasileiro”, define: “**Bombeiro** (R. G. do Sul) o que vai ao campo inimigo para informar-se de suas forças, posição, intenções; luta e revoluções que tivemos”. E apoia-se na autoridade de Apolinário Porto Alegre, nesta passagem: “e ele viera ver, como **bombeiro**, o que faziam na praça” (O vaqueano, pg. 86).

Roque Callage — “Vocabulário gaúcho” — aludindo a “bombeador” como a “mesmo que bombeiro”, define:

“Bombeiro: espião; o que vai ao campo inimigo observar seus movimentos e intenções. É termo genuinamente nascido das inúmeras lutas e revoluções que tivemos”. E apoia-se na autoridade de Apolinário Porto Alegre, nesta passagem: “e ele viera ver, como **bombeiro**, o que faziam na praça” (O vaqueano, pg. 86).

Romaguera Correa também: “O **bombeiro** em tempo de guerra, além de se disfarçar por todos os modos, percorre os altos dos cerros e coxilhas com o intento de descobrir qualquer força ou movimento inimigo”.

Luiz Carlos de Moraes, não consignando “bombeador”, assim define bombeiro: “Homem destacado para observar o inimigo e dar informações, ou para reconhecer o terreno nas operações militares, etc.” (Vocabulário Sul Riograndense pg. 51).

Darcy Azambuja, no vocabulário que acompanha o livro “No galpão”, também não alude a **bombeador**, escrevendo: “Bombeiro — esculca, observador”.

Simões Lopes Neto, o mestre dos nossos regionalistas, tampouco emprega “bombeador” e, sim, “bombeiro”, como, por exemplo, neste excerto do conto “O anjo da vitória”.

“...o meu padrinho dizia que nós estávamos mal acampados, e estransilhados, pensando culatrear o inimigo, mas que este é que nos estava nos garrões; que não havia **bombeiros** nem ordem, que o exército vinha num bersabum... (Contos gauchescos pg. 139-140).

A Grande Enciclopédia Brasileira e Portuguesa” também define: “Bombeiro — s. m. — Bras. Espião que vai ao campo inimigo observar-lhe os movimentos e as intenções”.

Antenor Nascentes, no “Pequeno Vocabulário” dá “bombeador” como adjetivo, no sentido de professor que gosta de dar “bomba” em exames, e “bombeiro” como substantivo, como sinônimo de espião.

Observe-se que, quer a “Grande Enciclopédia”, quer A. Nascente, incluem “bombeador” como adjetivo, e “bombeiro” como substantivo.

Na indicação que apresentou ao Instituto, sobre o assunto, o confrade Luiz Carlos de Moraes, já citado, asseverou: “**Bombeador** não é o termo específico que ocorre no vocabulário sul-riograndense para significar o ativo auxiliar dos beligerantes, mas “bombeiro”, como poder-se-á verificar em todos os trabalhos escritos pelos nossos regionalistas, notadamente no velho mestre do regionalismo Apolinário Porto Alegre, Simões Lopes, Cezimbra Jacques, e tantos outros”.

Que era essa a expressão comum e usual, verifica-se ainda do Diário do Sargento-Mór de Dragões, Patrício José Correa de Camara, de 23 de Maio de 1776, nos excerp-
tos que vamos transcrever:

“Não continuamos a marchar por esperar pelos **bombeiros** que andaram pela campanha”.

“...e saíram os **bombeiros** a explorar a campanha”.

— “Recolheram os **bombeiros** e trouxeram um índio preso que apanharam na campanha, o qual confessou ser mandado pelo capitão Ayala para bombear-nos”.

Dêsse tópico claramente se verifica que o verbo “bombear”, de uso frequente na campanha, era substantivado em “bombeiro”, no caso específico de sentinela, de vigia, e não “bombeador”, adjetivo que significaria o que “bombeia” n’um sentido geral.

No mesmo “Diário” a expressão “bombeiro” é muitas vezes repetida.

Na “Dominação espanhola no Rio Grande do Sul”, de Rego Monteiro, pgs. 38, 39 e 47, ocorrem êstes passos:

“Fácil foi aos “bombeiros” a entrada e saída daquela praça”.

“...mandou a 27 de novembro partida de **bombeiros** à cata de notícias, que lhes trouxeram a má nova de se ter rendido a Colonia”.

“...não descurava o coronel Osorio de fazer sair partidas de exploradores e **bombeiros** para observar...”

São exemplos que bastam à comprovação do nosso asserto: a denominação deve ser “bombeiro”, e não “bombeador”.

Haveria, talvez, o perigo de confusão, pelo elemento popular, com o bombeiro do fogo, mais seu conhecido, pois que lhe há de ser extranha a tradição, de natureza militar, do “bombeiro” soldado, vigia, sentinela.

Havendo, porém, o monumento, que será a representação plástica da figura guerreira, a possibilidade da confusão desaparecerá; esse monumento, que consiste em um gaúcho, vestido à antiga, em posição de quem espregueira, de quem vigia, de quem procura desvendar horizontes longínquos, valerá como a explicação eloquente e viva na denominação do largo.

Somos, assim, de parecer que seja aprovada a iniciativa da Prefeitura Municipal, alterada, porém, a designação, para “Largo do Bombeiro”.

Sala das sessões, 12 de Agosto de 1946.

A COMISSÃO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA

(Ass.) Eduardo Duarte — presidente

A. G. Lima

Othello Rosa, — relator

PATRONOS DE GRUPOS ESCOLARES

SUGESTÃO

Pôrto Alegre, 25 de agosto de 1946

Exmo. Snr. dr. FRANCISCO BROCHADO DA ROCHA,
m. d. Secretário de Educação e Cultura

Transcorrendo, em 20 de setembro próximo, mais um aniversário da Revolução

Farroupilha, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul deliberou, por voto unânime do plenário, solicitar de V. Exa. que, em comemoração à efeméride, sejam dados os nomes de "General João Antonio da Silveira", "General David Canabarro" e "Luiz Barreto" aos Grupos Escolares do Estado situados, respectivamente, em Mostardas, município de S. José do Norte; Colonia "20 de setembro", município de Taquari, e "Volta do Barreto", município de Triunfo.

Foram, essas três figuras, de altíssimo relêvo no decênio farroupilha. O primeiro, nascido na freguesia do Estreito, depois de relevantes serviços ao Brasil, nas lutas do Prata, foi, na revolução de 1835, um dos mais expressivos tipos da gloriosa estirpe gaúcha; ascendendo ao posto de general da República, saiu da luta com as suas mãos impolutas, indo morrer em extrema pobreza e em avançada idade.

David Canabarro nasceu em Taquari, à curta distância do local em que funciona o Grupo Escolar indicado; e sobre o comandante em chefe dos Farrapos, de 1843 a 1845, e signatário da paz de Poncho Verde, são desnecessárias quaisquer referências.

O terceiro, — Luiz José Ribeiro Barreto, — embora nascido em S. Antonio da Patrulha, viveu sempre em Triunfo, onde existe ainda hoje o seu antigo solar, na "Volta do Barreto", no qual, em 1884, o velho farrapo recebeu a visita de Julio de Castilhos, então em propaganda da República. Tenente-coronel, assistente do general Antonio Neto; deputado à Constituinte de Alegrete, em 1843; ministro da República de Piratini, Luiz Barreto, pela inteligência e pela bravura, foi elemento de grande realce na revolução de 35.

Ficariam assim nos municípios em que nasceram ou viveram, relembrados os nomes desses ilustres rio-grandenses, dos quais o Instituto se compromete a organizar cuidadas biografias, e remetê-las às direções dos Grupos Escolares indicados, caso V. Exa. se digne anuir à proposta que ora lhe fazemos.

Submetemos, também, ao exame de V. Exa. mais três nomes, para oportuna decisão: o de "Brigadeiro José da Silva Paes", para o G. Escolar da Barra, em Rio Grande; o de "Aurelio Porto" para o de Estação Jacuí, no município de Cachoeira; e o de "Desembargador André da Rocha", para o da sede do município de Lagôa Vermelha.

Trata-se, no primeiro caso, do fundador do Rio Grande do Sul, militar e administrador de grande envergadura, ao qual deve o Estado serviços de excepcional valia, e cujo nome, entretanto, vai caindo em esquecimento.

Aurelio Porto foi, sem sombra de dúvida, um dos maiores historiadores rio-grandenses. No município de seu nascimento, que é Cachoeira, ficaria bem o seu nome em um estabelecimento de ensino — justiça, aliás, que o governo do Estado já fez à memória do nosso eminente confrade Souza Docca, hoje patrono do Grupo Escolar de Mussum.

O desembargador André da Rocha, além de magistrado e jurista de subido quilate, foi sempre um devotado à causa educacional: nos exames da antiga instrução pública; no Ginásio "Júlio de Castilhos"; na Escola de Direito, de que foi um dos fundadores e professor; na reitoria da Universidade.

Em Lagôa Vermelha o desembargador André da Rocha viveu longos anos, no exercício da judicatura, e aí contraiu matrimônio, tanto se ligando à terra que um dos distritos do município tem o seu nome.

Certos de que V. Exa. acolherá de boamente as sugestões acima, inspiradas apenas no desejo de cooperar com os poderes públicos do Estado, temos a honra, snr. Secretário, de apresentar a V. Exa. os protestos de nosso apreço e consideração.

Luiz Carlos de Moraes
Vice-presidente em exercício

Jorge G. Felizardo
Secretário

DOAÇÃO AO MUSEU IMPERIAL DE PETRÓPOLIS

PARECER

Pôrto Alegre, 7 de Novembro de 1946

Ao Exmo. Sr. Dr. Francisco Brochado da Rocha
M. D. Secretário de Educação e Cultura
N. Capital

Exmo. Sr. Secretário.

Com o officio de 30 de novembro passado, do Sr. Diretor Geral dessa Secretaria, nos foi presente o processo n.º 10.638, ora aqui devolvido a V. Excia., para o qual foi solicitado o parecer dêste Instituto.

Correspondendo ao apêlo, houve por bem esta Casa de discutir amplamente o caso, sendo vencedor, por maioria de votos, o ponto de vista favorável à pretensão do senhor Luiz Afonso d'Escragnolle, diretor do Museu Imperial de Petrópolis, no sentido de ao mesmo ser recolhido o medalhão de ouro destinado a D. Pedro II, como lembrança da rendição das forças paraguaias em Uruguaiana.

Como sabe V. Excia., tem evoluído bastante, nos derradeiros tempos, a significação do museu. Verdadeiro depósito que era antigamente, sem preocupações artísticas ou científicas plenamente definidas, passou o museu a ter função educativa e orientadora das mais relevantes, especializando-se nos seus desígnios ou descentralizando-se nos seus planos.

O que ocorre com o Museu Imperial de Petrópolis — magnífica demonstração de cultura do nosso país, quer pelo valor intrínseco de suas coleções, quer pelo gosto artístico com que são expostas, quer, ainda, pela evocação trazida às mais belas páginas de nossa história — não foge ao conceito hodierno de tais instituições. Visa êle congregar o que por aí existe, esparsos, lembrando, a bem dizer, o Brasil do século passado, o Brasil-Império, tão cheio de tradições e glórias, através das pessoas de seus monarcas e regentes. Não é somente o que a eles pertenceu ou aquilo que se liga à existência do último Bragança que se propõe o Museu Imperial a reunir, mas tudo quando recorda a vida social, política ou administrativa daqueles nossos primeiros decênios de nação independente, vida essa iniludivelmente ligada àquelas personalidades.

E, como brasileiros, nos tem sido grato constatar, tanto em visitas pessoais, como em notícias e ilustrações periódicas, o verdadeiro espírito de escol que tem presidido a formação de tais coleções, não sendo menos significativas à nossa vaidade patriótica as palavras de louvor e incitamento com que, no estrangeiro, foi acolhida a iniciativa do ilustre coestadano dr. Alcindo Sodré.

No caso objetivo — da transferência àquele Museu do medalhão de ouro a que já nos referimos — cumpre retificar, de logo, não ter sido a Câmara Municipal de Pôrto Alegre, mas sim o povo desta então Província que, mediante subscrição pública, resolveu oferecê-lo ao augusto monarca, não se efetivando a entrega, todavia, porque, mandado cunhar na França, somente aqui foi recebido cerca de 5 anos após! Daí, naturalmente, o motivo da retenção no cofre da extinta Câmara, depois Intendência Municipal de Pôrto Alegre, até ser enviada, em 26 de abril de 1927, pelo Dr. Otávio Rocha ao Museu Júlio de Castilhos, no qual se encontra.

Não colhe, pois, o argumento de que "êsse objeto não esteve em poder do Imperador D. Pedro II, não saindo nunca do cofre da municipalidade de Pôrto Alegre, a que pertencia, e foi adquirido com dinheiro dessa entidade riograndense". Ao contrário, foi êle comprado, como dissemos, por subscrição pública, levada a cabo com um fim específico, e se não chegou às mãos do destinatário, menos terá sido por imprevidência ou descaso seu do que da entidade ou comissão incumbida de entregá-lo. O que não padece dúvida, portanto, é que essa peça, memorativa do episódio culminante da vida nacional, pertencia de fato e de direito à pessoa de S. M. D. Pedro II, eis que tal foi o sentido, insatisfeito embora, da contribuição popular.

Parece-nos, pois, Exmo. Sr. Secretário, tendo em conta o objéto da homenagem e a procedência do dinheiro com que foi adquirido, não haver como negar à solicitação do sr. Diretor do Museu Imperial de Petrópolis, em o qual, obviamente, continuará a fazer parte do patrimônio moral e material da nação. E essa atitude terá perfeita consonância com a de vários outros museus, oficiais e particulares, que também se despojaram de muitas peças de valor para que se tornasse possível a constituição dessa casa evocativa do nosso passado, quando, considerado o tempo decorrido, quase impossível seria organizá-la, não fôra justamente a colaboração emprestada à meritória iniciativa.

Ao transmitir a V. Excia. a opinião da maioria dos sócios dêsse Instituto presentes à reunião da Diretoria, cabe-nos evidenciar, como digna de aprêço e grande respeito, dentro do ponto de vista em que se coloca "como zelador do patrimônio do Museu Júlio de Castilhos", a manifestação do seu digno Diretor, Dr. Emílio Kemp, no ofício com que instrue o processo em apenso.

Apraz-nos o ensejo para apresentar a V. Excia. os protestos da maior estima e elevada consideração.

Luiz Carlos de Moraes
Vice-Presidente em exercício

Jorge G. Felizardo
Secretário